



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA

LOURENÇA JOYCE MENEZES BARBOSA

**PRINCESA OU MODELO? URBANIZAÇÃO E O IDEÁRIO PROGRESSISTA NO
SERTÃO DE ALAGOAS, 1960-1969**

DELMIRO GOUVEIA – AL
2019

LOURENÇA JOYCE MENEZES BARBOSA

**PRINCESA OU MODELO? URBANIZAÇÃO E O IDEÁRIO PROGRESSISTA NO
SERTÃO DE ALAGOAS, 1960-1969**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História pela Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

DELMIRO GOUVEIA – AL
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

B238p Barbosa, Lourença Joyce Menezes

Princesa ou modelo? Urbanização e o ideário progressista no sertão de Alagoas, 1960-1969 / Lourença Joyce Menezes Barbosa . – 2019.

114 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2018.

1. História – Alagoas. 2. Sertão – Alagoas. 3. Palmeira dos índios – Alagoas. 4. Urbanização. 5. Desenvolvimento urbano. 6. Século XX. I. Título.

CDU: 981(813.5)



Folha de Aprovação

Lourença Joyce Menezes Barbosa

PRINCESA OU MODELO? URBANIZAÇÃO E O IDEÁRIO PROGRESSISTA NO SERTÃO DE ALAGOAS, 1960-1969

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em História, em 10 de Abril de 2019.

Pedro Abelardo de Santana

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca examinadora:

Sheyla Farias Silva

Prof.ª Me. Sheyla Farias Silva
Universidade Federal de Alagoas

Gercinaldo Moura Medeiros

Prof. Me. Gercinaldo Moura Medeiros
Universidade Federal de Alagoas

Com muita ternura, aos meus pais, Rosineide Menezes e Cicero Fonseca, aos meus avós, Maria Salete e João Fausto (in memória), por toda confiança e amor. Com carinho e gratidão, aos amigos.

Agradecimentos

Redigir os “agradecimentos” significa no final me despedir de um cotidiano, de vivências e de experiências diárias, sobretudo, de pessoas que me construíram enquanto pessoa e profissional. De fato, não foi um caminho muito simples de ser trilhado, pelo contrário, um tanto ardo, cheio de dificuldades e incertezas, quanta coisa precisou ser superado. Me superei. Busquei tornar o curso de História uma oportunidade a ser encarada, o vivenciei da melhor forma que pude.

Se chego ao término do curso de História foi porque ajuda não me faltou. E nada mais justo do que dedicar, com muita estima e carinho, a conclusão do presente trabalho a eles, os “ajudantes”. Talvez eu não consiga agradecer a altura ou me expressar como deveria, me desculpem, no mínimo posso deixar registrado a boa sensação que tenho ao está concluindo o curso de História, com certo saudosismo. E, com certeza, muito grata por toda ajuda, até mesmo, pelas experiências ruins e negativas, consegui aprender um pouco com cada uma delas, no final, isso que é válido.

Por princípio, a DEUS, sempre! Pela oportunidade de ter pessoas no caminho dispostas em ajudar, em acrescentar. Apesar de tantas dificuldades e incertezas ao longo dos anos do curso de História em DEUS busquei um pouco de coragem e fé, duas armas poderosas.

Aos meus pais, Cicero Fonseca e Rosineide Menezes, tomaram para si um sonho meu, fizeram dentro de tantas limitações o impossível para realizá-lo, não tenho como agradecer tanto amor, dedicação e confiança. Sou grata por tudo que fizeram e fazem por mim, são a minha maior motivação e o meu sentido, amo vocês!!

Aos meus avós, João Fausto (papai) e Maria Salete, sei que se alegrariam e ficariam orgulhosos ao me ver finalizando o curso de História. Obrigada, papai e vó Salete pela força, pelas palavras de incentivo, por todo auxílio e amor! Sou grata, a minha vó, Maria do Socorro, a Jaque Menezes, Andréia Menezes, Adriana Menezes, Éder Ferro, Wargner e João Felipe pela torcida, ânimo e encorajamento. A toda a minha família, o meu muito obrigada.

Pela ajuda durante o processo de pesquisa e escrita desta monografia, carinhosamente agradeço, a Tati Menezes, pelas andanças em busca de documentação na câmara de vereadores e na biblioteca municipal de Palmeira dos Índios, principalmente, pela força e incentivo! Muito obrigada, minha irmã!!

É verdade que não em sua totalidade, mas, agradeço as contribuições de boa parte do corpo docente do curso de História e do campus do sertão, especialmente aos professores:

Anderson Almeida, Sara Angélica, Marcus Vinícius, Roberison Wittgenstein, José Vieira da Cruz, Eltern Campina Vale, Carla Taciane Figueirêdo, Gustavo Gomes, Sheyla Farias, Cristiano Vilela e Rodrigo Pereira todo o meu respeito e admiração, tenho em vocês uma base, muito grata pelos ensinamentos.

Ao meu orientador, professor Pedro Abelardo de Santana, agradeço a confiança, os ensinamentos e as devidas correções a esta pesquisa, obrigada!

Aos componentes da banca avaliadora, Sheyla Farias e Gercinaldo Moura, sou grata pelas contribuições e ressalvas feitas a este trabalho.

Não posso esquecer de saudar e agradecer a um docente pertencente ao mundo das letras, professor Thiago Trindade, amante da História, me acolheu no grupo de estudo e pesquisa em História da Cultura Escrita – GEHCE, em 2016, me ensinou, antes de tudo, a encarar o curso de História de outra maneira, a você toda a minha estima e admiração.

Esta monografia foi viabilizada, em seu estágio de desenvolvimento, pela colaboração e auxílio oferecido por dois pesquisadores de Palmeira dos Índios, Edmilson Sá e Ivan Barros, que cederam de seus arquivos pessoais alguns documentos cruciais para compreensão e composição do presente estudo, a vocês o meu muitíssimo obrigado!! De forma cordial, agradeço aos entrevistados, Ivan Barros, Etiene Miranda e Ricardo Vitória, pela disponibilidade, confiança e contribuições para com esta pesquisa. De mesma maneira, sou grata, aos funcionários da câmara municipal e da biblioteca Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios, pela recepção e colaboração!

O meu primeiro e grande exemplo de como ser um profissional eu agradeço a Erisson Santana e a Rogério Marques. O tempo em que passei como bolsista, pela assistência estudantil com atividades na biblioteca do campus do sertão, aprendi antes de tudo, a ter respeito e compromisso com aquilo que me proponho a fazer, a vocês a minha gratidão.

Concluir o curso de História em uma universidade “fora de casa” exigiu muita coisa, entre quais, permanência em Delmiro Gouveia. Permaneci! Isso eu devo ao programa estudantil do campus do Sertão, equipe NAE (Núcleo de Assistência Estudantil/Sertão) e à PROEST (Pró-reitoria de Assistência Estudantil) pelos subsídios de permanência. E, de maneira geral, a gestão da professora Valéria Correia e do professor José Vieira da Cruz, o meu muitíssimo obrigada, tanto por me permitir concluir o curso de História de forma digna, como pelo compromisso e responsabilidade com os estudantes do sertão.

Dos atributos que caracterizam uma turma pode-se dizer que a turma “N” não foi provida de muitos, mas, de toda maneira, são formas de aprendizados e vivências. De maneira

geral, agradeço aos colegas de turma as lições retiradas do convívio diário com cada um. E, de maneira particular e saudosista, sou grata a Maciane de Souza, Ferreira Delmiro, Adriano Vilela, Maria Érica, Jefferson Lima, Douglas Rafael, Lucas Ricardo, Alicks Barros, Fabiano Santos, Catarina Pereira e Ricardo Feitosa pelo apoio e pelos momentos de descontração.

A minha memória não é das melhores, mas sob hipótese alguma esquecerei a ajuda e acolhida que recebi, inicialmente, de Irlene Santos e Quésia Santos em Delmiro Gouveia, muito grata!!

A Marco Gomes pelo carinho, esse aguentou alguns abusos e stress, mas, sempre esteve pronto para o socorro, sou muito, muito grata, meu jovem, por toda ajuda! Pelos momentos alegres e pelas palavras de conforto, obrigada, João Gabriel.

Com muita estima, de forma geral, agradeço a todos os colegas do curso de História, carinhosamente e em específico, sou grata a Sarah Ritchelle, Maerla Moreira e Mayk Oliveira pelas conversas, pelos momentos, pela companhia!

Aos companheiros de monitoria de Brasil I, Josielda Cristo e Vitor Monteiro, valiosos foram os momentos compartilhados de conhecimento e experiência, obrigada, meus jovens!

Agradeço aos personagens de vivências diárias, os terceirizados, os motoristas, os vigilantes, os técnicos, que de forma singela se fazem presente em memórias de um cotidiano em que me despeço.

A Delciane, mulher resiliente e trabalhadora, e, aos funcionários (a) do “Como Antigamente”, meu primeiro subsídio e desafio de permanência em Delmiro, obrigada pela oportunidade, incentivo e pela força quando mais precisei, a minha eterna gratidão!!

Com certeza os melhores cafés, discussões e a possibilidade de está diariamente no período diurno na UFAL com atividades de leitura e estudo foram viabilizadas pelo espaço do NUPEAH – Núcleo de Pesquisa e Estudos em Arqueologia e História. Que sob a coordenação do prof. Aruã Lima foi muito mais que um laboratório, foi uma casa adotiva para os estudantes de História. Uma casa constituída por uma família, família NUPEAH!! Aos novos “Nupheanos”, em especial, Bruno e Henrique, obrigado pela companhia, e muito sucesso, meninos!

Ao grupo de cultura negra do sertão, Abi Axé Egbé, agradeço a oportunidade de fazer parte, vivenciar e defender o trabalho, a persistência e o compromisso de quem busca através da arte, da música, da dança e do canto ferramentas de luta.

A minha coordenadora, Dirley Rocha, da estética do Abi Axé, sou tão grata por tudo! Mesmo que não saiba, tornou alguns momentos duros suportáveis; dela levo a dedicação, o

carinho e a persistência! Estarei de longe torcendo e vibrando por seu sucesso, coordenadora Dirley! Muito obrigada!! Pela atenção, pela ajuda, pela sensibilidade!

Dos momentos mais felizes e dos mais tristes, Bel e Day (Izabel Santos e Dayane França), carinhosamente as “frôzinhas”. Embora, não estejam mais presente na minha vida cotidiana, fizeram parte e contribuíram de modo especial, estão sempre presente nas minhas memórias, aliás, em mim, já que acredito que as pessoas amadas nos deixam algum fragmento de si. De Izabel, o lema: “eu quero, eu posso, eu consigo”, determinação que busquei; Day, sempre positiva, “no final sentaremos e vamos rir de tudo isso”, de uma leveza. Por isso, pelos muitos momentos, confiança, cumplicidade, ajuda e atenção, o meu muito obrigada!!

As minhas “jovens de casa”, Suziane Porto, Jordana Freitas, Bárbara Gutierrez e Núbia Jainy, compartilhamos muita coisa, entre qual a dureza da saída de casa, da família, da nossa zona de conforto; chegar até aqui é uma conquista, obrigada por terem feito parte e estado comigo, meninas!

A galera do Ocupa-UFAL/Sertão, experiência formidável e incomparável, em que pude vivenciar, um movimento que pode ser caracterizado pela união e pela força estudantil, todo o meu respeito! Agradeço a oportunidade de ter conhecido pessoas admiráveis durante esse processo, pessoas de alma bonita, leves, as melhores companhias, em especial: As irmãs Barrosos, Mara e madame Juju (Sara Barrosos), a tendência (Rômulo Serafim) e a Marcão. Aos "serumaninhos", Elielma Silva e Emanoell Sandes.

O período de ocupação acabou por ser um “divisor de águas”, pude conhecer e me aproximar de pessoas que se tornaram a minha família em Delmiro Gouveia! Diga-se de passagem, uma família bem diversa: temos dois geminianos raiz, o primeiro, José Brito, por muito tempo foi meu conselheiro particular, esse merece o mundo. E a geminiana, Mah, (Maele Moreira), minha guerreira, meu exemplo de que o esforço é o melhor caminho; Carla Janine, a libriana, você pode, pode muito, se cuide com carinho, sempre, minha jovem!

Temos, também, uma aquariana, que de trevosa não tem nada, essa vai longe, muito longe, tenho muito orgulho de você, Tatêha, (Tati Soares) e, uma pisciana, Su Araújo, a pedagoga que está mais para aquariana, ei de preservar sempre na memória os almoços em sua casa, não só o estrogonofe (risos), mas, as conversas, o riso e os momentos compartilhados.

Fiz de cada um, uma inspiração diária, absorvi um pouco do melhor de vocês e hoje sou um pouco de cada, um pouco de Aparecido, um pouco de Janine, de Tati, de Su, de Maele, de

Douglas, de Lucas, de Marcão. Em fim, imagine a mistura (hehe), levo vocês com carinho. Vocês são incríveis, MUITO OBRIGADA POR TUDO!

Nunca consegui lidar muito bem com palavras e nem com sentimentos, sempre me enrolei com as duas coisas, no momento, busco dúzias de palavras que possam demonstrar a admiração, o carinho e a gratidão que tenho pelo “jovenzinho”, Aruã Lima, professor do curso de História e nas horas vagas, um amigo. Com certeza, entre seus alunos não fui a mais falante, mas, quero que saiba que tenho em você a minha referência de ser humano e de profissional. Deu-me possibilidades e tornou esse processo, mesmo que não tenha noção disso, bem mais tranquilo do que o imaginado. Foi ouvindo Aruã falar que me tornei uma pessoa um pouco mais sensata e paciente. Me orgulho muito de ter sido, durante muito tempo, sua orientanda, não só na vida acadêmica, recebi orientações que faço uso diário. Dos muitos almejos, um virou meta, chegar a ter um dia, um terço de sua maturidade intelectual, quem sabe um dia desses eu não consiga. Levo sempre comigo o riso e todo o bem me que fez. Enfim, muito obrigada, por ter estado comigo até aqui, por toda ajuda, pelos momentos de calma, serenidade, pela confiança e incentivos, tenho tudo guardado. Grande abraço, com carinho e ternura!

O meu muitíssimo obrigada, a todos. E, até breve.

“Malfeito feito” (HP, 2004).

Resumo

A finalidade deste trabalho é compreender a construção e difusão de um discurso durante a década de 1960, de Palmeira dos Índios enquanto município modelo do Estado de Alagoas. Iniciamos o estudo no ano de 1960 e finalizamos em 1969. O município modelo tratou-se de um título oriundo do primeiro governo militar, instituído pelo órgão governamental INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), uma instituição promulgada para promover as políticas agrárias de modo a acentuar as más condições de vida e as tensões advindas do campo. O discurso foi incorporado e difundido pela elite política e econômica, visando promover Palmeira dos Índios enquanto localidade com fóruns de modelo, portadora de benefícios. Tal discurso foi gestado sob o ideário de progresso e desenvolvimento em que a prerrogativa esteve centrada no reordenar/modificar da paisagem urbana. O título visava estimular e reordenar práticas sociais e culturais na cidade que obteve o patamar de modelo no sertão de Alagoas. A localidade passou a ser associada ao progresso, tanto na economia agropecuária, quanto na construção de um espaço civilizado na zona urbana. A imprensa desempenhou papel importante na difusão de Palmeira dos Índios como um modelo de município em Alagoas. Como fonte usamos notícias de jornais, projetos de leis e leis da Câmara Municipal, livros, imagens e relatos orais.

Palavras-Chave: Cidade Modelo, Urbano, Progresso, Desenvolvimento.

Abstract

La finalidad de este trabajo es comprender la construcción y difusión de un discurso durante la década de 1960, de la ciudad de Palmera de los Indios, como ciudad modelo del Estado de Alagoas. Iniciamos el estudio en el año 1960 y finalizamos en 1969. La ciudad modelo se trató de un título oriundo del primer gobierno militar, instituido por el órgano gubernamental INDA (Instituto Nacional de Desarrollo Agrario), una institución promulgada para promover las políticas agrarias de modo a acentuar las malas condiciones de vida y las tensiones provenientes del campo. El discurso fue incorporado y difundido por la élite política y económica, con el objetivo de promover la Palmera de los Indios como localidad con foros de modelo, portadora de beneficios. Tal discurso fue gestado bajo el ideario de progreso y desarrollo en que la prerrogativa estuvo centrada en el reordenamiento/ modificación del paisaje urbano. El título pretendía estimular y reordenar prácticas sociales y culturales en la ciudad que obtuvo el nivel de modelo en el sertão de Alagoas. La localidad pasó a ser asociada al progreso, tanto en la economía agropecuaria, como en la construcción de un espacio civilizado en la zona urbana. La prensa desempeñó un papel importante en la difusión de Palmera de los Indios como un modelo de ciudad en Alagoas. Como fuente utilizamos noticias de periódicos, proyectos de leyes y leyes del Ayuntamiento, libros, imágenes y relatos orales.

Palabras clave: Ciudad Modelo, Urbano, Progreso, Desarrollo.

SUMÁRIO

Resumo	4
1 Introdução.....	5
2 Aspirações urbanas no Brasil Republicano	9
2.1 Visitando Palmeira dos Índios, a Princesa do Sertão.....	14
2.2 O cultivo de uma urbanidade: Palmeira dos Índios e a experiência republicana	16
3 Cenas de progresso e desenvolvimento no século XX: Modernização, Estado e a questão regional nordestina	30
3.1 Alagoas e as transformações do século XX.....	44
3.2 Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA	49
4 Palmeira dos Índios, o município modelo de Alagoas (1960–1969).....	55
4.1 O município modelo: “um mundo civilizado no sertão” de Alagoas	76
5 Considerações finais.....	85
6 Referências	87
ANEXOS	90

1 Introdução

Cidade, o lugar onde tudo acontece. Um campo de pesquisa interdisciplinar e multifacetado. Que apenas recentemente vem ganhando espaço como campo de investigação da pesquisa histórica, precisamente porque a cidade, em meados do século XIX descortinava processos específicos e peculiares, o fenômeno da urbanística moderna e a industrialização. Também, novas diretrizes passaram a orientar as produções historiográficas, significando a renovação do conhecimento histórico, permitindo o abarcar de novas demandas experienciadas pela sociedade.

A historiografia brasileira recente vem atendo-se aos processos decorridos na cidade, a exemplo, dos fluxos migratórios direcionados para os centros urbanos em expansão, ou mesmo, para os nascentes bairros operários. As recentes abordagens são guiadas não apenas pelos processos ocorridos dentro da cidade, mas, pelas muitas imagens, escritas e visões construídas do espaço urbano. Possibilitando novas perspectivas de estudo e pesquisa ligado ao plano da representação, do simbólico e do ideológico, a exemplos.¹

Do ponto de vista historiográfico, diversas atribuições ao longo do tempo, em espaços distintos, foram agregadas ao termo cidade para identificar e classificar as muitas funcionalidades de um espaço estruturado e organizado por um contingente populacional. Concepções e denominações surgidas pelo desempenhar de funções, práticas, costumes, em diversos âmbitos, foram agregados ao termo de cidade como caracterização da categoria, por distintos sujeitos sociais. Porém, foi a partir do século XIX com a industrialização, que as cidades se tornaram uma variável central para compreender a nova organização social e política da sociedade ocidental (MONTEIRO, 2012, p. 102).

Um novo estilo de vida associado ao consumo e a produção de mercadorias/serviços exigiu mudanças nas antigas estruturas das cidades europeias do século XIX. Estruturas consideradas deficientes e inadequadas as novas concepções e funções que a cidade passou a gestar, e para tal, a modernização urbana passou a ser exigida.

A modernização urbana, segundo observação do historiador Fransérgio Follis (2004),

¹ Pode-se citar as contribuições de Margareth Rago (2018) “Do Cabaré ao Lar – Utopia Da Cidade Disciplinar”, Sandra Jatahy Pesavento (1999) “O imaginário da cidade: visões literárias do urbano” e James Holston (1993) “A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia”.

foi requerida por muitos centros urbanos do Brasil, nos anos finais do século XIX e nos anos iniciais do séc. XX. A grande inspiração veio do novo modelo urbano da reforma modernizante concebida na cidade de Paris. No entanto, o estabelecimento de um plano de reforma em sua totalidade destinou-se, em grande parte, as grandes cidades de crescimento emergente, as capitais de Estado e as cidades portuárias, com diferenciadas economias. A grande maioria financiada e orientada pelo poder público, a exemplo, da capital do país, o Rio de Janeiro.

Por outro lado, a modernização urbana não significou, para tantas outras cidades brasileiras, uma tarefa precípua. Ou mesmo, não dispuseram de planos urbanísticos ordenados por agentes especializados e renomados sanitaristas, urbanistas, médicos, arquitetos e engenheiros no planejamento urbano. A urbanização do Brasil se deu de forma contrastada, com especificidades e particularidades singulares de cada localidade ocorrida.

As cidades brasileiras no final da Primeira República permaneciam predominantemente rurais. Um panorama que se modifica na segunda metade do século XX, com a expansão da urbanização do Brasil.

Seguindo o pensamento de Fóllis (2012, p. 19) os processos econômicos não determinaram por si só o fenômeno urbano. Entendemos que os fenômenos e os processos urbanísticos não podem ser compreendidos somente como decorrência de transformações infra-estruturais, mas também subordinados à mentalidade e às necessidades da época (MONTEIRO, 2012, p. 19).

O fenômeno da urbanística moderna do Brasil apresenta processos semelhantes, mas, não homogêneos. As transformações urbanas adequassem às distintas realidades e contextos. Frisa-se, assim, a necessidade de estudos historiográficos voltados para o âmbito local/regional em torno da temática. Uma vez que, as muitas produções da historiografia brasileira ainda estão voltadas para as grandes reformas ocorridas nos grandes centros e capitais do Brasil, principalmente, nos anos iniciais da República.

Por esta concepção, o presente estudo aborda o urbano e a ideia de progresso e desenvolvimento, em detrimento de uma determinada ordem social específica. A análise voltara-se para a compreensão destes pressupostos em âmbito local, a respeito de uma cidade do interior de Alagoas, localizada na região semiárida do Nordeste brasileiro, Palmeira dos Índios.

Palmeira dos Índios, na década de 1960, foi titulada Cidade Modelo do Estado

alagoano. Título oriundo do órgão do primeiro governo militar, o Instituto Nacional de desenvolvimento Agrário – INDA.

As funções do órgão, dentre quais, se deu na execução/promoção de políticas agrícolas por via do desenvolvimento econômico de tipo capitalista; da produção agropecuária, eixo fundamental da economia nordestina. Para o estabelecimento dessas funções, em cada Estado da federação foi titulada uma Cidade Modelo, comumente progressista, sob respaldo do INDA. Uma Cidade Modelo diferenciada, estruturada, que deveria ser um modelo de desenvolvimento urbano.

O projeto de iniciativa do governo militar não obteve sucesso, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) encerrou suas atividades em finais da década de 60 por inoperância e quase inexistentes são as abordagens das atividades desempenhadas pelo órgão na cidade interiorana de Palmeira dos Índios.

Contudo, esta pesquisa evidencia que o título de Cidade Modelo propiciado pelo INDA gestou um discurso. Um discurso pautado nos ideais de progresso e desenvolvimento. O que se tem, é um ideário legado por um órgão federal e a concretude de uma realidade local.

Analisa-se a construção de um discurso, as diretrizes que o regeram, a recepção e as leituras feitas por aqueles que vivenciaram e incorporaram a ideia da cidade como um modelo. Buscando identificar as causas e divergências de um projeto cultuado por um ideário de progresso e desenvolvimento, para difusão de Palmeira dos Índios como uma cidade referencial, um modelo de desenvolvimento urbano, para o Estado alagoano.

Aqueles que transitam em Palmeira dos Índios e se dão oportunidade de conversar com alguns moradores mais antigos, é comum ouvir desses que a cidade foi um modelo, progressista nos anos 60. Ouve-os falar de forma saudosista da Capital do Sertão. Ou mesmo, os lamentos comparativos da cidade que se tinha para com a cidade que se tem.

Encontra-se em distintas monografias, dissertações, artigos, livros memorialísticos, menções de Palmeira dos Índios como uma cidade interiorana de grande prestígio, de poder político e econômico durante os anos de 1960. Mas, nenhum trabalho, em específico, dedicado a temática. O presente estudo originou-se de uma inquietação pessoal, e, cumpre o papel de preencher algumas lacunas da historiografia alagoana, que pouco se dedica ao recorte espaço/tempo abordado, ou mesmo, a temática.

Recorremos a pesquisa bibliográfica, aos documentos institucionais, oriundos da

câmara municipal e da prefeitura de Palmeira dos Índios, durante o recorte de 1960/1969. Utilizamos imagens da cidade que circulam em grupos de redes sociais (*facebook*), publicadas por antigos moradores como forma de lembrar o passado. Pelo aporte da História Oral realizamos entrevistas, gravadas e transcritas, com moradores que vivenciaram o período na cidade. Usamos fragmentos jornalísticos de impressos locais e da capital alagoana, cópias de jornais provenientes de arquivos privados, em posse de moradores e alguns pesquisadores.

A pesquisa está estruturada em três capítulos enfocando as transformações urbanas e o culto ao progresso e desenvolvimento aspirado por um grupo especializado e pelo Estado.

No primeiro capítulo, discute-se os primeiros planos da urbanística moderna, quando a cidade é pensada como lugar privilegiado das atividades civilizatórias. Evidenciamos as transformações urbanas no Brasil a partir de sua Primeira República, em seguida, consideramos as transformações urbanas em âmbito local, identificamos as vivências e práticas socioculturais.

O segundo capítulo aborda as ações do Estado brasileiro em meados do século XX. Analisamos o sentido das transformações e mudanças que buscaram elevar o país ao “patamar das nações ricas e desenvolvidas” como pode ser visto em Moreira (2003). Dentro de um panorama inovador viabilizado pelo setor modernizante da indústria, contextualizamos o papel da região nordestina a partir de políticas públicas direcionadas para a região. Suscitando, bem como, as continuidades de um projeto/ideário cultivado pelo governo militar. De forma sucinta, aludimos às transformações que foram absorvidas pelo Estado de Alagoas a partir do discurso de desenvolvimento e modernização.

No terceiro capítulo é analisada a constituição de um discurso, a apropriação e consumo por aqueles que vivenciaram e idealizaram Palmeira dos Índios como a Cidade Modelo do Estado alagoano. Buscamos identificar o que substanciou a ideia de progresso e desenvolvimento, as atribuições e possíveis contradições nesse processo. Por último, considerou-se o estabelecimento de novas práticas sociais e culturais que fizeram e estimularam muitas imagens de Palmeira dos Índios enquanto um modelo de cidade no sertão.

2 Aspirações urbanas no Brasil Republicano

Retrocedemos no tempo. Já é lugar comum pensar no século XIX como um período de transformações e mudanças, marcado pela explosão científico-tecnológica, pela consolidação de um estilo burguês de vida, pela emergência das camadas populares urbanas, pela internacionalização do capitalismo. Embora a maior parte do globo ainda fosse predominantemente rural, a cidade tornara-se o palco por excelência destas inovações (PESAVENTO, 1996, p. 379).

Para a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1996, p. 380) a cidade em sua dada realidade urbana aparece como campo crítico de reflexão da pesquisa histórica quando é “sentida e pensada como problema”. A problematização do urbano em uma sociedade que experimentava surtos de inovações, advindas com o século XIX, é compreensível ao passo que as antigas estruturas das cidades brasileiras ainda de ares provincianos, descortinavam inadequadas aos novos padrões e preceitos burgueses de civilização.

As antigas cidades coloniais apresentariam “com suas vielas e becos, suas ruas estreitas e tortas, uma população que inchava, novas atividades econômicas e as exigências dramáticas dos serviços urbanos”, é o que Sandra Jatahy Pesavento (1996, p. 380) caracteriza de uma espécie de crise urbana da bifronte sociedade brasileira de finais do século XIX. Onde o “viver em cidades’ trouxera à baila uma série de demandas, ameaças e desconfortos” (PESAVENTO, 1996, p. 380), momento que justificou e orientou, por vezes, práticas intervencionistas no espaço. Segundo Pesavento (1996),

Naturalmente, a haussamannização de Paris, herdeira da utopia racionalizadora das luzes, não teria sentido na metade do século XIX em terras americanas. Mas, ao longo do século passado, um capitalismo perverso subvertia as condições de existência e sobrepunha às velhas cidades coloniais [...]. Libertando os escravos sem engajar formalmente os negros no mercado de trabalho, vendo o nascer de fábricas na urbe coabitar com um mundo rural bem próximo, que preservava o latifúndio intocado, do Brasil o século XIX presenciou os esforços de um estilo burguês de vida em afirmar-se sem que o *ethos* escravocrata fosse banido (PESAVENTO, 1996, 380).

A idealização da cidade diferenciada da concretude das cidades do cotidiano, a cidade ideal, dita moderna, engajada com a ciência, com o progresso e, principalmente, com os

florescentes preceitos burgueses de civilização, é um papel que Pesavento (1996, p. 380) atribui a um grupo especializado, caracterizado pela mesma como “produtores do espaço”. Componentes de uma elite letrada, em grande parte formada por médicos sanitaristas, engenheiros, arquitetos, assegurados por propostas modernizadoras, com a finalidade de reordenar e reformular o urbano. E, os moldes e modelos oriundos da Europa Ocidental surgidos em meados do século XIX.

Neste sentido, a haussmannização de Paris, mencionada por Pesavento, tratou-se de um dos principais projetos modernizantes da urbanística moderna, originária na França, conduzida pelo barão Georges Eugène Haussmann, entre 1853 e 1869. Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago à Saigon (FOLLIS, 2004, p. 25).

Demolição e construção conduziram o projeto urbano da Paris de Haussmann, norteado pelos ideais de beleza, racionalização e princípios sanitários. O historiador Fransérgio Follis (2004, p. 26), explica que os modelos que serviram de norte para tantas cidades do mundo foram conduzidas de maneira excludente, afastando os setores mais pobres do centro urbano em expansão, comumente identificados como “classes perigosas”. Uma população afastada para os subúrbios sem estrutura e insalubres, uma condição que eliminaria possíveis revoltas dos setores considerados perigosos em função do preservar de uma ordem vigente.

A nova Paris seria um modelo aos centros urbanos do mundo, que viu nos projetos urbanísticos, com aberturas de largas e novas ruas/avenidas o descongestionar de vias favorecendo a passagem de transportes e mercadorias de acordo com a exigência de uma nova ordem. O novo projeto urbano de Paris, de mesma maneira, destacou-se pelos novos padrões de embelezamento, com distintas praças, monumentos e de uma vasta rede de vias, para distintos tráfegos.

Segundo Fransérgio Follis (2004, p. 21), o acelerar ou expandir da urbanização na Europa foi precedido com o desenvolver da economia industrial, propiciado pelas necessidades de uma época em que as grandes cidades europeias em desenvolvimento do século XIX sofriam com o aumento contínuo da população e com a insalubridade. Por resultado, com grandes epidemias causadas pela falta de estrutura das “antigas cidades medievais e dos novos bairros operários, surgidos de modo desordenados” (FOLLIS, 2004, p.

21).

A criação de novos bairros operários superlotou as cidades e agravou o estado dos centros urbanos desestruturados da Europa. Agravando as condições de vida e de trabalho do operariado pela ausência de requisitos básicos de estrutura, como o saneamento e a iluminação pública das estreitas e tortuosas ruas europeias.

As precárias condições das grandes cidades europeias afetavam a economia dos centros urbanos e, por extensão, o desenvolvimento econômico do próprio país, colocando em dúvida alguns dos mais importantes pressupostos ideológicos burgueses que davam suporte ao capitalismo industrial: a razão, a ciência e o progresso (FOLLIS, 2004, p. 23). As medidas de intervenção surgiram como resolução da problemática urbana e, a cidade de Paris surge como a grande inspiração, dentre as muitas reformas sucedidas nas cidades europeias.

A evidencia que levaria à fundação da urbanística moderna se deu com o estabelecimento dos problemas sanitários como os causadores das epidemias que assolavam os centros urbanos da Europa. Pois, a higienização passou a ser a principal ferramenta de combate contra as epidemias. Follis salienta que, as medidas higienistas justificaram reformas modernizantes, e foi orientado pelo viés ideológico, que conduziu e inspirou um novo modelo urbano para várias cidades do mundo, inclusive para as cidades do Brasil nos anos iniciais da República.

Follis destaca que, “o cenário urbano constituído de ruas estreitas e irregulares, escuras, mal pavimentadas, repletas de pedras soltas e de esconderijos” facilitariam revoltas das chamadas “classes perigosas”, os pobres de Paris. Assim, a abertura de extensas e largas ruas e avenidas sobre as ruínas dos velhos bairros centrais habitados pelas classes pobres, tidas como classes perigosas, além de inverter a situação, eliminaria da região central de Paris focos revolucionários potenciais (FOLLIS, 2004, p. 26).

A partir de Follis é entendido que,

Ao eliminar um grande número de miseráveis habitações populares – tidas como insalubres e vistas como focos de epidemias e permitir que a circulação de ar e a penetração de luz solar fossem substancialmente melhoradas, a construção dessa nova malha urbana de amplas vias, juntamente com a nova rede de esgotos e várias obrigações relativas à higiene impostas ao setor privado, revelava também o objetivo higienizador da reforma (FOLLIS, 2004, p. 26).

Na opinião de Follis (2004, p. 24), a fundação da cidade civilizada e moderna partiu de três princípios norteadores: a higienização, embelezamento e racionalização do espaço. Uma

modernização urbana posta em um período em que a modernidade inspirou e significava novos padrões dissociados de atributos antigos. Um processo, até então, ocorrido de forma gradual, mas em meados do século XIX ocorreu uma modernização urbana potencializada com as grandes reformas, viabilizado pelo poder público.

Follis observa que,

A higienização das cidades demandava a adoção de medidas tão amplas em seu tecido urbanístico que, no fim e ao cabo, saneá-las acabava por significar reformá-las em toda a sua amplitude. Livrar as cidades do fantasma das doenças era empresa que transcendia a competência do médico sanitário. Tratava-se, em verdade, de replanejar as cidades, de escorá-las em novos fundamentos, de submetê-las a novas formas de organização (FOLLIS, 2004, p. 23).

Portador de preceitos civilizatórios e modernos de sociedade, de grosso modo “prática, higiênica e bonita”. Tal projeto foi acolhido e encontrou espaço nos centros urbanos em desenvolvimento no Brasil, a exemplo, das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ou mesmo, em Porto Alegre, no sul do Brasil, objeto de estudo de Pesavento (1996), trazido em *Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo*”, que expressa a posição do poder político em querer recriar uma Paris no sul do Brasil, nos anos iniciais do regime republicano.

Para o sul do país, a partir dos estudos de Pesavento (1996, p. 381), foi importado as concepções francesas de modernização urbana emanada por Haussmann e, posteriormente, as influências urbanísticas norte-americanas. Particularmente porque o crescimento populacional da capital gaúcha criou dificuldades aos administradores e a solução foi respaldada nos discursos de médicos, engenheiros, arquitetos e higienistas europeus.

Um processo de modernização urbana ocorreu de forma limitada e restrita nos grandes centros de economia mais assídua, quase que predominantemente de base agrária, a exemplo, de São Paulo pela forte economia do café. Contudo, de acordo com Follis (2004, p. 27), o século XIX não propiciou grandes transformações, em sua maior parte, nos ares provincianos das cidades brasileiras, que permaneciam predominantemente rural.

Segundo Follis (2004, p.p. 27/28), nos anos iniciais do regime republicano, a renovação urbanística foi um processo visível no caso das grandes cidades, capitais estaduais, cidades portuárias e na capital federal, o Rio de Janeiro. O projeto de modernização urbana não caracterizou, na maioria das cidades brasileiras, por ser uma tarefa precípua dos administradores locais nas décadas iniciais do novo regime.

É explicitado por Follis que:

No Brasil, o primeiro grande exemplo de reforma urbanística surgiu na cidade do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, quando o então prefeito Pereira Passos pôs em prática um plano geral de modernização urbana. Depois do Rio, vários centros urbanos de crescimento emergente, como São Paulo, Manaus, Belém, Curitiba, Porto Alegre e outros, passaram a adotar planos urbanísticos em sua modernização (FOLLIS, 2004, p. 15).

No que diz respeito às cidades brasileiras, mesmo antes das grandes reformas urbanas, algumas delas já haviam incorporado algum grau modernizante em sua estrutura urbana. As grandes reformas, em que a haussmannização de Paris é destacada por Pesavento (1996) e Follis (2004) como inspiração, conseguiram acelerar o ritmo da modernização urbanística no Brasil, efetivada pelo poder público. Follis, faz uma ressalva lembrando outros modelos, como os melhoramentos urbanos das cidades de Londres e Nova York. Todavia, os padrões do barão Haussmann foram mundialmente acolhidos.

Nas palavras de Follis, “inscrita em realidades históricas diversas, a modernização urbana apresenta diferenças importantes, pois uma cidade não se submete a um modelo sem modificá-lo” (FOLLIS, 2004, p. 19). O estudo da modernização urbanística no Brasil é uma temática envolta pelas concepções de uma historiografia tradicional, restringida aos grandes centros urbanos do Brasil. Causando uma generalização dos processos, de forma uniformizadora, inibindo e limitando o conhecimento desses processos fora do eixo capital e dos grandes centros de assíduo desenvolvimento.

Em relação ao Estado alagoano, Douglas Apratto (1997, p. 22) informa que, os ideais aspirados pela modernidade tiveram que esperar na recente capital Maceió, e por consequência, nas cidades interioranas, principalmente. Parcas foram as mudanças aferidas no Estado na primeira metade do século. As grandes transformações neste cenário começaram por eclodir apenas em meados do XX, quando houve o aceleração da urbanização na capital Maceió e no país como todo.

2.1 Visitando Palmeira dos Índios, a Princesa do Sertão²

Os aspectos que deram o nome da cidade explicam-se por ser um território originalmente indígena e portador de numerosas palmeiras em seu entorno. O território da atual cidade outrora foi um aldeamento dos índios Xucurus e Kariris. Palmeira dos Índios encontra-se no centro geográfico, entre o sertão e o litoral, no agreste alagoano.³

O processo de formação territorial ocorreu de forma semelhante a outras localidades, dentro de uma perspectiva mais ampla da História do Brasil, o projeto português de civilização, em que a Igreja Católica obteve forte presença. O percurso histórico apresentado em *Bases da Formação Letrada de Palmeira dos Índios: de 1770 a 1993*, por Josefa Adriana C. Ferro de Souza e Elcio de G. Verçosa (2010), pontua Palmeira dos Índios dentro deste processo. Para tal,

Cumpre-nos dizer que, tanto no Brasil colonial quanto durante o período Imperial, os aglomerados populacionais primeiro eram arraiais, povoações ou povoados que podiam ser também freguesias e que, de acordo com seu desenvolvimento econômico e populacional, podiam vir a ser elevados a vilas, segundo a regra portuguesa. A denominação de cidade, na verdade, tem caráter apenas honorífico, designando a importância socioeconômica e populacional da vila (SOUZA; VERÇOSA, 2010, p. 02).

Os primeiros registros historiográficos de Palmeira dos Índios seguem nesta perspectiva do enredo colonial estabelecido sob o signo açucareiro. O território da atual cidade Palmeira dos Índios pertenceu à sesmaria de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (hoje Marechal Deodoro), passou depois a integrar a antiga vila Real de Bragança ou a comarca de Atalaia, depois é desmembrada e dá origem a várias freguesias, dentre elas Palmeira dos Índios (SOUZA; VERÇOSA, 2010, p. 03).

A colonização ocasionou um fluxo migratório intenso, como é suscitado por José Adelson Lopes Peixoto (2013, p. 37/38), fazendo com que houvesse uma mobilidade dos grupos indígenas pelo território como os xucurus, aldeados de Ararobá, no ano de 1762,

² Em entrevista Barros (2018) pontua que a cidade ficou conhecida por “Princesa do Sertão” por causa de sua localização geográfica. Até os anos iniciais da segunda metade do século XX era uma localidade localizada na zona sertaneja de Alagoas. Segundo o mesmo, com o desmembramento de territórios dos domínios de Palmeira dos Índios e devido a nova reorganização geográfica promovida pelo IBGE a cidade deixa de pertencer ao sertão e passa a ser localizada no agreste de Alagoas. Para Cosme Rogério “Princesa do Sertão” trata-se de um epíteto dado originalmente à Feira de Santana na Bahia, em 1849-1923, por Rui Barbosa. Segundo Rogério, muitas cidades do “Hinterland” passaram a possuir o mesmo epíteto de Princesa do Sertão. Disponível em: <http://cosmerogerio.blogspot.com.br/2011/12/palmeira-dos-indios-princesa-do-sertao_12.html>.

³ A cidade, segundo a recente divisão geográfica do IBGE passou a pertence ao agreste alagoano, sua população estimada é de 74, 208 habitantes, em 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/panorama>.

vindos de Cimbres (atual Pesqueira-PE) e os kariris oriundos do Baixo São Francisco (atual Porto Real do Colégio), resguardaram-se no território que é Palmeira dos Índios, até então Província de Pernambuco.

O estabelecimento indígena na região do planalto da Borborema junto a presença de sesmeiros resultou em constantes conflitos. A Arquidiocese de Olinda, responsável pela região, enviou um missionário da ordem dos franciscanos, frei Domingos de São José, para abrandar a situação por via da catequização dos nativos e povoamento do local. O missionário permaneceu na localidade até 1783. Foi o idealizador da primeira capela da freguesia, Senhor Bom Jesus da Boa Morte (que atualmente comporta o Museu Xucurus), como também da segunda capela, em 1778-1780 (atual Centro Diocesano), construída no sopé da Serra da Boa Vista. Local que daria origem ao núcleo urbano de Palmeira dos Índios, como relatado por Verçosa e Souza (2010, p. 03).

A responsabilidade administrativa da região, pertencente até então a Arquidiocese de Olinda, é repassada para a paróquia Nossa Senhora do Amparo, igreja idealizada por frei Domingos de São José no sopé da Boa Vista, em 1798, devido a intensificação dos conflitos entre nativos e brancos. Mas, “em 1813 o cargo deixa de ser assumido pelo vigário e passa a ser político, sendo ele definido pelo Conselho Municipal de São José de Anadia, ao qual a freguesia pertencia”.⁴

Os eventos que marcaram Palmeira dos Índios enquanto cidade foi ocasionada com a emancipação política de Alagoas, em 1817. A localidade é elevada a cidade em 1835, rebaixada para distrito pelo governo provincial, em 1846, por causa da violência política na região. Voltou a ser cidade em 20 de agosto de 1889. Segundo Souza e Verçosa, “mesmo para o contexto nacional dá para afirmar que, do ponto de vista histórico, a cidade é bem recente” (2010, p. 06).

⁴ A freguesia de Palmeira dos Índios foi criada em 1798. Com o crescimento do povoado e o estabelecimento do não índio em torno da capela no sopé da serra, os nativos passaram a recuar para as serras nos redutos da cidade. (Peixoto e Soares, 2016, p. 03).

2.2 O cultivo de uma urbanidade: Palmeira dos Índios e a experiência republicana



Imagem do acervo de Ivan Barros. Disponível em *Graciliano era assim*, 2004, p. 256.

A foto acima registra o centro de Palmeira dos Índios, é datada segundo Ivan Barros do ano de 1908. Representa a face da cidade à época, marcada por um cotidiano ligado ao mundo rural, cujos elementos são pormenorizados na introdução de animais na vida corriqueira da pequena cidade interiorana. Região de muitas matas, terras pertencentes aos coronéis que ali habitavam. A respeito disso, Ivan Barros, discorre,

Casinhas em estilo colonial... ruas sem calçamentos... e os pés de jatobá, aroeira e oiticica, em cujos galhos, os matutos dependuravam bois e bodes, para vender ao povo, em feiras livres. E a mesmo, sob as árvores, eles efetuavam o abate e a venda dos animais, costumeiramente. À noitinha, quando a cidade preparava-se para adormecer, sob as luzes dos lampiões e lamparinas, os moços desocupados se reuniam em grupos, “para comentar as novas da cidade (BARROS, 2014, p. 256).

Este cenário recebe no ano de 1910, o então engraxate Graciliano Ramos, que mais tarde tornou-se gestor da municipalidade, por volta de 1928, questionando alguns destes hábitos da população e renunciando mudanças sensíveis neste panorama. No limiar de um novo século, os redutos da pequena cidade, enquanto registros historiográficos deram-se, principalmente, pela fama adquirida do ponto de vista literário, presente na escrita e na memória de Graciliano Ramos na primeira metade do século XX. Fama materializada em *Caetés*, o primeiro romance lançado por Ramos, em 1930, tendo como pano de fundo a cidade

de Palmeira dos Índios. O escritor projetou a cidade em âmbito nacional, por meio de seus escritos, enquanto prefeito e morador do município.

Segundo Ivan Barros, como prefeito foi imparcial e sua administração marcada por princípios morais e éticos. Graciliano Ramos “Surpreendeu a todos com seus relatórios e sua austeridade com o dinheiro do povo e imparcialidade nas decisões” (BARROS, 2006, p. 300/1). Notórias são as características, um denominador comum, que de tal forma, passou a ser partilhada entre aqueles que buscaram aquilatar a gestão de mestre Graça.

Foi buscado, a partir da ótica de Graciliano, intentar para os vestígios do pensar a cidade, e as sensíveis mudanças tidas como necessárias e resposta a um ideário daquilo que se tinha enquanto cidade urbanizada, suscitada em seu sentido local, mas, sobretudo, reflexo de um cenário nacional.

Aludimos as ponderações trazidas em *Graciliano Ramos e o pensamento higienista no final da Primeira República*, de Santos (2017). Esta intentou para a compreensão do ideário higienista emanado por Ramos, enquanto prefeito da cidade interiorana, no final da Primeira República. Discurso registrado no código de conduta municipal e nos dois relatórios enviados ao governo do Estado e por Ramos redigidos. Tomamos os referidos documentos como limiar importante no entendimento do que foi proposto neste estudo.

Sob o signo da industrialização e do urbanismo, adotados pelo Estado nacional, a recente República emanou forças políticas e econômicas, mas, sobretudo, corroborou um ideário modernizador que conduziu modificações sensíveis no seio da sociedade brasileira. Ideais pautadas, principalmente, em uma civilidade. Um projeto nutrido diante de uma nova roupagem cujos preceitos civilizatórios têm bases estadunidenses e europeias, como salientado por Santos (2017, p. 130).

Ideais introduzidos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e com deficiências na esfera pública, ampliado na República pelos reflexos de uma epidemia modernizante em busca do progresso. Segundo Santos, “foi nesse Brasil de ordem e progresso” que funcionou como “um arcabouço para Ramos” no pensar a sociedade, “ele tomou como exemplo sua Palmeira dos Índios, para descrever pequenas mazelas encontradas ali para chegar ao grosso do que era o país que caminhava para a modernidade” (SANTOS, 2017, p. 129).

As medidas higiênicas, estudadas por Santos, significou um ideário latente, dentro do período mencionado. Segundo a mesma,

As medidas higiênicas se associam a necessidade de prevenção de doenças. Teve como exemplo, no campo da medicina, os europeus e praticamente entre o final do século XIX e início do XX o Brasil também adotou essas práticas. Para os burgueses essa desordem urbana estava associada à pobreza. Desta maneira, os modelos europeus de “civilidade” seriam a saída para a ordem e progresso do país (SANTOS, 2017, p. 135).

Algumas destas medidas foram emanadas de Ramos enquanto gestor. Anteriormente, na condição de morador da área citadina, a higiene significou uma problemática a ser encarada pelo poder público. Que em analogia, caracterizou a cidade como “um pasto de boi, cavalos, porcos e cabras, uma sujeira grossa”. Expondo que “praça pública não é fazenda de ninguém”, ao referir-se aos costumes, de higiene da localidade (SANTOS, 2017, p. 136).

Por meio do impresso local, Graciliano Ramos relata que “sob o título de *O Índio* quisemos que aparecesse nosso primeiro jornal para significar a primitividade de nossa ideia, alias grandiosa. Representa elle a força, valôr, interpidez; sagacidade, argucia e intelligencia, características que se encontram sobejamente no índio”.⁵ (sic). Espaço usado para expor a sua indignação para com a falta de interesse do poder público com as cidades interioranas, assim como, com a população de Palmeira dos Índios.

Algumas notas expostas no trabalho de Ivan Barros, *Graciliano era assim*, sendo o mesmo portador de cópia do jornal, *O índio*,⁶ ainda em perfeito estado de conservação, evoca que “as censuras (em notas jornalísticas) elaboradas por ele no ano de 1921 anuncia o que mais a frente, na condição de gestor público seria responsável por trazer melhoria para a sua cidade” (SANTOS, 2017, p. 13). Como redator, escrevia usando pseudônimos as colunas *Traços a esmos, Garranchos, factos e fitas e correspondências*.

Santos (2017, p. 131) explicita que o impresso traz alguns pensamentos e queixas do colunista Ramos, que mostrava-se preocupado com a falta de estrutura da cidade, com as problemáticas de vivência encontrada por seus moradores. Entre os quais, a inexistência de um estabelecimento de ensino, “que lhe ilumine o cérebro”. Estabelecimentos que trariam mudanças significativas para a cidade e para os seus habitantes, impedindo-lhe do “abismo

⁵ Parte de um artigo manuscrito, redigido por Ramos, para o jornal *O Índio*, fragmento disponível em BARROS, 2014, p. 291.

⁶ Um outro sujeito de eloquência nos redutos da História da cidade, que nos apareceu como referência, foi padre Francisco Xavier de Macedo, um “visionário”, segundo Barros. Macedo acreditava que um jornal era ‘um núcleo de alcance e muito útil’. De tal maneira, na atual rua Francisco Calvante em Palmeira dos Índios, passou a funcionar a redação de *O Índio*, ‘semanário independente e noticioso’ de 4 páginas, idealizado por Macedo. A criação de *O Índio* ocorreu em 13 de janeiro de 1921 e teve como sócio em sua fundação Odhon Braga e Graciliano Ramos, (ver Barros, 2011). O jornal parou de circular em 1925 por causa da destruição da gráfica, provocado por um incêndio criminoso. (Ver Peixoto, 2003, p. 68).

tenebroso do crime”. Ou, nas críticas da precária iluminação pública, nas regalias providas por via dos serviços públicos contratados pela municipalidade e, mais ainda, na falta de fiscalização dos contratos firmados.

Em relação a precariedade da iluminação, expõe que:

O senhor empresário da luz elétrica melindrou-se com o meu artigo de domingo, em que apenas lhe fiz uma simples pergunta a respeito de um defeito de sua empresa. Por que se Zangou? Fiz-lhe eu acaso, alguma acusação injusta? Menti, por ventura, em dizer que “todos os sábados, mais ainda do que nos outros dias”, a sua luz nos chega péssima depois de longo atraso no horário? Não admite ele que se chame ao cumprimento do dever a sua empresa... Que intransigência... Que é do compromisso assumido para com a municipalidade e, conseqüentemente, para com povo, de que sou ínfima partícula? Onde o respeito à terceira cláusula do contrato firmado com o município, no qual o empresário se obriga “fornecer a luz pública das 18 às 24 horas, durante o período do verão e meia hora antes do inverno?” (SANTOS, 2017, p. 131).

Notas de páginas de jornal que lhe rederam algumas inimizades. Sendo estas inimizades ampliadas na condição de gestor em 1928. Ponderamos importantes as inquietações emergidas do escrito de Santos (2017, *passim*), no que diz respeito ao ideário higienista conduzido por Graciliano Ramos, dentre quais: “proibido-lhes despejar, escoar resíduos de qualquer espécie nos abastecimentos de água, nas ruas; Recolher animais das ruas; Limpar e recolher o lixo das vias”; Além, de medidas higiênicas visando o regulamentar de estabelecimentos comerciais, industriais e da feira livre.

Atemo-nos, no pensar a cidade e as devidas modificações nos costumes, hábitos e pensamentos de seus habitantes. Que decerto, adquiriu grandes impactos na área citadina, por meio de reordenação de práticas e pensamentos disseminados.

A ótica de mestre Graça, resguardada em escritos documentais, os relatórios emitidos ao governo do Estado e o Código de Conduta municipal, é perceptível que “uma de suas inúmeras críticas centrava-se na iluminação pública, na rede de abastecimento d’água, educação e limpeza urbana” (SANTOS, 2017, p. 130). A ótica de Ramos não esteve presa para com a disseminação de medidas higiênicas, mas centrou-se, no grosso que estruturava a cidade, utilizando de tais medidas para colocar no eixo a Palmeira dos Índios almejada.

Com os limitados recursos da prefeitura, a paisagem citadina, fora “transformando-o em pedra, cal, cimento, etc.” (RAMOS, 1928, p. 254). Uma perspectiva que precisou superar, a priori, a pessoalidade e as tradições de via oral presente na coisa pública e no modo de vida

pregado por aqueles que possuíam o poder local. Por meio disso, surgiu então, o código municipal:

Em janeiro do ano passado não achei no município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das Candeias de azeite. Constava-se a existência de um código municipal, coisa inatingível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobisomem. Afinal, em fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do império. Era um delgado volume impresso em 1865 [...]. Com elas e com outras que nos dá a Divina Providência consegui aguentar-me, até que o conselho, em agosto, votou o código atual (RAMOS, 1928, p. 342).

O código estabelecido na sociedade palmeirense, visando reordenar as relações, ações e hábitos da localidade por via de diretrizes obtiveram o devido vigor e notoriedade no estabelecimento de fiscalização, multa e apreensões de animais e mercadorias de qualquer espécie, em caso de infração do referido código. Tal pressuposto implicou na retirada de concessões e privilégios de grupos detentores de bens, serviços e terras, por sua vez, possuidores do poder político e econômico.

Provido de tal código, foram estabelecidas em mesmo nível as relações socioculturais e econômicas de diferentes sujeitos por meio da política. Aproximando-os em um mesmo patamar por via da lei, relações outrora inimagináveis neste meio social. As leis surgiram como forma de colocar ordem na administração para que a cidade pudesse sanar as suas deficiências, tanto na esfera infraestrutural do viver urbano, como nos vícios que trouxeram precariedade à vida da população, como um todo.

Segundo Graciliano,

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os colaboradores de impostos, o comandante do destacamento, os soldados, outros que se desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha a sua administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quarteirão. Os fiscais, esses resolviam questões de polícia e advogavam (RAMOS, 1928, p. 334).

Características eminentes da Primeira República brasileira, enquanto gestor da municipalidade, Ramos intentou em resolver por intermédio de leis e dos plenos poderes políticos lhes conferido as pequenas mazelas cotidianas para posterior chegar ao vultoso dos problemas, vivenciado pelos palmeirenses. Ponderou que,

Esforcei-me por não cometer injustiças. Isto não obstante, atiraram as multa contra mim como arma política. Com inabilidade infantil, de resto. Se eu deixasse em paz o proprietário que abre as cercas de um desgraçado agricultor e lhe transforma em pasto a lavoura, devia enforcar-me. Sei bem

que antigamente os agentes municipais eram zabolhos. Quando um infeliz se cansava de mendigar o que lhe pertencia, tomava uma resolução heróica: encomendava-se a Deus e ia à capital. E os prefeitos achavam razoável que os contraventores fossem punidos pelo Sr. Secretário do interior, por intermédio da polícia (RAMOS, 1930, p.355).

Os seus relatórios, especialmente o segundo, emprega um tom irônico, especialmente quando se refere ao posicionamento de alguns membros do grupo econômico para com as ações tomadas por ele na gestão municipal. Discorre Ramos:

É uma interessante classe de contribuintes, módica em número, mas bastante forte. Pertencem a ela negociantes, proprietários, industriais, agiotas que esfolam o próximo com juros de judeu. Bem comido, bem bebido, o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz, quer estradas, quer higiene. É exigente e resmungão. Como ninguém ignora que se não obtém de graça as coisas exigidas, cada um dos membros desta respeitável classe acha que os impostos devem ser pagos pelos outros (RAMOS, 1930, p.356).

Ramos esclarece que, “foram extintos favores largamente concedidos a pessoas que não precisavam deles e pus termo às extorsões que afligiam os matutos de pequeno valor, ordinariamente raspados, escorchados, esbrugados pelos exatores” (RAMOS, 1930, p.356). Medidas que rendeu a prefeitura o aumento de sua receita possibilitada com o corte de concessões, privilégios e arrecadações de multas geradas por infrações do código de postura do município. Sendo estas ações constadas nos dois relatórios enviados ao governo do Estado como forma de prestação de contas.

Arrecadações que foram empregadas e distribuídas de maneira abrandar as necessidades mais urgentes, entre as quais, obras públicas (viação e calçamento de ruas), aterramento da lagoa, iluminação, instituições de escolas, estabelecimento de posto de higiene (posto de saúde), feiras semanais, pagamentos de dívidas antigas da prefeitura.

De acordo com Graciliano Ramos, são miudezas, que chegou também, aos subúrbios, algo que os administradores que o precederam se mantiveram limitados em obras urbanas, “outros, inimigos de inovações não se dedicaram a nada”. De tal forma, indaga o gestor:

Não pretendo levar ao público a idéia de que os meus empreendimentos tenham vulto. Sei perfeitamente que são miuçalhas. Mas afinal existem. E, comparados a outros ainda menores, demonstram que aqui pelo interior podem tentar-se coisas um pouco diferentes dessas invisíveis sem grande esforço de imaginação ou microscópio (RAMOS, 1930, p.353).

As ações de transformar o espaço da área citadina estiveram sempre travadas por causa dos poucos recursos providos pela prefeitura. Segundo Ramos “o que a prefeitura arrecada

basta para que nos não resignemos às modestas tarefas de varrer as ruas e matar alguns cachorros” uma vez que, de acordo com o mesmo, “infelizmente a nossa pobreza é grande. E ainda que elevemos a receita ao dobro da importância que ela ordinariamente alcançava, e economizemos com avareza, muito nos falta realizar” (RAMOS, 1930, p.350). No entanto, o aumento da receita possibilitou ir além das tarefas de varrer as ruas e matar cachorros, foram executados projetos importantíssimos para a cidade de Palmeira dos Índios e todo o município.

Para Ramos, as medidas presentes no Código de Conduta favoreceram a agricultura, livrando-a dos bichos criados à toa: “ataquei as patifarias dos pequenos senhores feudais, exploradores da canalha; suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte; estimulei as relações entre o produtor e consumidor” (RAMOS, 1930, p. 353). Estabelecendo nessas localidades feiras semanais, instituição educacional e estrada de rodagem. A respeito disso, Ramos, assinala que,

O esforço empregado para dar ao Município o necessário e vivamente combatido por alguns pregoeiros de métodos administrativos originais. Em conformidade com eles, deveríamos proceder sempre com a máxima condescendência, não onerar os camaradas, ser rigorosos apenas com os pobres-diabos sem proteção, diminuir a receita, reduzir a despesa aos vencimentos dos funcionários, que ninguém vive sem comer, deixar esse luxo de obras públicas à Federação, ao Estado ou em falta destes, à Divina Providência. Belo programa. Não se faria nada para não descontentar os amigos: os amigos que pagam, os que administram, os que hão de administrar. Seria ótimo. E existiria por preço baixo uma prefeitura bode expiatório (RAMOS, 1930, p.355).

Foram empenhados os recursos disponibilizados na prefeitura para as necessidades surgidas na cidade, como mencionado por Ramos (1930): “está visto que me não preocupei com todas as obras exigidas. Escolhi as mais urgentes”. A cidade sofria com enxurradas em tempos chuvosos e com a degradação dos abastecimentos de água por causa do lixo acumulado e de secas, assim, compreendido por meio de seus relatórios. Assinala o gestor que os reparos foram ocasionados nas propriedades do município e afirma: “remendei as ruas e cuidei especialmente da viação. Possuímos uma teia de aranha de veredas muito pitorescas, que se torcem em curvas caprichosas, sobem montes e descem vales de maneira incrível” (RAMOS, 1930, p.p. 350/351/355).

Dentre as principais obras, Ramos faz referência em seus relatórios por considerar urgentes, em um primeiro momento, a construção da estrada do bairro de Palmeira de Fora, que liga a cidade de Palmeira dos Índios a cidade de Bom Conselho no Estado de

Pernambuco, e em seu segundo momento, o terraplano da lagoa localizada entre a estrada do bairro de Palmeira de Fora e o núcleo urbano.

Em período chuvoso, a lagoa que ficava na área central da cidade (na atual praça Manoel Brandão, popularmente praça do açude), apresentava-se perigosa aos transeuntes, como explicitado por Ramos:

Em um dos lados do caminho abria-se uma larga fenda com profundidade que variava de três para cinco metros. A água das chuvas, impetuosa em virtude da inclinação do terreno, transformava-se ali em verdadeira torrente, o que aumentava a cavidade e ocasionava sério perigo aos transeuntes. Além disso, outras aberturas se iam formando, os invernos cavavam galerias subterrâneas, e aquilo era inacessível a veículo de qualquer espécie (RAMOS, 1928, p. 340).

Por último, aludimos à construção e manutenção da viação que buscou interligar as veredas do sertão, as trilhas dos caetés. A obra foi abandonada pelos altos custos e limitações da estrada que fora considerada “original produto de engenharia tupi”. Diz o gestor: “abandonei as ‘trilhas dos caetés’, e procurei saber o preço duma estrada que fosse até Sant’Ana” (RAMOS, 1930, p. 351). Para isso, foi requerido através de peritos um levantamento de custeio da obra. Os peritos lhe informaram que a estrada custaria entre seiscentos mil réis a sessenta contos.

De acordo com Graciliano,

Os seiscentos mil-réis ficariam perdidos entre os barrancos que enfeitam um caminho atribuído ao defunto Delmiro Gouveia e que o Estado pagou com liberalidade. [...] Conheci os trabalhos em Janeiro. Estão prontos vinte e cinco quilômetros. Gastei 26:871\$930 (RAMOS, 1930, p. 351).

Mudanças estruturais providas no espaço que estabeleceu novas práticas e sociabilidades; relações socioculturais e políticas, possibilitada com a chegada de Ramos a gestão da municipalidade. Modificando um cenário que era uma espécie de extensão das fazendas dos coronéis. Ou nos redutos das vias públicas separadas por matas e buracos como é exposto por Graciliano, ao especificar, o “espaço que separava a cidade do bairro da lagoa era uma coelheira imensa, um vasto acampamento de tatus, qualquer coisa desse gênero. Buraco por toda a parte”. Como forma de preservação da estrada, o código trouxe leis que estabeleciam diferentes espaços para o trânsito de automotivos e de transportes por tração animal. Ficando proibido “conduzir carroças, carros de bois, quaisquer veículos de tração animal, por estradas que a prefeitura destinava ao trânsito de automóveis” (RAMOS, 1928, p.p. 250/340).

Do mesmo jeito, passa a ser irregular “amarrar animais em portas, portões, árvores públicas, postes de iluminação pública, tê-los nos passeios interrompendo o trânsito”, ou mesmo, “transitar a cavalo pelos passeios ou em corrida pelas ruas da cidade, dar estalos com chicotes”. Medidas que lhe renderam muitas reclamações, ameaças e berros, principalmente, dos “fazendeiros que criavam bichos nas praças” da cidade (RAMOS, 1928, p. 247).

Outras atividades foram enquadradas na mesma perspectiva, a feira, os estabelecimentos comerciais e indústrias passaram a ter espaços, horários e regulamentações próprias de controle e fiscalização da prefeitura. De fato, uma limpeza na cidade, que outrora funcionava de forma desordenada e sob vontades dos coronéis que representavam o poderio local. Outros hábitos e costumes, que julgamos, decerto, parte do cotidiano dos moradores da localidade, entraram nessa ótica de proibições auferidas por Graciliano Ramos, como a prática de banho e pesca na lagoa da cidade.

Pelos documentos que acessamos não foi possível precisar o real motivo do estabelecido, talvez uma atitude movida pela necessidade de cuidar das fontes de abastecimento de água, proveniente de um município “pobre e demasiado grande para a população que tem reduzida por causa das secas continuadas” (Ramos, 1930, p. 247).

Em outro momento, tais leis, direcionam-se no sentido de preservação das fontes de abastecimento de água, ficando vedado “cercar ou reduzir a uso privado as margens de açudes, rios, riachos, lagoas, quaisquer fontes, públicas do município”, de mesma maneira, é proibido jogar “substâncias orgânicas” ou “imundícies” de qualquer natureza nas fontes de abastecimentos de água, bem como nas vias públicas (Ramos, 1928, p. 248).

Diante do cenário das práticas higiênicas, de administração política e social – ou a falta das mesmas – Graciliano pensou e projetou a cidade de Palmeira dos Índios enquanto gestor, com base nas próprias experiências e vivências enquanto partícula da localidade. Buscando suprir as deficiências associadas à infraestrutura e reordenar as práticas desenvolvidas pela população para fins de estabelecimento de uma determinada ordem, bem como para o consumo e manutenção de nova ordem urbana.

O traçado das questões sociais feito por Ramos caracteriza, de grosso modo, as marcas de sua temporalidade, partilhada entre muitos indivíduos do Nordeste brasileiro. Ramos afirma que,

Encontrei em decadência regiões outrora prósperas, terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o Sul do País ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós

umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos (RAMOS, 1930, p.p 352/353).

Fragmento que tem como pano de fundo um cenário marcado pelas secas e, em função destas, o desencadear de um intenso fluxo migratório. Uma constante mobilidade em busca de uma rota de fuga devido às mazelas eclodidas da seca. Ou melhor, produto das desigualdades sociais, e a inexistência de políticas públicas capaz de oferecer melhores condições de vida aos sujeitos desprovidos economicamente.

Uma descrição que traz um contraste de perspectivas entre Ramos e o esboçado até o momento, com o que Ivan Barros ensaia ao caracterizar a vivência dos palmeirenses em fins da Primeira República. Para Barros, tratava-se de uma cidade com relativo progresso em cujas ruas de fios elétricos transitavam carros Ford e sapatos à Luiz XV, as mulheres usavam perfumes de *caron* e figurinos de Paris, e a “gente bem” dançava on-step, tocava piano e usava colete e gravata (BARROS, 2014, p. 317).

Não se tratava de uma realidade partilhada entre todos os moradores da cidade. Mas, que o imaginário se fez presente pela inserção de alguns símbolos do que seria uma possível modernidade ou, uma modernidade possível.

A inserção do novo, do moderno, somados a localização geográfica (porta de entrada a capital e para o sertão) corroborou para surgir uma espécie de mentalidade daqueles que pertenciam à região de cognome Princesa do Sertão. Ramos, ao referir-se a carestia da produção, assim como as tonalidades de vivências dos diferentes sujeitos da escala social, atentou para o favorecimento da receita que se encontrava debilitada pelo abandono do campo e pelas deficiências da vida urbana. A impressão que temos, a partir dos documentos, é que a solução encontrada pelo então gestor foi estabelecer um equilíbrio por vias de reparos das problemáticas, ou, as partes mais urgentes para que assim a cidade viesse de fato prosperar. De acordo com Barros, Graciliano Ramos, “fez uma inovação no município: botava os presos para trabalhar. Quando deixou o cargo espontaneamente foi sucedido por Salú Branco. Muita gente suspirou aliviada. Soltaram foguete, inté” (BARROS, 2014, p. 144).

Graciliano Ramos, ao referisse a produtividade do município, alegou que “o palmeirense afirmava convicto que isto era a Princesa do Sertão. Uma princesa, vá lá, mas uma princesa muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavacada” (RAMOS, 1930, p. 353). Por Barros (2011, p. 28) é sugerido que a cidade já ensaiava as cenas de progresso antes mesmo de Ramos chegar a gestão municipal.

O mérito, neste período, dava-se com a chegada do padre Francisco Xavier de Macedo na cidade, em 1920, pela engenhosa habilidade de “pedir, e pedir para pedir”, “pedia aos paroquianos para ajudá-lo a pedir, era a sua labuta” (BARROS, 2011, p. 29). Por meio dessa labuta o padre conseguiu fundar o jornal *O Índio* e sua respectiva redação; reformou a capela Nossa Senhora do Amparo, atualmente Catedral Diocesana. Além disso:

Era um homem comprometido com o crescimento da cidade, pois em prática grandes projetos para o desenvolvimento de Palmeira dos índios. Faleceu, no dia 29 de dezembro de 1963 tendo administrado a paróquia durante 43 anos, em sua administração, ajudou a tornar a cidade de Palmeira dos Índios uma das mais importantes do estado de Alagoas. Fundou os colégios Cristo Redentor e o Pio XII, implantando uma educação europeia na cidade, colégios estes que se tornaram um dos mais importantes do estado, sendo coordenadas por padres e freiras holandesas. [...] Monsenhor Mâcedo também ampliou o Hospital de São Vicente, o primeiro do Interior do estado de Alagoas (SILVA, 2015. p. 27).

O Hospital de São Vicente foi, em suas premissas, o “abrigo de São Vicente”, instalado na cidade em 1899. Reformado em 1905, passa a ter a denominação de Hospital São Vicente de Paula, o primeiro da região interiorana de Alagoas. Segundo Barros,

Era uma casa de uma porta e quatro janelas. Nela tinha um salão com quatro camas de ferro. [...] Neste Hospital não tinha médico, mas seus pacientes eram atendidos por um prático, tipo curandeiro, chamado de Francisco Pinto. [...] Ele era quem fazia os curativos dos feridos e cuidavam dos sífilíticos. A população devia muitos favores a esse homem (BARROS, 2011, p. 30).

Posteriormente é feita uma ampliação no hospital por padre Macedo, visando o conforto dos pacientes e higiene do estabelecimento de saúde, que passa a partir disso, a disponibilizar serviços com um médico. A reforma é iniciada em 1933 e finalizada em 1937. Na escrita de Barros, em alusão a primeira metade do século XX, argumenta que “as décadas de 20 e 30, em Palmeira dos Índios foram de intenso progresso. Acelerado mais ainda com a chegada do padre Macedo. O comércio florescente. A cidade das quatro portas era considerada a capital geográfica do sertão e do agreste” (BARROS, 2011, p. 24). O pensamento de Barros sinaliza para um ufanismo que entra em conflito com os escritos de Graciliano Ramos.

A cidade de intenso progresso é referida por Barros, nos idos de 1920, pela ausência de transporte, “não tinha trem, nem carro, nada”. A locomoção dava-se “a cavalo ou de carro-de-boi ou redes”. Daqui para Quebrangulo tomava o trem para Maceió. De Maceió se embarcava no vapor para o Rio ou Recife. Palmeira dos Índios era o ‘oco do mundo’ (BARROS, 2011, p.

32). Ou seja, encontrava-se sem comunicação, sem transporte e por sua vez, longe de avultar a produtividade do município.

Fatores que geraram notas e mais notas, algumas destas, presente em “As Sementes de Padre Macedo”, do jornal *O Índio* que denunciou o descaso com uma das mais importantes obras do município: a ferrovia. Obra que se encontrava parada. As notas de *O Índio* expressaram o que Ivan Barros reafirma em *Abrindo a Janela do Tempo*, que o trem estreitaria as comunicações, o transporte e, por último, induziria a produtividade local. Com o passar dos anos fora, de forma restrita e limitada introduzidos alguns desses elementos de progresso no cotidiano da cidade. As obras da ferrovia, no entanto, demoraram dez anos para ser concluída.

O sistema ferroviário somente é introduzido no cotidiano da cidade três anos após a renúncia de Graciliano Ramos da gestão municipal por pressões políticas. Mas, a cidade tinha encontrado em 1933, pela ferrovia da Great Western, a trilha do progresso. Conforme, Barros,

Palmeira dos Índios ganhou a sua tão almejada ferrovia. [...] Inaugurada em 13 de agosto de 1933, durante muitas décadas deu uma contribuição expressiva para a integração do agreste ao Baixo São Francisco, numa função altamente social e econômica, sendo responsável, inclusive, pela criação de novos núcleos econômicos e estabelecendo a comunicação terrestre entre Palmeira e o Porto de Maceió e Recife. Nos anos 40, 50 e 60 era a trilha do progresso (BARROS, 2006, p. 56).

O anseio pelo maquinário em terras palmeirenses esteve associado ao ideário progressista introduzido pelo sistema ferroviário. A passagem do trem “era a presença do progresso” na Princesa do Sertão. Com a passagem do trem na cidade e devido a parada de passageiros na estação ferroviária surgiu, por meio dos produtores locais e da região, na antiga praça do Samba – atualmente praça do Skate –, a feira do Bacurau, que possuía um “intenso movimento, com a venda de pinhas, mangas, caju, abacaxi, as frutas nativas. Que funcionava de forma atrativa aos passageiros que chegavam na estação. Era uma enchente de gente até pegar o trem da meia-noite em demanda a porto real do colégio” (BARROS, 2006, p. 55).

O que outrora era inviável para a cidade torna-se parte de seu cotidiano, “sob o ponto de vista econômico-social, era o trem que interligava harmonicamente Palmeira e os demais centros de produção e consumo, e garantia a sobrevivência, segurança e desenvolvimento da região”. Salienta-se que “a sineta da estação foi por muito tempo o relógio da cidade. E o imenso relógio de madeira talhada, o ponto de referência horária da comunidade”. Outra dinâmica é estabelecida na vida cotidiana dos moradores, agora com a passagem do trem “o sino da estação anunciava: 10 batidas, 10 horas. Quanto ao trem havia um ritual: Uma batida,

atenção. Duas batidas, o trem ia partir. Três batidas, o trem partia, devagar, resfolegando” (BARROS, 2006, p.p. 54/55).

Barros (2006, p. 54) aponta a passagem do trem como o período de efervescência do progresso da cidade com o favorecimento da economia local, “durante mais de 30 anos”. Mas, é no estabelecimento das novas dinâmicas sociais que o seu pensamento é alicerçado uma vez que, “era o trem que trazia as novidades da capital, as revistas, os jornais, as gentes bonitas e diferentes”.

Ao situarmos “os 30 anos de progresso” a partir da introdução do sistema ferroviário, referido por Barros, nos alocamos na segunda metade do século XX, em contrapartida, o que esteve sendo exposto de Palmeira dos Índios para fora, neste período, em jornais, revistas, rádios, de grosso modo, não foi a notoriedade do progresso, mas sim, a violência política. Principalmente, o caso emblemático dos Mendes, em finais da década de 50 e início de 60. Os acontecimentos, de repercussão nacional em volta da família Mendes, atribuída à ocasião da votação do impeachment do governador Muniz Falcão, em setembro de 1957. O cenário foi marcado por um tiroteio deflagrado entre deputados dentro da Assembleia Legislativa, em Maceió (Silva, 2015, p.p. 26/27).

Episódio que vitimou fatalmente Humberto Mendes, genro de Muniz Falcão. Trouxe por consequência a cidade de Palmeira dos Índios grande instabilidade, instaurou-se um cenário de terror e guerra entre famílias. Uma vez que, “dizem que agora vai haver extermínio de família, umas contra as outras”. O temor se torna realidade, com vários crimes de mando entre as famílias, principalmente, com a chegada de Robson Mendes, filho de Humberto Mendes, a gestão municipal de Palmeira dos Índios, em 1958, de forma indireta. Uma nova ordem foi imposta, tendo por característica o medo e a violência. “Robson tinha fama de sanguinário”, o mesmo “tentou impor sua ‘ordem’ na cidade, o que lhe causou alguns problemas, aumentando sua lista de desafetos”. Algumas mudanças foram deflagradas pelo então administrador “foi criada uma nova guarda municipal, composta por alguns jagunços recrutados em outros estados”. Acontecimentos que quase geraram o extermínio da família Mendes (SILVA, 2015, p. 27/28).

Em entrevista, Luiz B. Torres, um dos mais importantes literatos de Palmeira dos Índios, indaga que,

A cidade, embora pacífica e trabalhadora, servira de manchetes desabonadoras em diversos jornais e revistas de todo o país. Havia, portanto, a necessidade urgente de se fazer um trabalho, que lavasse a honra dessa população, que não correspondia aos maus conceitos desses poucos

palmeirenses, que tinham infelizmente, conseguidos incutir na mentalidade daqueles que só conheciam a Princesa do Sertão, pelas notícias veiculadas nesses jornais e revistas (SILVA, 2015, p. 25).

Segundo Barros (2006, p. 54), desde seus primórdios a cidade é palco de “crimes horríveis”, cenas sangrentas, desencadeadas por rixas entre famílias e repassadas por gerações no desencadear de lutas políticas que culminaram no “encharcado de sangue” que é o solo da cidade.

O que rendeu em notas jornalísticas: “antro onde se produz selvageria em demasia”; um contrapelo da princesa do sertão nas páginas dos jornais, [...] “para o mal foi escolhido o município de Palmeira dos Índios. Que forma os mais capacitados executores, e onde se armam e se engendram os mais desumanos planos inconcebíveis a um gênio da selvageria” (GAZETA DE ALAGOAS, 25/10/1960).

O esboçado até o momento nos permite perceber como a cidade vinha sendo pensada, em um período em que a modernização urbana foi requerida. Assim como, compreender a vivência de uma cidade interiorana na primeira metade do século XX. Neste sentido, a cidade precisou desenvolver, produzir, para alcançar o progresso, este travado por alguns fatores, já mencionado, por exemplo, circuncidado no poderio local. Mas, a possibilidade de progresso é materializada com o estabelecimento do sistema ferroviário na cidade. Observando que pouco foram as mudanças nesta primeira parte do século XX. As principais transformações decorreram na segunda metade século. É neste período que o urbano é aludido como o período progressista da cidade modelo de Alagoas.

3 Cenas de progresso e desenvolvimento no século XX: Modernização, Estado e a questão regional nordestina

Segundo Osimar da Silva Barros (2014, p.p. 33/34), na segunda metade do século XX ocorreu uma acelerada expansão urbana, em grande parte, reflexo de ações políticas e econômicas deflagradas no cenário nacional. Particularmente, ações decorridas com a substituição das importações pela industrialização nacional, cujas alterações em promover um mercado interno organizado para produzir e distribuir mercadorias propiciou interações na estrutura espacial. As novas políticas industriais, orientadas por um sentido modernizador, ocasionaram sensíveis modificações; gestou novas práticas, pensamentos e experiências do viver urbano.

Modificações que influenciaram e aspiraram em âmbito local o aparecimento do discurso de desenvolvimento e progresso presente nos meios de comunicação impresso de Palmeira dos Índios e no discurso oficial apresentado pelo poder político palmeirense como será visto *a posteriori*. Mudanças imbuídas a partir de um processo modernizante provido durante a segunda metade do século XX.

Segundo Vânia Maria Losada Moreira (2003, p. 162), o processo de industrialização encontrou espaço no cenário nacional a partir do colapso econômico de 1929, com a queda da bolsa de valores de Nova York, deixando nítida a fragilidade do modelo agrário-exportadora em que a economia brasileira foi formada e esteve sustentada até aproximadamente 1930. A solução para tal vulnerabilidade, de dependência ao mercado externo, foi centrado no desenvolvimento do capital industrial. Moreira ressalta que foi um processo desencadeado ainda no Estado Novo, com Vargas, mas é consolidado e ampliado no governo de Juscelino Kubitschek, se observa uma intervenção estatal maior no desenvolvimento do capital industrial em perspectiva nacional. O desenvolvido e o moderno foi revestido com o aparelhamento de serviços e instrumentos tecnológicos.

De acordo com Moreira,

Juscelino percorreu o país com as estatísticas da produção de energia e transporte. Frisava a necessidade de ampliação drástica desses setores, caso o Brasil desejasse dar um salto em sua produção industrial e integrar o bloco dos então qualificados “países desenvolvidos”. Seu slogan de campanha,

“cinquenta anos em cinco”, sintetizava seu objetivo maior: acelerar o desenvolvimento nacional (MOREIRA, 2003, p. 159).

A busca de elevar o Brasil ao patamar das nações consideradas de primeiro mundo, desenvolvidas, segundo Barros (2014, p.p. 94/95) é um pressuposto para compreender as transformações decorridas no cenário nacional na segunda metade do século XX, principalmente a interação espacial advindas com as novas políticas públicas. Condições que favoreceram o acelerar do incremento urbano em uma sociedade ainda predominantemente de base rural.

É por este viés que o governo de JK é aludido. Cujas ideologia visou, quer seja pelo investimento de capital nacional ou estrangeiro, o desenvolvimento econômico do setor industrial no Brasil, no qual se exigiu para tal, uma maior intervenção do Estado, principalmente no solucionar de problemas estruturais que proviessem a impedir o desenvolvimento do parque industrial. Entendido assim, o Estado brasileiro precisou investir particularmente na infraestrutura nacional o que exigiu maiores investimentos de capitais.

Segundo Moreira (2003, p. 158), a administração de Juscelino Kubitschek foi executada dentro dos parâmetros democráticos, consubstanciando o desenvolvimento de tipo capitalista com os convergentes projetos sociais, então em disputa e, que faziam contraponto ao plano desenvolvimentista. Em contraponto a ideologia desenvolvimentista, cita-se a partir de Moreira (2003, p. p. 167/176), o ruralista conservador e autoritário, bem como, a frente de abertura popular cujo caráter reformista caracterizou ideologicamente os nacionalistas.

A condução do nacional-desenvolvimentista de Juscelino se deu através de um plano de metas, 30 metas, um plano essencialmente econômico, que em seu produto final intencionava por aprofundar e expandir o setor industrial. Distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial (MOREIRA, 2003, p. 159).

Conforme Moreira, em linhas gerais, o governo JK foi quase que uma proeza com resultados notáveis, eficientemente executado dentro de um cenário nacional de interesses conflitantes e divergentes. A alcunha nacionalista do governo, apesar da defesa da indústria como condição para o desenvolvimento nacional, caracterizou-se, sobretudo pela estreita aliança política que JK estabeleceu com partes significativas do chamado movimento

nacionalista que garantiu à plataforma política epíteto de nacionalista (MOREIRA, 2003, p. 161).

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) instituição ligada ao Ministério da Educação é referido por Moreira sendo o principal centro difusor e defensor do ideário nacional-desenvolvimentista de Juscelino, partícula importante do tal movimento nacionalista.

Moreira ressalta que,

O eufemismo “desenvolvimento nacional” definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista. Mas a “ideologia do desenvolvimento nacional”, sobretudo na versão juscelinista, ocultava a dimensão de classe subjacente ao projeto nacional-desenvolvimentista. Ofertava o “desenvolvimento nacional” como algo de todos e para todos, cujo resultado final seria a transição do Brasil para o mundo das nações ricas, modernas e portadoras de bem-estar social (MOREIRA, 2003, p. 165).

Neste ínterim, medidas políticas e socioeconômicas foram criadas e direcionadas para o Nordeste do Brasil, uma vez que, um dos grandes empecilhos para o estágio de desenvolvimento do país foi atrelado ao atraso econômico e aos diferentes níveis de renda entre regiões do território nacional, como exposto por Celso Furtado (2009, p.p. 83/94).

Celso Furtado traz contribuições pertinentes a respeito da realidade econômica do Nordeste e os desdobramentos das novas políticas direcionadas para a região, a partir da administração Juscelinista, visando solucionar a problemática regional. Os objetivos da política nacional-desenvolvimentista perpassavam superar o atraso nordestino que representou o principal obstáculo para o desenvolvimento econômico do país, como observado por Celso Furtado, em *O Nordeste e a saga da Sudene* (2009).

O problema regional, as disparidades entre regiões, configurado com maior precisão a partir das décadas 1950 e 1960, como informado por Vidal, por seu caráter emblemático, passou não apenas a ser identificado como questão nordestina, mas também como a questão regional brasileira por excelência (VIDAL, 2010, p. 01).

Em relação as políticas que visaram à região nordestina, no ano de 1958, no Palácio do Catete, reunidos com o presidente Juscelino Kubitschek estavam Celso Furtado, governadores estaduais, intelectuais, entre outros, cuja motivação Furtado esclarece:

Era o lançamento da Operação Nordeste, a nova política que o governo implantaria na “região problema” onde a seca no ano anterior, deixara meio milhão de flagelados. Para JK, a meta 31, como então foi chamada a operação, chegava tarde mas demonstrava que ele tinha enfim um plano para o Nordeste, tratado até então, se comparado com a acelerada construção de

Brasília e o *boom* industrial do Centro-Sul, como o filho enjeitado (FURTADO, 2009, p. 07).

A nova política de iniciativa do governo federal denominada de Operação Nordeste deteve por fundamento as disparidades de ritmos de desenvolvimento e de renda entre a região Centro-Sul, que seguia em ritmo acelerado de desenvolvimento, e a região Nordeste, que permanecia em atraso econômico e assolado por crises constantes de fome e desemprego. Sendo a seca apontada como causadora dos problemas do Nordeste. Por Furtado (2009, p.p. 84/85) é apresentado outros argumentos, segundo o mesmo, a região Centro-Sul do país recebeu e foi beneficiada com maiores investimentos no setor industrial, sobretudo, desenvolveu um mercado interno dinâmico enquanto o Nordeste manteve-se dependente ao setor exportador baseado no açúcar como principal produto.

Barros (2014, p. 101) alude que a criação de ações intervencionistas do Estado organizado na região nordestina para suprimir o seu relativo atraso em comparação ao Centro-Sul do país, tem por ponto crucial na nova política a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Vidal (2010, p.p. 03/04/05), outros órgãos antecederam a SUDENE, mas, não proporcionaram mudanças significativas na estrutura econômica da região. Isso porque o diagnóstico do problema foi ligado somente a falta de recursos naturais, a água, pelo fator seca. Por este argumento sugeriram, então, medidas de armazenamento de água.

Uma constatação que instituiu as políticas de açudagem, tendo por referência o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, oriundo de outras experiências governamentais em nível federal, como a Inspetoria das Obras contra as Secas (IOCS), em 1909, órgão originariamente de caráter transitório, mas depois efetivado como a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919 (VIDAL, 2010, p. 03).

De acordo com Vidal, a não solução do problema diz respeito ao mecanismo de resposta dos órgãos estatais, organizado para atender a iniciativa privada. Sugerindo a apropriação dos eventuais órgãos em função dos interesses de grupos dominantes, oligárquicos, que detinham o hegemônico poder socioeconômico, principalmente os setores algodoeiro-pecuária. Em suma, havia uma captura dos órgãos estatais, destacando-se os casos do DNOCS, pela oligarquia algodoeiro-pecuária, e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), pela oligarquia açucareira (VIDAL, 2010, p. 04).

No caso do DNOCS, Vidal (2010, p. 04) argumenta que, as ações do órgão beneficiaram a elite rural do Nordeste, dentre qual, as diversas modalidades de represamento de água, como os açudes e barragens. Foram construções inclinadas “em propriedades privadas, especialmente de médio e grandes portes”, assim como, pela “perpetuação dos ‘prêmios’, pagos por obras efetivas ou mesmo fictícias” pertencente a agentes economicamente hegemônicos.

De acordo com Vidal (2010, p. 05), relações semelhantes condicionaram as ações dos órgãos de caráter regional – CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), em 1945, da CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), em 1948, e do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), em 1952, da mesma forma não promovendo mudanças na estrutura econômica e menos ainda na concepção da problemática nordestina. Por final não resolvendo a questão social nordestina que permanecia em estado crítico.

Por sua vez, a criação da SUDENE, encaminhada a partir da reunião do Catete em 1958, com institucionalização em 1959, correspondeu por ser o marco da nova política a ser implantada no Nordeste à qual Celso Furtado esteve, até o golpe civil-militar, em 1964, à frente de comando do novo órgão, com sede em Recife (PE).

Furtado (2009, p. 35/36) discorre que a SUDENE surgiu com o propósito de ser o centro difusor e unificador das políticas direcionadas para o Nordeste. Prevendo criar a partir da nova política subsídios suficientes para inovar e modificar a realidade nordestina, cuja notoriedade se deu em integrar o Nordeste brasileiro à política desenvolvimentista do governo federal, pela via modernizante do setor industrial.

A vinculação do atraso nordestino comumente atribuído ao fator seca é um diagnóstico que na concepção de Celso Furtado, não seria a causa determinante do atraso da região. Outros fatores seriam somados. Como pela própria formação econômica da região e pelas políticas de circunstâncias recentes. Na perspectiva do mesmo, o atraso nordestino por princípio tem suas causas na escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração de renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do *hinterland* semiárido (FURTADO, 2009, p. 84). Furtado pressupõe que o inadequado diagnóstico do problema regional, versado por órgãos isolados e distintos, dificultaram a compreensão do problema.

Segundo Furtado (2009, p. 133), o sistema econômico do Nordeste está dividido e classificado por zonas que correspondem a uma vegetação, água e solo diversificado, a partir

dessas especificidades internas é que se origina a renda monetária nordestina. Contudo, as atividades produtivas dizem respeito a própria formação econômica da região, que na faixa litorânea predominantemente desenvolveu-se a cultura da produção canavieira organizada para a exportação, e, sem grandes preocupações em promover áreas de gêneros alimentícios próximos ao plantio da cana-de-açúcar.

Na zona semiárida predominou-se um complexo de pecuária extensiva com uma cultura agrícola de baixa produtividade, organizada para a subsistência, arreigada por uma população desprovida economicamente. Grande parte dessa lavoura de subsistência não se destinava ao mercado e, se desenvolvia em propriedades de terceiros pertencentes aos grandes proprietários de terras. Por outro lado, a promoção do complexo pecuário no agreste e sertão nordestino, designava-se por ser uma atividade mais atrativa aos olhos dos proprietários de terras. Desta forma, pode-se apresentar a unidade produtora das zonas semiáridas como uma estrutura formada de três camadas superpostas: a primeira, construída pela agricultura de subsistência, a segunda, pela cultura do algodão ou uma outra xerófila; e a terceira, pela pecuária (FURTADO, 2009, p. 135).

Conforme explicitado por Furtado (2009, p. 136/137), a fragilidade econômica do Nordeste fora visível em períodos de estiagens, denotando a fragilidade de uma economia vulnerável e suscetível a crises constantes de produção pelos efeitos da seca. A contração das atividades produtivas típicas da região, a agricultura e a pecuária, bem como, a unidade produtora de subsistência, onde é retida grande parte da população, entra em estágio crítico devido a falta de chuvas ou a mudança pluviométrica.

Furtado (2009, p. 136/137/138) acrescenta que, tais impactos desencadearam o desemprego, em função das poucas oportunidades e possibilidades existentes, e a fome, por não ser a plantação de gêneros alimentícios uma tarefa precípua dos latifundiários. Para tanto, os efeitos das secas atingem diretamente uma massa populacional crescente que tem na lavoura de subsistência o seu sustento e no complexo pecuário e agrícola o seu vínculo empregatício. Sendo que por esta população não provia dos benefícios dos órgãos estatais implantados na região, estes até então, respondia e funcionava em prol de uma elite latifundiária, como visto em Vidal (2010, p. 03/04) e Furtado (2009, p. 140).

Enquanto crise de produção com a contração das unidades produtoras, o impacto e os efeitos da seca, tendem a atingir diretamente o setor mais fragilizado da economia nordestina, a agricultura de subsistência, o que incide no bem-estar social de uma população sem

qualquer reserva e sem subsídios contra os efeitos da seca como exposto por Furtado (2009, p. 140). Ademais, Furtado ressalta,

Temos, então, que o núcleo central da economia das zonas semiáridas é a lavoura de subsistência, pois a renda real de grande parte da população encontra aí sua fonte primária, e as outras atividades, na forma como estão organizadas, pressupõem a existência dessa mão de obra barata. A economia da região semiárida caracterizou-se, conforme vimos, por baixa produtividade e um reduzido grau de integração nos mercados. Essa economia débil está, além disso, sujeita a crise de produção (FURTADO, 2009, p. 136).

A SUDENE agiria como centro coordenador de pesquisas e estudos, levando em consideração a formação econômica do Nordeste, para composição de um plano de intervenção eficaz e adequado para a região. Como ponderado por Furtado, o inadequado diagnóstico interferiu na elaboração e na execução de medidas que visaram o combate aos efeitos das secas, que consistia, até então, em ações de caráter apenas assistencial, além de servir aos interesses das elites latifundiárias (FURTADO, 2009, p. 88).

O caráter assistencial das ações do governo acabou por não modificar a estrutura de uma economia fragilizada aos efeitos das secas. O plano de desenvolvimento proposto pela SUDENE teria por finalidade proporcionar mudanças na estrutura e na capacidade econômica do Nordeste brasileiro, atacando a raiz do problema regional, que constituía na concepção de Furtado (2009, p. 89) “a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano” e que as medidas do governo federal, até o momento, não conseguiram modificar.

De acordo com Furtado (2009, p. 90/91), o subdesenvolvimento da economia nordestina esteve relacionado com a pobreza de seu suporte físico e não com seu grau de capitalização. Sendo que os capitais produzidos na região tendem a emigrar e não favorecem o desenvolvimento da produção interna. Condição que fundamenta o baixo nível de renda da população nordestina, em comparação ao Centro-Sul do país, que nas palavras de Furtado corresponderiam a “menor acumulação de capital” e a “relativa escassez do fator terra”.

A concentração de terra nas mãos de poucos proprietários e a tendência de produzir em larga escala para exportar, seja para o mercado externo ou interno/extra-regional, o que demarca também o fator de dependência da economia nordestina, deixa notórias consequências para o setor de subsistência, onde há maior incidência populacional nesta atividade. Como diagnosticado por Furtado (2009, p. 91), as condições de organização da economia do Nordeste correspondem na baixa produtividade do setor agrícola devido a

“menor quantidade de terra por pessoa ocupada e mais reduzida dotação de capital por pessoa” corroborando com a baixa produtividade e de renda da agricultura nordestina e por agravante o empobrecimento da população.

Um diagnóstico sucedido por um plano de ação, Celso Furtado propôs, enquanto superintendente da SUDENE, que as mudanças necessárias para modificar a realidade nordestina seriam consubstanciadas pela intensificação e expansão do parque industrial. A finalidade seria criar a partir de industrialização uma economia interna dinâmica e resistente aos efeitos da seca.

Uma política geral voltada para a reorganização da economia nordestina com base nas unidades produtivas típicas, visando o aumento da produção e da produtividade da economia, modernizando-a conforme as novas demandas do desenvolvimento e integração do capital nacional, com o uso de modernos aportes técnicos, exigidos para o desenvolvimento do mercado interno. Furtado (2009, p. 88) indaga que, as primeiras ações do órgão de desenvolvimento, seria: o abastecimento dos centros urbanos do Nordeste com gêneros alimentícios, abertura de frentes de colonização, investimentos e intensificação industrial de centros manufatureiros; a fim de aumentar a produtividade nas zonas semiáridas como imprescindível para o desenvolvimento regional.

O abastecimento dos centros urbanos com gêneros alimentícios e a abertura de frentes de colonização, com a apropriação de novas terras no intuito de favorecer a produção agrícola, tornou-se ponto chave da política desenvolvimentista da SUDENE para a instalação e desempenho do capital industrial no Nordeste. Andrade (2011, p. 288/289/290/292) pressupõe que as novas terras, para além da cogitação do uso das terras próximas aos canaviais, aráveis e úmidas, as terras devolutas do Estado do Maranhão seriam o foco da SUDENE para realização do plano de ação elaborado por Furtado, com base na pequena propriedade.

Um plano de ação que Manuel Correia de Andrade (2011, p. 288) sugere ser oportuno e no mínimo audacioso por parte de Celso Furtado, proposto dentro de um panorama conservador, com a predominância do latifúndio, do sistema oligárquico e de suas relações arcaicas. Celso Furtado propôs não somente criar uma economia resistente aos efeitos da seca, dando-lhe dinamismo a economia, mas retirar a região do subdesenvolvimento, oferecendo-lhe suporte e subsídios básicos. De acordo com Andrade (2011, p. 290/291), um desenvolvimento planejado que perpassaria, para além do cunho econômico, em seu sentido

numérico, em um planejamento de interesse social, com a melhoria das condições de vida do nordestino. Era uma condição presente no plano de desenvolvimento para a região, por via da SUDENE.

Neste sentido, Manuel Correia de Andrade considera que,

Realmente, não podemos ser um país forte e desenvolvido, com uma população raquítica, subnutrida e analfabeta. Este reparo pode ser constatado quando, lendo o Plano Diretor da SUDENE, se observa que, analisando os problemas regionais, o nosso órgão máximo de planejamento preocupa-se com a ampliação da nossa fronteira agrícola, com a comercialização dos gêneros alimentícios através da reorganização da rede de armazéns e silos, com a industrialização, com a racional exploração dos recursos minerais, com a melhoria do sistema de transporte e comunicação, com a saúde pública e com a educação de base, aspectos que contribuirão para melhorar as condições de vida das populações pobres, cuja situação de miséria é por ela constatada [...] (ANDRADE, 2011, p. 289).

Entendeu-se que a solução seria a expansão de novos territórios aráveis à cultura do plantio, com suporte técnico e moderno que viesse favorecer a produção e a rentabilidade produtiva das unidades típicas da economia nordestina, formadas pela pequena propriedade. Ou seja, a superação do subdesenvolvimento regional tinha por tendência a resolução da questão agrária, que se encontrava travada em uma estrutura fundiária arcaica e geradora de desigualdades sociais. Sobretudo, a elevada densidade demográfica, a fome e o desemprego foram subsidiados a partir desta estrutura fundiária que tinha por funcionalidade, e respondia, aos interesses dos grandes proprietários de terras.

Uma perspectiva esclarecida por Vânia Maria Losada Moreira (2003, p. 184) foi que a modificação da arcaica estrutura fundiária vigente no país foi um dos pontos omissos do programa de governo de Juscelino Kubitschek, junto a este, somava-se a discussão do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do país, como pontos polêmicos do governo JK. Porém, era nítido que o desenvolvimento nacional, e pontual, do Nordeste, perpassava pelo setor agropecuário. As relações entre o governo e o grupo formado por uma oligarquia rural se fez necessário na compreensão do governo.

Partindo dos raciocínios de Moreira (2003) e Andrade (2011), um projeto modernizante foi acolhido sem que mudanças fundamentais fossem realizadas. Segundo Moreira,

Juscelino Kubitschek evitou definir uma política agrária, aliás, a despeito também da ampliação dos conflitos fundiários e do crescimento dos movimentos sociais e políticos no campo, como as ligas camponesas que agitavam o Nordeste, a crescente organização do sindicalismo rural ou,

ainda, outros tantos movimentos rurais, inclusive armados, que surgiram no Sul, Sudeste e Centro-Oeste (MOREIRA, 2003, p. 184).

Como constatado por Andrade (2011, p. 289), a forma encontrada pela SUDENE para amenizar os conflitos existentes e desenvolver a região dentro dos parâmetros do capital industrial, com a ausência de uma política agrária distributiva de terras se deu pela ampliação de ofertas de novas áreas. O almejo de novas áreas cultiváveis com a instalação de pequenos grupos de agricultores, resguardado por uma assistência técnica e facilidades de crédito. Um almejo que deveria atenuar as condições de vida do homem do campo e modificar as precárias formas do abastecimento de gêneros alimentícios nos centros urbanos. A própria política industrial implementada tendia expandir os centros urbanos, como de fato ocorreu nos anos consecutivos.

Viabilizado pelo Estado, perfazendo o uso de importantes órgãos de atuação na região, a exemplo do DNOCS, Andrade (2011, p. 289) pontua que o programa de colonização, previsto como medida para o problema agrário pela SUDENE, foi montado para ser executado a longo prazo, cujo problema regional exigiria do órgão de desenvolvimento uma resposta a curto prazo. Andrade especifica que as novas frentes agrícolas tinham extensões disponíveis em diversas localidades no Nordeste, enquadradas pela SUDENE em faixas próximas ao leito dos rios, úmidas e irrigáveis. Segundo o mesmo,

Nestas terras que tem extensão ponderável em Alagoas (13.000 ha), na Paraíba (9.430 ha) e em Pernambuco (3.068 ha) poderiam ser colocadas cerca de 1.774 famílias, num total de 8.870 habitantes. Procura também aumentar as áreas irrigáveis existentes na região semi-árida, quer aproveitando as águas do São Francisco, quer as represadas pelos açudes construídos pelo DNOCS nos vários Estados nordestinos perfazendo uma área superior a 250 mil hectares (ANDRADE, 2011, p. 289).

Na perspectiva de Andrade, a eficácia e o sentido do programa de colonização no semiárido nordestino seria constatado ao passo que beneficiasse aos pequenos agricultores com os primeiros lotes, destinado aos “meeiros e terceiros”, que mantinham cultivos em terras alheias mediante o “pagamento de elevadas cotas de parceria”. Que do órgão planejador recebam as facilidades de crédito a juros módicos, assistência técnica mais ampla, e que a comercialização dos produtos seja feita com base de cooperativas e beneficiadas com um bom serviço de armazenamento (ANDRADE, 2011, p. 290).

Andrade considera incompreensível a dissociação do programa de colonização com o abastecimento de alimentos, gerador de crises anuais na região nordestina. Os planos da

SUDENE previam o armazenamento da produção agrícola com a construção de redes de armazéns e silos. Redes de armazenamento com a função de resguardar a produção dos trabalhadores rurais desde a safra até a entressafra. Um plano de desenvolvimento econômico que traria se executado com êxito, o arrefecimento das tensões sociais. Contudo, as renunciadas medidas com prazo de execução para o início do ano de 1962 ainda não tinham sido realizadas. Parte plano foi modificado, é o que Manuel Correia de Andrade explica:

Os nordestinos, acoados pelas necessidades, não esperaram a abertura do voluntariado por parte da SUDENE e estão, desde já, transferindo-se por sua própria conta, nas mais precárias condições possíveis para a propalada “Canaã Maranhense”. Por isso, a Sudene vê-se a braços com sério problema, uma vez que o Maranhão, inicialmente e sem nenhuma assistência, muitas famílias estão localizadas ao longo das estradas, na prática de empírica e rotineira agricultura, e a SUDENE espera fundar este ano, na área, apenas um Núcleo Pioneiro de cinquenta famílias com o objetivo básico de estudar o “comportamento de pessoas heterogênea formação em face do grande plano de colonização” (ANDRADE, 2011, p. 293).

Visto de forma panorâmica o projeto colonizador é suscitado por Moreira (2003) sendo uma alternativa conservadora para o problema agrário e, pouco discutido no período, que só viera a voga quando o assunto era uma reforma agrária distributiva de terras. É salientado ainda que, por vezes, a reforma da estrutura fundiária e o projeto colonizador foram assuntos tidos por iguais. Moreira explica que,

O lugar absolutamente subalterno da colonização na agenda nacional do período se deu, fundamentalmente, por razões políticas. A prioridade da esquerda era a reforma agrária em regiões já conturbadas por conflitos sociais e isso por razões não apenas de caráter social e econômico, mas também por motivos de ordem política. Caio Prado Jr., por exemplo, julgava a colonização um grande equívoco. Para ele, antes de colonizar áreas ainda afastadas dos centros produtores, dever-se-ia proceder a recolonização de áreas já ocupadas, porém subaproveitadas (MOREIRA, 2003, p. 183).

O programa colonizador assumiu nesta perspectiva um caráter conservador ao passo que a disponibilidade de novas frentes agrícolas, passou a beneficiar a expansão do latifúndio, e dentro de um processo modernizador a manutenção destes. Um processo modernizador suscitado em um período em que o desenvolvimento interno se fazia demasiadamente necessário e o meio encontrado para o tal desenvolvimento se deu pelo massivo investimento em infraestrutura capaz de aumentar a produção e a produtividade dos setores econômicos do país. Contudo, as novas terras incorporadas à dinâmica da economia nacional em expansão

eram disputadas não apenas pelas oligarquias locais, mas também por pequenos posseiros, trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas (MOREIRA, 2003, p. 183).

Em suma, Moreira expõe que se tratou de um processo modernizante que serviu, com o apoio do programa governamental, para o fortalecimento e manutenção da grande propriedade e, da expansão territorial de bases oligárquicas, contudo, “embora estivesse sendo induzido pelo Estado, não era, no entanto, minimamente regulamentado”. Segundo a mesma, o não regulamentar gerou uma série de consequências: “a especulação fundiária, a grilagem, a formação de novos latifúndios, o fortalecimento da grande propriedade e inúmeros conflitos étnicos, sociais e fundiários” (MOREIRA, 2003, p. 187).

Moreira conclui considerando que:

Na prática, viabilizou controle e o domínio da elite rural sobre os novos territórios ocupados, gerando, por um lado, um fortalecimento numérico, econômico, social e político da oligarquia rural e, por outro, uma enorme exclusão social de homens e mulheres pobres que habitavam o interior (MOREIRA, 2003, p. 184).

Uma concepção apontada por Andrade (2011, p. 250/265/266/267), ao frisar que a alternativa colonizadora de expansão territorial, modernizadora, não resolveu o aspecto social, pelo contrário, fez aprofundar as desigualdades sociais preexistentes na região nordestina. A pequena propriedade foi suplantada pela grande propriedade, incorporado a estas novas extensões territoriais, dedicada ao desenvolvimento e a modernização agrícola. Expandido e resultando com as atividades agroindustriais canavieira, cafeicultura, cacauicultura e entre outras atividades. O que foi benéfico aos dirigentes econômicos.

Alavancar o crescimento, de maneira geral, significava integrar os setores produtivos a mesma política desenvolvimentista de expansão e apropriação territorial, o urbano e o rural, tendo por perspectiva o processo modernizante do setor industrial. Induzida pela própria política de industrialização a partir dos anos 60 surgiu no Nordeste um novo dinamismo econômico. Graças a expansão das atividades agroindustriais uma nova dinâmica é estabelecida com a reordenação espacial econômica comandada pelo processo acumulativo de capitais da empresa agrícola. O Nordeste deixa de ser a região problema, de economia lenta, e passa a integrar o movimento produtivo do capital nacional, com o aspecto econômico significativamente produtivo. Como é explicitado por Tânia Bacelar de Araújo:

A partir dos anos 60, impulsionadas por incentivos fiscais – 34/18 – FINOR e isenção do imposto sobre a renda, principalmente –, por investimentos de empresas estatais do porte da Petrobras (na Bahia e Rio Grande do Norte) e

da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do BNDES e BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas e dentro delas, as atividades industriais – ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção na região, rompendo a fraca dinâmica preexistente (ARAÚJO, 1997, p. 8).

Araújo (1997) pressupõe que as mudanças promovidas no perfil e na composição da economia nordestina em inícios da década de 60 e quase toda a segunda metade do século XX determinaram e integraram a região ao processo acumulativo de capitais na dinâmica geral da economia do país. Sobretudo, porque em suas premissas esforços foram concentrados para recriar uma economia dinâmica, possibilitada justamente pelo esforço do órgão planejador, SUDENE, em investir principalmente em infraestrutura, particularmente na ampliação dos setores de transportes e energia elétrica.

Os estudos e pesquisas realizados pela SUDENE buscaram aproveitar os recursos naturais da região. Araújo (1997, p. 08/09/10), pontua que se deu particularmente no aproveitamento de recursos minerais. Recursos explorados/dotados nos diversos Estados nordestinos que abrigavam nessas áreas importantes polos de desenvolvimento agroindustrial e industrial. Assim, Araújo complementa:

De tradicional região produtora de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente), vai se transformando nos anos pós – 60 em região industrial mais especializada em bens intermediários, com destaque para a instalação do polo petroquímico de Camaçari, na Bahia e do complexo minero-metalúrgico, no Maranhão, além do polo de fertilizantes de Sergipe, do complexo da Salgema em Alagoas, da produção de alumínio no Maranhão, dentre outros (ARAÚJO, 1997, p. 10).

Um novo dinamismo, propiciado por um novo parque industrial, que se manteve com fortes relações, principalmente, para além de relações com o exterior, com o mercado extra-regional brasileiro. Novos fluxos e tendências que não foram limitadas ao setor industrial, mas atingiu a construção civil (impulsionada pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH e por programas de obras públicas importantes) e nos complexos agroindustriais (ligados especialmente a produção de grãos, frutas e pecuária) sua recente presença é marcante (ARAÚJO, 1997, p. 23).

A economia foi integrada, novos fluxos de comércio e serviços surgiram e propiciaram uma nova roupagem ao Nordeste brasileiro, equipadas redes e estruturas de magazines,

supermercados, os setores agropecuários e agroindustriais foram expandidos e modernizados por uma estrutura técnica e ativa.

Araújo (1997, p. 16) ressalta que se tratou de um processo seletivo de aplicação de capitais investidos, cujo critério de aplicação se daria de forma espacial, bem como, pelas atividades de destino. Barros (2014, p. 101) exemplifica tal pensamento ao ressaltar que algumas cidades nordestinas, em detrimento de outras, foram beneficiadas com um grau maior de investimentos, “houve uma industrialização concentrada nas cidades de Salvador e Recife, as quais absolveram, até 1967, maiores investimentos industriais dessa região, provocando a concentração demográfica em torno dessas duas capitais”.

Esta última problematização trazida no escrito de Barros (2010, p. 101) reafirma uma consideração de Manuel Correia de Andrade ao lembrar que para as cidades foram levadas deficiências que a política industrial, de desenvolvimento e modernização, não conseguiu suprir no campo. Andrade (2011, p. 265-279) indaga que a população empobrecida foi atingida pelo processo de modernização sem que mudanças constitutivas fundamentais fossem realizadas. Ressaltando que poucas eram as políticas públicas direcionadas para tal população em meados do século XX. E com o avanço do latifúndio, e de suas relações, uma gama populacional, majoritariamente de base rural foi forçada a migrar, em especial, para os centros urbanos em desenvolvimento e expansão.

Tais centros, assegurados por uma política industrial que prenunciava melhorias em estrutura, passaram a possuir serviços diferenciados. A exemplo, de transporte viário, estradas asfaltadas, canalização de água potável, iluminação elétrica, redes de comunicação, entre outros. Setores estes que a política de industrialização direcionada para o Nordeste brasileiro tocava de forma consubstancial para se obter o tão almejado afastamento da região do lugar de maior localidade subdesenvolvida do hemisfério ocidental, como colocado por Furtado (2009, p. 89). A priori, minorias da população tinham, usufruíam e foram beneficiadas por tais serviços.

As alternativas, não somente no caso nordestino, mas de maneira geral, diante da administração de JK, consistiram em superar as barreiras que impediam à expansão e integração do mercado nacional com o desenvolvimento industrial de tipo capitalista. Para qual era necessário facilitar o consumo, a produção de serviços, a comunicação, a circulação de bens e mercadorias, assim como, atingir/integrar um mercado consumidor localizado em regiões afastadas dos grandes centros de economia um pouco mais ativa.

Na perspectiva de Moreira, o setor agropecuário era imprescindível, em tal contexto, já que era deste que vinham os alimentos para manutenção dos centros urbanos e, grande parte da matéria-prima das indústrias. É sintetizado por Moreira:

O nacional-desenvolvimentismo incentivou a modernização da agricultura, a expansão das fronteiras agrícolas sobre bases oligárquicas e, sobretudo, um modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses rurais e urbanos (MOREIRA, 2003, p. 188).

Manuel Correia de Andrade ressalta que é com este processo que a população vivendo em centros urbanos nas cidades nordestinas cresceu, algo já provável devido a própria política de industrialização defendida pela SUDENE. Observa-se a dinamização da vida urbana, com o crescimento da população de cidades e vilas (60,33% da população total), o aumento da oferta de serviços e o crescimento e melhoria dos transportes e comunicações (ANDRADE, 2011, p. 256). Frente aos incentivos com destino ao setor industrial, dentro de um processo modernizador, com a elaboração de planos energéticos, de transporte e comunicação para o desenvolvimento industrial de tipo capitalista gera um espaço propício à expansão urbana.

Araújo (1997), assim como, Andrade (2011) e Moreira (2003) ponderam e partilham de uma mesma concepção, que a modernização dada pela apropriação territorial sob as novas diretrizes do capital industrial se deu de forma conservadora. Propiciou o melhoramento técnico das atividades de tipo capitalista unindo e integrando os interesses urbanos e rurais; porém a questão social não foi resolvida, pelo contrário, foi agravada.

Um modelo econômico, político e social que, Moreira (2003, p. 185), ressalta não foi exaurido nos anos consecutivos, inclusive foi fortemente ampliado pelos governos seguintes, intrinsecamente pelos governos militares.

3.1 Alagoas e as transformações do século XX

ESTADO CELEBRA TRÊS CONVÊNIOS COM SUDENE (CORREIO DE MACEIÓ, 17/03/1966).

Em breve alusão ao que diz respeito ao Estado alagoano nos itens desenvolvimento e modernização em prol do favorecer de um mercado interno, o historiador Douglas Apratto (2007, p. 28) diz que, as mudanças e transformações iniciadas de maneira acentuada no país,

foram agraciadas no Estado de Alagoas, percebidas “com maior intensidade no final dos anos 50 e durante os anos 60”.

Grandes transformações pautadas no sentido modernizador e integrador da política industrial a qual Tenório (2007, p. 28/29) evidencia que os anos 50 e 60, em Alagoas, pode-se ser compreendidos justamente pelo esforço de inserção no projeto desenvolvimentista que acalentava o país.

O principal produto da economia alagoana, a cana-de-açúcar, de tendência proeminentemente conjuntural, foi integrado ao processo modernizador, a medida que dado o aumento da produção e competitividade das usinas da região Sudeste, especificamente, das usinas paulistas, que vinham em processo constante de modernização de seu meio técnico, vê-se forçada a mecanizar a indústria do açúcar em Alagoas. Então, o Estado passa por modificações sensíveis e se tem uma reorganização econômica e social, que toca, também, as práticas cotidianas de sua população.

Tendo em vista, que o processo de modernizar estruturas traz consigo o reajustar e o inserir de novas práticas, costumes e sociabilidades. Nesse sentido, é enunciado por Tenório que uma nova roupagem se faz presente em Alagoas, a qual pelo mesmo é caracterizada da seguinte maneira:

Através de pronunciamentos pontuados por qualificações como novo, dinâmico, moderno, chegam o discurso e o método do desenvolvimentismo, a imagem de uma sociedade cosmopolita e urbana, diluindo, sem retorno, a velha sociedade patriarcal e rural, onde as massas terão reservado seu papel com proeminência, abrindo-se passagem definitivamente para as grandes transformações (TENÓRIO, 2007, p. 46).

Um processo modernizador encabeçado por uma elite econômica que para atender ao crescimento de um mercado interno, em expansão, fomenta uma nova estrutura capaz de abarcar os novos interesses dos dirigentes locais. É por este viés que a agroindústria de Alagoas têm-se os seus estímulos, é subsidiada, e responde a dinâmica inovadora. A produção destas aumentam consideravelmente, utilizando de experimentos com o uso do vinhoto, com a adubação e implementos modernos, permitindo que os canaviais se expandissem para áreas planas de tabuleiros, de solo arenoso e pobre em matérias orgânicas, mas localizadas a pequena distância das usinas (TENÓRIO, 2007, p. 32).

Tenório chama a atenção para uma experiência ensejada em Alagoas, possibilitada por uma nova organização agrícola contraposta ao modelo monocultor-latifundiário predominante

em Alagoas. Um caso específico desempenhado pela Companhia Progresso Rural, que Tenório explica:

Obtém, através da Sumoc, financiamento para implantar em terras de Coruripe e Penedo a colônia agrícola de Pindorama, idealizada pelo suíço René Bertholet. Outra colônia que tenta formar uma espécie de cinturão verde, nas proximidades da capital, não logra êxito, mas Pindorama criada em bases diferentes do modelo monocultor-latifundiário local, é um belo exemplo de cooperativismo, dedicado a novas culturas como a do maracujá e rosela, uma verdadeira ilha no verde latifúndio canavieiro de Alagoas. (TENÓRIO, 2007, p. 35).

Uma outra experiência constatada por Tenório (2017, p. 33), em Alagoas, diz respeito a cidade de Arapiraca, no agreste do Estado, que torna-se uma importante cidade polo nos anos finais da década de 60, apresentando uma organização baseada no minifúndio. As diversas culturas, em expansão comercial, formada na cidade e abastecida por pequenos estabelecimentos contrastam com a tradicional organização agrícola tida com a grande propriedade de terra produtora de cana-de-açúcar.

Experiências que demonstram mudanças em outras áreas, que segundo Tenório (2007, p.p. 33/34) não foi um processo isolado pela agroindústria canavieira, pode-se perceber outras culturas se fortalecendo no Estado. De maneira acentuada é possível citar a cultura do fumo, em Arapiraca, de modo mais sutil e não tão estável, cita-se outros produtos como o feijão, mandioca, milho e o coco. Ou mesmo, o esforço do setor agropecuário em assegurar um nível de produtividade maior, atentando-se para a qualidade/melhoramento do rebanho e, para o sustento deste em períodos de estiagens, nas áreas das várzeas do São Francisco.

As bases que buscaram fortificar a estrutura econômica do Estado, atendendo as demandas de um mercado interno, propiciaram o surgimento de alguns serviços, produtos e mercadorias. Tenório (2017, p. 32) nos informa que o Estado, mesmo mergulhado em um conflituoso cenário, diga-se de passagem, em seu aspecto político-administrativo, não é extinto de participação em tal processo.

Setores estratégicos dispuseram de uma atenção maior das ações do governo do Estado, nas palavras de Douglas Apratto Tenório a ação governamental utilizou das “benesses orçamentárias federais” e “de investimentos em setores estratégicos, em busca da estruturação de um Estado economicamente forte e ativo”. O que explicaria a presença de importantes empresas e órgãos em Alagoas, na década de 50/60, a exemplo, da Chesf e da Petrobras. A criação da Companhia de Eletricidade de Alagoas – Ceal, um “arrojado plano de eletrificação

que será o motor da metamorfose a que o Estado vai assistir a partir da década de 60, era de pleno desenvolvimento em todos os setores” (TENÓRIO, 2007, p. 31).

A sociedade majoritariamente rural passa a ter acesso/consumir a serviços, produtos e mercadorias até então restritos a uma parcela da população. O quadro da realidade das cidades de Alagoas é exemplificado de tal maneira por Tenório:

O número de residências com água encanada, 8.843, em 50, corresponde a 3,86% da população; atendidas com energia elétrica 21.936 residências, o equivalente a 9,58% e o de aparelhos sanitários instalados é de cerca de 20.823. É um quadro que fala por si só. O abastecimento d’ água e a introdução do esgoto, apenas restrito a Maceió na década passada, estendem-se às sedes municipais no governo Arnon de Mello (TENÓRIO, 2007, p. 30/31).

Outros serviços, a exemplo dos serviços bancários que expandem-se de maneira surpreendente. No ano de 1957, em oito anos, dez novas unidades são instaladas em Alagoas, entre as agências instaladas referenciam-se: o Banco do Povo, agência Maceió, Banco Nacional de Minas Gerais, Banco Econômico da Bahia e Banco Nacional do Norte. O Banco da Produção do Estado de Alagoas, espalhando suas agências por todo o Estado, vai ser planejado nesta década para nascer em 1964 (TENÓRIO, 2007, p. 35).

Inclusive, os serviços educacionais restritos aos grandes centros para aqueles que podiam pagar. A década de 50 demarca a interiorização do ensino público, do primário e secundário e, na década seguinte, anos 60, o ensino superior público é instituído em Alagoas com a fundação da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Sobre os serviços educacionais, Tenório esclarece que,

Para melhorar atender às necessidades que o crescimento vai produzir, a Secretaria da Educação é emancipada da Secretaria de Saúde, passando a constituir-se em pasta independente, agregando o setor da cultura que será um dos seus departamentos. As responsabilidades serão descentralizadas, criando-se doze seções ou inspetorias regionais, sediadas nas cidades-pólos regionais do Estado. As ações antes diminutas no ensino secundário, alarga-se, surgindo estabelecimentos também no interior, como o Colégio Estadual Humberto Mendes, em Palmeira dos Índios, Colégio Ana Lins, em São Miguel dos Campos, Estadual de Santana do Ipanema, além de várias escolas técnicas de comércio e cursos pedagógicos. Na capital, a expansão é célere (TENÓRIO, 2007, p. 36/37).

Embora a década de 50 seja marcada por grandes correntes migratórias, precipuamente inter-regionais, sobretudo em direção as regiões Sul e Sudeste, em função das grandes

estiagens no Estado, em contrapartida, Tenório (2007) explana que Alagoas, assistiu de igual maneira, o crescimento constante da população no período de 50/60.

Em números, Tenório informa:

Enquanto de 1920 a 1940 há um descenso da população alagoana, o Censo Demográfico de 50 já aponta um aumento significativo, com a população saindo de 951.300 em 40 para 1.093.137 e no final da década mantendo essa curva ascendente para 1.271.062. Importante também atenta-se para a situação da capital, Maceió, que expressa o fenômeno da urbanização, pulando da casa dos 100.000 habitantes em 50 para 170.000 em 60 (TENÓRIO, 2007, p. 29).

Novas municipalidades surgem neste período, “dos 37 municípios existentes em 1950, o território alagoano fragmenta-se em 69 no final da década”, anunciando uma completa reformulação geopolítica. Reformulação que Tenório (2007, p. 30) considera ter originado novas municipalidades com especificidades próprias, passaram a ser integradas entre si, o que não havia anteriormente, sobretudo interligando as cidades do interior com a capital, Maceió.

Uma integração em decorrência do desenvolvimento de obras no setor de transporte, Alagoas passou a ser cortada por novas vias, asfaltadas ou não, que propiciou uma maior integração entre as cidades, entre quais, as novas municipalidades surgidas. A estrada que é citada nos escritos de Graciliano Ramos na década de 20, interligando Palmeira dos Índios a Maceió e, Alagoas ao Estado pernambucano, tem-se sua continuidade e manutenção neste período, além de outras importantes obras nas estradas alagoanas como evidenciado por Tenório (2007, p. 33/34).

Enquanto o momento é de efervescência com o ciclo rodoviário as ferrovias, que por muito tempo foram o meio mais viável para o transporte de passageiros e mercadorias, entram em declínio, de mesma maneira, as indústrias têxteis em Alagoas.

A partir da segunda metade do século XX, nas décadas 50/60, a sociedade alagoana tem o cotidiano alterado por uma série de modificações. As cidades do Estado passam por um processo de alteração provocada pela necessidade de inserir-se e promover um mercado interno que acarretará com interações e modificações, principalmente, na estrutura espacial, bem como nas práticas cotidianas desta população.

Como referência, dentre outras coisas, é possível observar em Douglas Apratto Tenório (2007, p. 30/31), o aumento da realidade urbana em Alagoas, uma gama populacional estaria sendo mobilizada e atraída para as “áreas de plantio e industrialização” que estavam formando-se, e outras, em pleno processo de expansão. A população alagoana

predominantemente de base rural passou a contar com novos estímulos, aspirados por um processo de modernização e desenvolvimento.

Em contrapartida, Tenório (2007, p. 32) afirma que a resolução de tal processo foi:

Há um custo muito caro a pagar com essa expansão em detrimento de culturas tradicionais de subsistência: maior mobilidade também da população atraída para essas áreas de plantio e industrialização. Da mesma sorte, a utilização da mão-de-obra em regime sazonal, a concentração de renda mais e mais fortalecida nas grandes cidades canavieiras, a poluição dos córregos e rios de açúcar, a devastação do que restou da Mata Atlântica, os conflitos e a resistência patronal em obedecer à legislação do trabalho constituem outra face do problema. Ocupando o setor uma parte menor da mão-de-obra disponível e engrossando a população urbana de forma crescente, vai-se ampliando a dependência de outros estados no abastecimento (TENÓRIO, 2007, p. 32).

A partir de outro escrito de Tenório, *Metamorfoses das oligarquias* (1997), que o ensaio urbano que tingiu de estímulos muitas cidades brasileiras nos anos iniciais da república, diante da perspectiva de um *éthos* civilizador, daquilo que se tinha por cidade moderna, civilizada e desenvolvida, não foi um projeto cultivado de maneira assídua nas cidades alagoanas na primeira parte do século. Comportando, nesse tempo/espço, ainda que de forma limitada, conflituosa e desigual, parcelas da capital alagoana.

Estímulos e aspirações urbanas que na compreensão de Douglas Apratto Tenório foi gestada em Alagoas a partir de antigas ordens. No entanto, o período de 50/60 é de assíduo crescimento urbano, “da ordem de 50%”. [...] Foram criados mais de 12 núcleos urbanos, cujos habitantes teriam sido, na época do recenseamento de 50, incluídos entre os efetivos da população rural” (TENÓRIO, 2007, p. 31). O que se tem na segunda metade do século XX é uma população demograficamente crescente e cada vez mais urbana, aspectos que abrangeram não apenas a capital, Maceió, mas as cidades do interior alagoano.

3.2 Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA

Palmeira dos Índios foi escolhido como município modelo de Alagoas para representar o Estado na reunião dos prefeitos de Municípios Modelo a ser realizada no Rio de Janeiro, no dia 11 de abril, numa promoção do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário... Na qualidade de Município Modelo. Palmeira dos Índios receberá ajuda do INDA para seu

desenvolvimento, transformando-se no Centro do sistema Município Modelo em nosso Estado. Ajuda técnica para eletrificação rural, no setor de cooperativismo, colonização e desenvolvimento rural (CORREIO DE MACEIÓ, 17/03/1966).

Para entender a construção do discurso de município cidade modelo, oriundo de titulação no ano de 1966, gestado sob o ideário progressista em Palmeira dos Índios, fez-se necessário conhecer, de forma breve, a instituição governamental que o nutriu – INDA. Nesta perspectiva, a imprensa principalmente aquela oriunda dos meios impressos, desempenhou papel importante na propagação de Palmeira dos Índios como referencial para as demais localidades da região alagoana como modelo.

Poucas são as produções acerca das ações do INDA, quase inexistentes há apenas menções rápidas referentes ao órgão. Para a composição deste trabalho, recorreremos a outros meios, leis constitucionais e a História Oral, a exemplo.

Através de Medeiros e Araújo (2009, p. 01), no texto intitulado *Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA*, é sabido que, em plena vigência do primeiro governo militar, por via do Estatuto da Terra foi criado, em 30 de novembro de 1964, o Instituto de Desenvolvimento Agrário – INDA, pela lei nº 4.504. Órgão que tinha por ponto crucial a promoção e o desenvolvimento agrário. Ademais,

Autarquia vinculada ao Ministério da agricultura, sua principal finalidade era estimular e promover o desenvolvimento das atividades agrárias através da colonização, da extensão rural, do cooperativismo, do sindicalismo e outras formas de associação, da eletrificação rural, da revenda de material agropecuário, do desenvolvimento tecnológico e da organização e desenvolvimento de comunidades (MEDEIROS; ARAÚJO, 2009, p. 01).

O órgão como partícula do plano de desenvolvimento do governo central foi criado dentro de um cenário em que o debate nacional estava circuncidado em torno da reforma agrária, bem como as problemáticas enfrentadas pelos trabalhadores rurais e, as disparidades econômicas dos estados nacionais. O INDA deveria agir de maneira a sanar tais problemáticas nas regiões debilitadas, provendo as políticas agrárias, suas ações deveriam possibilitar de forma direta ou indireta medidas que favorecessem a economia agrícola e o desenvolver de uma estrutura capaz de comportar o comércio, a indústria e, por sua vez, resultar com o favorecimento da economia nacional. Segundo Medeiros e Araújo:

O Innda deveria antecipar-se ao instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), órgão também criado pelo Estatuto da terra, no sentido de executar

o programa de ação econômica e social do governo, provendo os agricultores de estímulos e meios necessários ao aumento da produtividade de modo a aliviar as tensões sociais e os desequilíbrios econômicos regionais (2009, p.01).

Ações que deveriam trazer por consequência a estabilidade no meio rural, aliviando as tensões sociais, de forma a evitar o efeito migratório para os centros urbanos que estavam em desenvolvimento frente ao capital nacional. O primeiro governo militar tinha claro que a superação da crise econômica em que o país estava imerso passava por três questões mais gerais decorrentes das exigências do desenvolvimento do capitalismo brasileiro: o combate à inflação, a mudança na política externa e a modernização da agricultura (BRUNO, 1995, p. 05). A reforma agrária emergia como solução viável em tal contexto e o INDA como meio regulador para que as políticas agrícolas fossem promovidas em território nacional. Nesse sentido, é disposto na lei de criação do INDA:

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. [...] Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Esta definição, segundo Regina Bruno (1995, p. 02/03), foi pauta central nos efervescentes debates e discussões na sociedade brasileira, a respeito da necessidade, ou não, de execução de uma reforma agrária distributiva de terras como solução da questão agrária. A bandeira levantada por grupos mais conservadores foi a de modernizar o campo como solução da problemática agrária no país, e que para tal, a definição de reforma agrária que previa a distribuição de terras não se fazia necessária.

Segundo Moreira, desde a iniciada apropriação territorial de tipo oligárquico que a modernização da agricultura se fazia a passos largos. Cujas, promoção ficou visível a partir da plataforma Juscelinista, principalmente pelos setores de alimentação e a operação Brasília, que previa a intensificação do uso de fertilizantes e tratores, bem como a construção de estradas, armazéns e frigoríficos (MOREIRA, 2003, p. 182).

Segundo Andrade (2011, p. 270/281/282), a modernização da agricultura foi intensificada no Nordeste com a substituição de maquinários por outras mais potentes, de

capacidade produtiva diferenciada; com a obtenção de um reequipamento industrial, ou mesmo, pela melhoria das técnicas de produção, organização de programas de irrigação e os pesados investimentos de grupos empresariais no campo.

A reforma foi tida como norteadora de condições e subsídios para o desenvolvimento das esferas econômicas da nação, o que solucionaria a questão agrária. O INDA, nesse contexto, foi criado e regido em suas diretrizes, dentro dos *IV Títulos* que dispunha as funcionalidades do Estatuto da Terra, de maneira a solucionar tais problemáticas subsidiando/promovendo as políticas agrárias.

Em 31 de março de 1965, a partir do artigo 74 do Estatuto da Terra, o INDA passa a ser regulamentado pelo decreto nº 55.890, tendo suas especificidades colocar em prática medidas que possibilitassem um “elo” entre o desenvolver urbano, alçado pelo capital em pleno desenvolvimento do setor industrial, com a vivência e a modernização do campo. Medidas ligadas à colonização, à extensão rural, ao cooperativismo, ao desenvolvimento de comunidades, à revenda, às obras de infraestrutura, inclusive as de eletrificação rural, e à prestação de serviços (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Decreto nº 55.891, 31/03/1965).

Após ser regulamentado o setor administrativo do INDA foi atribuído a um conselho, sob direção de um presidente nomeado por Castelo Branco, presidente da República. De modo que, a instituição passou a partilhar de autonomia administrativa e financeira, como visto no decreto que o regulamentava.

De acordo com o escrito de Medeiros e Araújo o órgão não conseguiu criar condições para cumprir com as finalidades almejadas, salientando que,

Em 1968 a inoperância do INDA deu origem a uma comissão parlamentar de inquérito, que conclui pelo fracasso do projeto colonizador. No entanto, a partir dessa época, abandonou-se progressivamente qualquer ideia de promover uma reforma agrária, passando-se a enfatizar a ocupação do território. Em 1970, o INDA e o IBRA foram extintos, dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (MEDEIROS; ARAÚJO, 2009, p. 01).

Antes de sua extinção, uma das medidas do órgão foi criar por via de titulação e convênios em cada estado brasileiro de atuação um município modelo que viesse a servir de referência para as demais cidades de cada estado, um município polo, estruturada e progressista, por intermédio da produção agrícola. Então, cada estado nacional obteve seu município modelo, encarregado de propagar diante das políticas agrícolas o plano de desenvolvimento do governo central.

Para Barros (2018), então vereador pela cidade, o critério de escolha da cidade modelo era uma “iniciativa do governo federal em incentivar em vários estados brasileiros aqueles municípios que apresentavam o Índice de Desenvolvimento Humano. O Índice de Desenvolvimento social, o índice de desenvolvimento econômico e cultural” (BARROS, 2018).

No Estado de Alagoas, a partir da lei que regulamentava o INDA, disposto anteriormente, o município que se encaixava nos critérios de desenvolvimento por via da agricultura, comercialização e produção, na segunda metade do século XX era Palmeira dos Índios. De acordo com Barros (2018), “Palmeira dos Índios então recebeu essa láurea de município modelo porque era uma época que a cidade e o município cresciam assustadoramente”.

A fala de Barros (2018) traz por indício uma consonância de desenvolvimento entre o eixo urbano, a área central da cidade, e as povoações que estavam ao redor, a zona rural do município. Um município que era extenso para a população que tinha aspecto este, modificado nos anos 60. Partindo da fala de Barros (2018), essa possível consonância de desenvolvimento entre os eixos econômicos da cidade, fez com que a “láurea” de município modelo fosse entregue à Palmeira dos Índios. Se nota que o INDA enquanto órgão colonizador propôs convênio com um município que era territorialmente extenso.

Em 16 de julho de 1966, o prefeito de Palmeira dos Índios, José Duarte Marques, enviou uma mensagem a câmara de vereadores expondo a necessidade de oficializar o convênio com o INDA para que a execução do plano de trabalho, do referido órgão fosse iniciado no município, com tutela também, do Estado. Segue um trecho da mensagem:

Estamos crentes de que V. Ex.^a S – sentinelas sempre prontas a defenderem e lutarem pelos reais interesses do povo que representam – conceder-nos-ão a autorização imprescindível à assinatura do comentado convênio, uma vez que o que desejamos é, unicamente, o desenvolvimento do município que temos a honra de ajudar a construir próspero e grandioso (MARQUES, 16/07/1966).

A aprovação foi concedida. Então, Palmeira dos Índios torna-se a cidade modelo do Estado de Alagoas por titulação e convênio com o INDA, criado no governo de José Duarte Marques e com aprovação da câmara municipal, pela lei nº19 de julho de 1966. Em seu artigo primeiro e segundo ficou estabelecido:

1. Fica autorizado o prefeito municipal de Palmeira dos Índios a assinar convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o

Governo do Estado de Alagoas. 2. O contrato, trilateral, firmado entre as partes, é o autêntico ANTEPROJETO contendo os termos do convênio, que objetivava a estruturação do Município Modelo de Palmeira dos Índios (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 19, Julho/1966).

O Anteprojeto⁷ resguarda em seus descritivos gerais a comum ação que deveria guiar a figura do prefeito, do governador do Estado e do presidente do INDA, em buscar arrecadar recursos para estruturação e integração do município modelo de Palmeira dos Índios. Uma tarefa que não coube somente ao INDA, mas ao governo do Estado e ao município, em gerar finanças para colocar em prática no interior de Alagoas as medidas idealizadas pelo governo central. O plano geral de trabalho abrangerá todos os setores de atividades contemplados no orçamento-programa da União assim discriminado: agropecuária; educação; indústria e comércio; assistência social, previdência e habitação; segurança pública; colonização e povoamento (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 19, Julho/1966, p. 01).

Um projeto de cidade colocado em prática no sertão de Alagoas, corroborando na criação de um discurso, idealizado e forjado na cidade de Palmeira dos Índios como município modelo do Estado de Alagoas aferida no ideário progressista.

⁷ ALAGOAS. Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Anteprojeto de lei, nº 16 de Julho de 1966.

4 Palmeira dos Índios, o município modelo de Alagoas (1960–1969)

O presente capítulo busca compreender a construção de um discurso forjado na cidade de Palmeira dos Índios, até então, situada no sertão de Alagoas, durante a década de 60. O município alagoano foi titulado e propagado a município modelo do Estado de Alagoas, um título instituído durante o primeiro governo militar, pelo órgão governamental INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Tomamos como início de estudo o período de 1960 e fechamos o nosso recorte temporal no ano de 1969. Através de fragmentos de jornais, projetos de leis/leis da câmara municipal, bibliografia, imagens e relatos orais, buscamos apreender as novas sensibilidades demarcadas com as transformações de uma estrutura espacial, com o modificar/reordenar do urbano, ponto evidenciado durante o processo de pesquisa.

A cidade de vaqueiros, matutos, agricultores, coronéis, poetas, artistas e de tantos outros sujeitos sociais, que utilizavam por referenciais ruas com denominações próprias, fazendas, estradas tortuosas e cumpridas, como descrito por Barros:

Por essas ruas cumpridas e tortuosas de Palmeira, rua da mangueira, rua da alegria e rua da pitombeira, rua dos jasmims, rua das flores, rua dos italianos, rua do meio, rua de cima, praça das casuarinas, cartão postal de minha cidade.

[...] Palmeira dos Índios, com suas fazendas com suas estradas, com suas mulheres lavando roupa ao sol quente, com seus trabalhadores plantando e colhendo seus frutos nos dias de verão [...] (BARROS, 2012, p. 29).

Organização social e suas relações, capaz de produzir “sítios de memória, lugares de lembranças coletivas que são fundamentais na confecção de um sentimento de pertencimento”, como explicitado por Clóvis Frederico Ramaiana Oliveira (2011, p. 19). Uma localidade marcada pela pessoalidade, por ritos e códigos populares específicos de um cotidiano ligado a uma realidade rural.

Uma realidade modificada. A década de 60 em Palmeira dos Índios resguarda um enobrecimento de uma realidade urbana. O urbano é apontado nos documentos oficiais, nos relatos orais e pelos jornais, o elemento pontual da construção e promoção de Palmeira dos Índios enquanto município modelo do Estado. Parcas são as menções, de forma direta, sobre

as ações do INDA nesse processo, ou mesmo, o desenvolvimento de suas atribuições, a saber, o desenvolvimento das políticas agrárias que proviessem com o arrefecimento das precárias condições de vida do homem do campo, particularmente.

No limiar dos anos 60, é possível encontrar na cidade as novidades tecnológicas, características de um momento em que o sertão travava contato com as mesmas anunciando, “coisas que faziam outras, provocavam mudanças na paisagem, alteravam os ritmos e sons sertanejos” (OLIVEIRA, 2011. p. 19). Equipamentos tecnológicos que se misturavam a paisagem e sons sertanejos, alterando os caracteres de cidade isolada, sem transporte e sem comunicação. A área citadina não mais se estreitava ao pequeno comércio de animais ou, no zelo destes em praças públicas. De acordo com os nossos entrevistados, a cidade estava a oferecer e possuir serviços que as demais cidades interioranas não possuíam.

Em conformidade com Clóvis F. Ramaiana Oliveira,

As chegadas de modernas tecnologias colocavam sujeitos históricos diante da questão da recepção. Explicando: a utilização de produtos equipamentos no cotidiano ampliava o leque de expectativas e criava novas sensibilidades. O quadro surgido sugeria a adoção de alguns padrões de comportamentos, práticas que colocariam a cidade a altura de “outras praças civilizadas”. As modernagens cobravam, junto com a utilização, novas maneiras de comportamentos públicos e outras economias de gestos e desejos. Associada ao consumo de produtos progressistas (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Um traçado experimentado por Palmeira dos Índios. Os documentos acessados na câmara municipal da cidade da década de 60 têm por teor o registro de renomeações de antigas ruas. As citadas anteriormente por Barros (2018), “rua da pitombeira”, “rua dos jasmims”, “rua dos italianos”, a exemplos. Vias conhecidas por denominações populares, eram denominações surgidas da oralidade, com sonoridade própria e rituais da escolha. A substituição dos nomes indica uma mudança de foco (OLIVEIRA, 2009. p. 22).

Uma mudança conduzida por um ideal de desenvolvimento e progresso, ao buscarmos figurar o que substanciou tal ideário no município modelo, três fatores aparecem de forma elementar e harmônico, nas falas dos entrevistados, nos projetos de leis da câmara municipal e, nas mensagens de governo enviadas ao citado órgão pelos dois prefeitos que compuseram a administração pública durante os anos 60, Araújo e Marques. Sendo: o aumento da população, a expansão urbana e o aparecimento de serviços/equipamentos no cotidiano da cidade, presenciada de forma concentrada na década de 60.

Reformulações do urbano que possibilitaram a construção de um discurso de progresso e desenvolvimento em uma localidade referenciada por ser um modelo, um forjar de atribuições tomadas como temática de pesquisa de Osimar Barros (2010), em sua dissertação de mestrado.

As considerações contidas na dissertação de mestrado, de título *A 'CIDADE MODELO: Reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987)*, nos pareceu intrinsecamente importantes e válidas. O presente texto é considerado por esta pesquisa como um dos principais referenciais no que diz respeito ao urbano e aos ideais de progresso e desenvolvimento possibilitados por um plano político e econômico estimado pelo Estado brasileiro.

O objeto de estudo de Barros (2010) é a cidade de Castanhal, no norte do Pará, que durante a década de 60 foi titulada Cidade Modelo do Estado, pelo INDA. Um projeto que Barros ressalta ter sido um fracasso, pois para a cidade apenas um caminhão foi enviado, não usufruindo de nenhum recurso federal para a estruturação do município modelo do Pará.

Barros (2010, p. 107) ressalta que mudanças sensíveis ocorreram no cenário nacional, dado o recorte da segunda metade do século XX, em seus diversos âmbitos, particularmente no político e no econômico. Viabilizando em âmbito local assimilação do projeto nacional-desenvolvimentista, procedente dos anos JK, alargado posteriormente pelos governos militares. Foi exercido pelos governos autoritários o papel de integração capitalista da Amazônia legal. Os primeiros planos surgidos, em um contexto de modernização, foram elaborados em 1953, coordenados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), substituída pelo governo militar, em 1966, pela SUDAM Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

As ações da Sudam foram mediadas pelo I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, formulado em 1967/71. As prioridades de suas ações voltavam-se para a ocupação dos “espaços vazios da região”, entendido pelo governo como região de problemas geopolíticos (BARROS, 2010, p. 105/106).

Desde a instauração do regime militar, até o seu término, três distintos momentos compuseram os planos de desenvolvimento para a Amazônia legal. O primeiro deu-se por elaborações de políticas de incentivos fiscais, voltadas não somente para a indústria, mas também, para os projetos agropecuários, o segundo plano, destinou-se aos projetos de colonização na transamazônica e a terceira fase, a substituição do modelo cepalista orientado

por uma intervenção com base nas vantagens comparativas em relação a outras regiões do país.

A adoção de políticas de incentivos fiscais é uma das fases com destaque no trabalho de Barros, cujo “o principal motivo para adotar as políticas de incentivos fiscais tanto na Amazônia como no Nordeste ‘era a falta de capital nessas regiões para a modernização das suas economias” (BARROS, 2010, p. 106). A prioridade foi dada aos projetos agropecuários até “atingir o setor de mineração”.

Inspirados pelos planos de desenvolvimento para a região, a prefeitura e a câmara municipal de Castanhal, utilizaram de incentivos fiscais para atrair “investimentos e serviços básicos para Castanhal”. Incentivos fiscais foram destinados aos setores da indústria e energia elétrica. Sobretudo, é neste cenário que Castanhal absorve algumas das medidas advindas do governo federal, em 1960, como a construção da linha rodoviária BR-316, ou rodovia Belém-Brasília, que corta o centro de Castanhal, provocando transformações no espaço citadino.

Ao longo da estrada, povoados foram criados, passando a aumentar a receita da cidade e a população local, “essas comunidades contribuíram para a expansão urbana de Castanhal, núcleos de concentração e circulação de mercadorias e pessoas, ou seja, os povoados constituem “uma manifestação do urbano” (BARROS, 2010, p. 105). Outra dinâmica é fornecida com a rodovia Belém-Brasília, a pequena cidade tornou-se polo de desenvolvimento, distribuidora de mercadorias, mantendo fortes eixos econômicos com a região sul do país, São Paulo, precisamente.

Os mensurados impactos do eixo rodoviário, que cortou distintos espaços do Estado paranaense, é expresso com o desencadear de um fluxo migratório e a formação de um setor terciário precarizado (BARROS, 2010, p. 97).

A construção da BR-316 “atraiu imediatamente a frente pioneira baseada na produção de arroz, milho e gado”. As margens da rodovia grandes proprietários instalaram-se, com suas fazendas moldadas de forma tradicional, os projetos agropecuários foram expandidos. Na zona de influência de Castanhal tem-se de modo predominante a cultura do plantio. Condições facilitadas pela abundância de mão de obra, em grande parte tratando-se de um contingente migrado, boa parte dessa mão de obra eram imigrantes nordestinos. “Por sua vez, muitos desses imigrantes nordestinos pobres, ao longo das margens da rodovia Belém-Brasília, se apossaram de pequenos lotes onde passaram a cultivar ‘produtos alimentícios, especialmente o arroz” (BARROS, 2010, p. 102).

Na segunda metade dos anos 70, visando à modernização agrária, políticas de incentivos fiscais são direcionadas para as terras cortadas pela rodovia, e com a pavimentação da estrada, essa área passa a ser supervalorizada, modificando as relações, até então, existentes. Os Incentivos fiscais atraíram grandes proprietários oriundos de outras regiões do país, empresas com sede em São Paulo, causando uma desestruturação, inclusive o declínio de povoados. As terras ocupadas, anteriormente, por posseiros passaram a pertencer aos grandes dirigentes econômicos, especialmente para a expansão do setor pecuário. Por causa desta modificação de “apropriação de propriedade” grandes conflitos foram deflagrados pela posse da terra, entre empresas e posseiros.

De acordo com Barros (2010, p. 104), Castanhal foi a cidade mais beneficiada pela construção da estrada. Possibilitou a expansão dos domínios do município, importante via que interligou Castanhal aos principais centros econômicos, propiciando uma profunda transformação urbana, especialmente na área central da cidade.

Castanhal passou a ter seu cotidiano modificado, novos serviços são criados, entre os quais, para além do eixo rodoviário, o serviço de telefonia, energia elétrica e o abastecimento de água. Entretanto, foram serviços somente ofertados na área central da cidade, seguindo rastros da rodovia pavimentada. Os demais bairros não detinham da mínima infraestrutura, a exemplo, do bairro do Milagre, onde ficou conhecido por suas “casinhas feias” - as chamadas Castanhetas –, um contraste da área central da cidade, enaltecida por sua estética urbanizada.

A nova infraestrutura, a concentração de serviços básicos, uma estética urbanística, com a edificação de prédios, a instalação de empresas e indústrias, bem como, a regulamentação dos espaços da cidade fizeram com que os dirigentes econômicos e políticos acreditassem que a cidade era disposta ao progresso, que evoluía, e por isso tratava-se de um referencial para as demais localidades do Estado e do país.

Uma alusão que Barros associa está inspirada na mesma finalidade da construção de Brasília, edificada para se destacar em forma e organização, construída para ser um exemplo de progresso e desenvolvimento nacional. É sugerido por Barros que,

Nesse sentido, JK idealizava que a criação de Brasília representasse o desenvolvimento econômico brasileiro que se expandia para interior do país e, [...], um novo centro político administrativo estimularia “uma nova mentalidade”, “espírito de realização” e levaria a um “grande salto rumo ao crescimento auto-sustentado”. Portanto, materializaria “uma cidade-modelo, uma imagem construída, não a partir das condições brasileiras existentes, mas do futuro do país” (BARROS, 2010, p. 129).

Um imaginário, em torno da reforma urbana que a Cidade Modelo estava vivenciando, foi edificado. Situações que fugissem do padrão imposto com a prerrogativa de moderno, progressista e desenvolvido recaíram sobre as críticas jornalísticas dos impressos locais. Como a exemplo, as boates, cabarés, e ruas de “atividades desregradas” da cidade modelo.

Barros (2010, *passim*) diz que, além da edificação de um imaginário da cidade como portadora de benefícios advindos de um determinado progresso, o que poderia justificar, também, o grande contingente populacional migrado para a cidade, entre os quais, imigrantes nordestinos, passou a contar com a moralização dos espaços, sociabilidades e práticas da cidade modelo.

Uma intensa reforma urbana gestou o discurso de progresso e desenvolvimento presente nos jornais Castanhenses. Em contrapartida, vê-se nas mesmas páginas jornalísticas o desordenamento urbano, a precariedade dos serviços públicos, sendo justificado por estes meios de comunicação como “o preço do progresso”. É dissertado por Barros que:

Por volta de 1960 até o final de 1970, Castanhal passou por um processo de expansão e reforma urbana, diante disso, tanto o poder público municipal quanto a imprensa local costuraram uma ideologia de que a cidade vivia um momento excepcional na sua história: passava por período de “desenvolvimento” e de “progresso”, levando a reafirmação de que Castanhal era sim, uma “Cidade Modelo”. No entanto, esse desenvolvimento do espaço urbano se limitou ao centro da cidade. Deste modo, é interessante saber que a imprensa não deixou de apresentar os problemas da área citadina que afligiam aquele contexto de transformação espacial (BARROS, 2010, p. 137).

A precariedade de uma estrutura ocasionada pela expansão desordenada, pelo aumento populacional, péssimas condições de moradias, deficiências dos serviços básicos, problemas que são identificados em ruas específicas da área central pelo pesquisador supracitado. Ruas que receberam por moradores homens e mulheres pobres, em sua grande maioria mulheres solteiras, viúvas e imigrantes nordestinos, excluídos do momento de progresso de Castanhal, estes buscaram de algum modo inseri-se e beneficiasse do momento progressista da cidade modelo, e por isso foram estigmatizados por marginais e prostitutas nas páginas dos periódicos.

Tais condições e situações foram identificadas no centro da cidade, é nos espaços periféricos, que essa realidade é notadamente visível e contraposta a imagem modelo definida por uma elite econômica e política da cidade.

É salientado por Barros (2010, p. 141/142) que em pleno vigor do regime militar os moradores destes bairros desassistidos, pela escassez de serviços básicos, realizaram mutirões e protestos contra o governo, visando sanar as deficiências de uma estrutura urbana precarizada. Segmentos dos revoltosos estiveram presentes na rebelião, que Barros analisa no primeiro capítulo de sua dissertação, de título “a revolta do pincel”, uma revolta oriunda da prisão, tortura e morte de um menor de idade pela polícia militar, suspeito de roubar dois pincéis em Castanhal.

Uma população enfurecida percorreu os principais bairros da cidade e, se dirigiram a delegacia local, onde destruíram e arquearam fogo no distrito policial. Barros, explica que:

Órgãos de comunicação, além de fazerem intensa cobertura sobre o quebra-quebra, também trazem informações, a partir de declarações de curiosos que se encontravam nos locais do motim, sobre a violência policial que imperava em Castanhal. [...] Após algumas semanas da revolta, Resistência denunciou, não somente a prática de tortura nas delegacias de Castanhal, mas de todos os distritos de polícia do Estado do Pará. Com os depoimentos orais, constatamos que a prática de tortura nos distritos de polícia castanhalense consistia num método bastante comentado na cidade, ou seja, alguns dos nossos entrevistados apenas “ouviram dizer” que ocorriam essas práticas nas delegacias. Outros testemunharam mortificação de “suspeitos” nos próprios recintos de segurança pública (BARROS, 2010, p. 32).

Uma revolta que trouxe a público as práticas truculentas, de tortura e mortificação praticadas pela segurança pública da cidade modelo de Castanhal. Por fim, Barros (2010) pondera que durante a segunda metade do século XX um discurso foi forjado. Havendo uma controvérsia entre “um discurso elitista sobre a cidade ideal, que testemunhava seu ‘desenvolvimento’ e a experiência vivida por homens e mulheres que estavam às margens do ‘progresso’ ou de quaisquer benefícios de políticas públicas na ‘Cidade Modelo’ (BARROS, 2010, p. 248).

Considerando as singularidades, particularidades e especificidades próprias, mas que pelo estudo e considerações possibilitadas/apropriadas por um corpus documental nos permitiu considerar algumas indagações a partir do estudo de Osimar Barros (2010) para o município modelo de Alagoas. Traços de vivências evidenciados com a presente pesquisa construída em Palmeira dos Índios, o município modelo do Estado alagoano.

Foi noticiado em 17 de março de 1966, por um impresso da capital alagoana, uma reunião dos dirigentes locais com o conselho do INDA, ademais, o *Correio de Maceió* noticiou:

A prefeitura do Município Modêlo, antes do Encontro, deverá apresentar um estudo completo do município, que deverá apresentar um estudo completo do município, que deverá ser primeiro submetido a apreciação do interventor do Estado, que o encaminhará ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário através da secretaria de Agricultura. Esse estudo constará de todos os problemas que afetam direta ou indiretamente a municipalidade. Na qualidade de Município Modêlo, Palmeira dos Índios receberá ajuda do INDA para seu desenvolvimento, transformando-se no centro do sistema “Município Modêlo” em nosso Estado. Ajuda técnica para eletrificação rural, no setor de cooperativismo, colonização e desenvolvimento rural (CORREIO DE MACEIÓ, 17/03/1966).

A partir de Barros (2010, p. 13), vê-se que existe uma limitação quanto ao que se sabe sobre o INDA, o papel desempenhado, ou mesmo, qual a procedência de suas interferências, para além, da criação de uma nomenclatura. Após titular os municípios modelos, nenhuma menção é feita sobre o citado órgão na referida dissertação, o que pode significar espaços que precisem ser supridos pela historiografia. No mais, o que pode ser sugerido por esta pesquisa é que o INDA legou um ideário e os municípios modelos – o poder político e econômico-, a prerrogativa de execução.

No que diz respeito a Palmeira dos Índios, como já mencionado, pelos documentos da câmara municipal foi constatado que nos anos 60 houve um grande interesse por parte desta instituição em modificar os traçados da cidade. Um traçado que tem como plano de fundo suas ruas. As ruas ganharam outras denominações, de acordo com as novas atribuições gestadas pela cidade, condizente com a recente paisagem que ia sendo moldada a partir da criação de avenidas projetadas, de loteamentos, de abertura de vias, bem como as transformações de sítios e fazendas em bairros.

Essa transformação foi solicitada por meio de um requerimento denominado “baixo assinado”, datado do ano de 1965, enviado a câmara municipal, por parte de alguns moradores. Residentes de uma vila localizada nos redutos do núcleo urbano estavam solicitando ao poder público que essa transformação fosse realizada na área que já deixara de ser fazenda por não mais possuir tais características. Um requerimento com o almejo de mudança de nome de fazenda Maria, passando a denominação de vila Maria na condição de bairro da cidade.

Essas transformações na paisagem da cidade e do possível aumento considerável de população, com a presença de novos núcleos habitacionais, com características de povoados e vilas, em torno da área citadina são lembradas por Ivan Barros em entrevista. Barros diz que:

O Jardim Brasil foi criado em 1964, O São Francisco foi criado nessa época, O bairro Xucurus não existia, era apenas um açude Xucuru e sítios, a Avenida Vieira de Brito só existia eucaliptos e mangueiras, não tinha aquelas avenidas que nós temos hoje que segue para Arapiraca, eram uns sítios que existiam por ali (BARROS, 2018).

A fala de Barros menciona a criação de novos núcleos de povoação na localidade, sendo, por ele referido, o Jardim Brasil, São Francisco, Xucurus, Avenida Vieira de Brito, Vila Nova e Vila Maria. O que poderia ter ocorrido dentro deste período o desencadear de uma expansão urbana e, com isso, a probabilidade do aumento populacional na cidade uma vez que, as falas dos depoentes se entrecruzam no tocante que o município era demasiadamente grande para a população que tinha. As leis municipais permitem apontar que tal expansão ocorreu durante toda a década de 60 de forma gradual, com a criação de novos bairros e com a expansão dos já existentes, algo também, suscitado pelos entrevistados, Barros (2018) e Vitório (2018).

Dentre os documentos disponibilizados pela câmara municipal constatamos leis e mensagens do prefeito José Rodrigues de Araújo, o que nos possibilitou ponderar o significado da mudança de foco emanada por seu governo. As devidas continuidades de um projeto de cidade em Palmeira dos Índios, legado por seu sucessor na gestão municipal, por José Duarte Marques, em 1966.

Em um documento datado do ano de 1965, de autoria do prefeito Araújo, com destino a câmara de vereadores, é exposto a necessidade de “chamar a atenção” dos vereadores para a questão de moradias em Palmeira dos Índios, já que a questão representava um problema nacional e um deficit a ser combatido. Segundo o mesmo, na presente mensagem de governo, tratava-se de “um dos mais impactantes problemas sociais do Brasil com graves e dolorosas consequências”. Por esse motivo, os vereadores deveriam ficar atentos em tais consequências e cogitar tomar para a cidade as ações que estavam disponíveis para combater tal problema. Em trecho da mensagem é apontado que,

Milhares de concidadãos nossos, menos favorecidos pela fortuna, sentiram nascer nova esperança no sentido da obtenção de casas próprias sonho considerado simplesmente irrealizável, salvo quando concretizado em forma de humildes barracos em favelas imundas e insalubre. Conseguindo a ajuda financeira do BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO surgiu a companhia de habitação popular de Maceió – COHAB – Maceió –, a qual sob a orientação do SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – SERFHAU –, inicia o combate à falta de moradias. Essa empresa de

economia mixta de Maceió, numa ação de raro patriotismo, estendeu suas vistas para as cidades e municípios do interior.⁸

A esperança indagada por Araújo correspondia em recurso financeiro de uma instituição que fora criada, pela lei nº 4.980 de 21 de agosto de 1964, para inventariar os problemas causados pela “falta de moradias no Brasil”, o Banco Nacional da Habitação (BNH). O prefeito estava propondo convênio com o banco por meio das ações da COHAB – Maceió, que tinha por medidas a “extirpação de favelas cujos aspectos urbanísticos, sociais e econômicos” eram um grave problema, como relata o gestor. Junto ao escrito foi acompanhado um projeto de lei, que visou a formação de novos núcleos habitacionais na cidade, para apreciação da câmara de vereadores e possível aprovação.

O projeto indicado por Araújo foi aprovado na câmara e revogado pelo Banco Nacional da Habitação uma vez que o BNH somente manteria finanças com companhias de habitação popular constituída pelos Estados. No ano seguinte, em 1966, é apresentado um novo projeto com a mesma finalidade e constitutivos, modificado somente a ordem da companhia habitacional.

Por via de convênio com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação Popular de Alagoas (COHAB–AL) é firmado um plano de integração, cujos termos deram-se por “crédito especial na quantia de seis milhões de cruzeiros”. Além de “doação de terreno” e isenção tributária de bens e serviços, bem como, a utilização de servidores municipais nos serviços requeridos pela Companhia de Habitação Popular de Alagoas (COHAB-AL), para o estabelecimento de núcleos habitacionais na cidade. E, à qual originou, dentre os quais, o bairro Jardim Brasil, mencionado por Barros (2018).

Além da vasta documentação sobre renomeações de artérias públicas, foram encontrados outros visando desapropriar terrenos. Uma documentação com termos de requerimento de crédito, nomeação de vias públicas, e convênios com órgãos federais e estaduais. Ações que visavam atrair para a cidade serviços e uma nova “ordem” urbana, agora com maior regulamentação e presença do Estado.

As desapropriações de terrenos eclodiram e efetivaram modificações no espaço. Modificações que precisavam adquirir novas terminologias, renomeações. Então, as renomeações de vias foram emanadas para fazer jus a nova ordem implantada. Dentre os projetos que tinham por descrição o requerimento de crédito especial” para realização de

⁸ ALAGOAS. Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, 09 de agosto de 1995.

pagamento de indenizações para cidadãos que tiveram “expropriado domínios úteis de terrenos sob sua propriedade”, um era emanado por parte do gestor Marques, em 1966, como de caráter urgente.

Segundo o mesmo, o crédito especial solicitado era de caráter urgente uma vez que, “cidadão, homem pobre, necessita receber seu dinheiro”. Cujo, o plano de atividades por parte da empresa tinha por termo que os trabalhos na terra com as “instalações de equipamentos” só seriam realizados com a desapropriação de terreno de forma efetiva. O que é concedido posteriormente pela câmara municipal. O escrito do prefeito, Marques, dirigido à câmara, especifica que a terra do cidadão “homem pobre” dois terrenos foram expropriados e neles dois serviços estariam sendo implantados na cidade:

Os terrenos desapropriados do sr. Manoel Demézio da Silva, como é do conhecimento dessa casa destinaram-se às instalações do serviço de micro-ondas da COMPANHIA TELEFÔNICA DE ALAGOAS, para comunicações telefônicas inter-urbanas e inter-estaduais, assim como destinavam às instalações da estação repetidora de TV que um grupo de devotados cidadãos doou ao Município (MARQUES, 13/04/1967).

O pedido de caráter urgente foi atendido posteriormente pela câmara municipal. Em 13 de abril de 1967, fica o chefe executivo municipal autorizado a abrir, no atual orçamento, o crédito especial da quantia de 900,00 (novecentos cruzeiros novos), para pagamento de indenização para o referido cidadão (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei Nº 709, 13/05/1967).

Desta forma, a cidade passa a possuir o serviço de telefonia e de repetidora de TV, que tem os devidos projetos de lei datado do ano de 1966. Um dos dois serviços citados na mensagem, o de telefonia, aparece na fala de um dos depoentes. O serviço de telefonia que requisitou a desapropriação de terreno é apontado por Ivan Barros como um serviço de fundamental importância para a cidade, à época, algo que fora louvável:

Palmeira dos Índios não tinha o sistema telefônico porque só existia o correio e o telégrafo, aquele exemplo antigo de se mandar mensagem telegrama, ou de se falar com outras cidades... pelo telégrafo. Luiz Torres conseguiu para Palmeira dos Índios a companhia telefônica de Palmeira dos Índios. E, foi a primeira cidade do interior de Alagoas que teve telefone na cidade (BARROS, 2018).

O estabelecimento de serviços como o de telefonia e de repetidora de TV possibilitou que o período fosse aludido como de progresso e de grande desenvolvimento em Palmeira dos Índios, mesmo em face do governo vigente. O que é possível apreender da fala de Barros:

Nos anos 60... Na década de 60 foi uma década de muito progresso, desenvolvimento social e cultural no Brasil, em Alagoas e especialmente em Palmeira dos Índios, em que pese ter sido o ano em que foi instalada a ditadura militar, que torturou, se viciou, prendeu, segregou, desapareceu e matou centenas de brasileiros, inclusive exilando os políticos para o exterior, [...] que atingiu em cheio até Palmeira dos Índios, mas, foi uma década de progresso e desenvolvimento (BARROS, 2018).

É possível perceber na fala de Etienne Miranda (2018) que o período de 60 em Palmeira dos Índios pode ser tido como de progresso por causa dos serviços e estabelecimentos que passaram a ser ofertados na localidade, segundo o mesmo, a cidade era conhecida como modelo pois “tinha escolas, saúde, saneamento, limpeza pública e etc. Fizeram o nome de município modelo. Além da projeção do nome lá fora”. Acrescenta:

Realmente neste tempo Palmeira recebeu o título de Município Modelo [...] Era a cidade modelo... para os seus moradores.. [...] Sei que Palmeira dos Índios, nos anos 60, tinha vida noturna que hoje não tem. Naqueles anos, Palmeira chegou a ter cinco representantes na Assembleia Legislativa. Homens. [...] Lamentavelmente, houve decadência na Palmeira. Sua rival, Arapiraca, neste mesmo período cresceu mais de 200 por cento (MIRANDA, 2018).

O que ponderamos, a partir da memória de Miranda é a face do progresso, nos anos 60, que para o mesmo, representava para além do cunho econômico, tinha o seu respaldo no poder político. Neste sentido, é lembrado por outro entrevistado, Ricardo Vitória:

Mas, na década de 60, até o final da década de 60... até o final de 70 mais ou menos, Palmeira dos Índios era uma cidade grande. Era a maior cidade do interior do estado. Era considerada a cidade mais importante porque tinham agências bancárias. Na década de 50 e 60, Arapiraca não tinha agências bancárias, já era uma cidade grande mais não tinha a importância que tinha Palmeira. Nem importância política porque Palmeira dos Índios tinha na época tinha 5 deputados estaduais. Palmeira dos Índios tinha vice-governador. [...] Palmeira tinha bancos aqui... banco do Brasil, banco do povo, caixa econômica (VITÓRIO, 2018).

A soma desses fatores econômicos e político possibilitaram que a Princesa do Sertão encontra-se o tão almejado progresso, por via da introdução ferroviária. Além, da estrada de rodagem, asfaltada. O que fez da cidade rota de passagem para a capital Maceió, bem como para o sertão. É exposto por Vitória que:

Esse asfalto que liga Maceió à Palmeira foi feito na década de 50, 54... se não me engano, foi inaugurado em 54, pelo então governador Arnon de Mello. E aí, Palmeira cresceu em função disso e cresceu com a chegada do trem, aqui em Palmeira dos Índios, na década de 40... 30/40 quando o trem chegou. O trem desenvolveu Palmeira, né. O desenvolvimento andava pelos

trilhos. E, Palmeira cresceu com a chegada do trem e assim foi sucessivamente (VITÓRIO, 2018).

A ferrovia e a abertura da estrada de rodagem, em meados do século XX, possibilitaram a introdução de serviços e por consequência o favorecimento do comércio e da indústria, eixo fundamental do progresso. Por intermédio da produção agrícola, o algodão, o “ouro branco”, é relatado na fala de Vitório como preponderante no desenvolvimento e solidificação da economia palmeirense. Ele elucida:

Então, Palmeira dos Índios tinha uma influência econômica porque aqui na região se plantava muito algodão. Palmeira tinha três usinas de algodão. A cidade de Palmeira dos Índios... tinha três usinas de algodão! E o algodão, que era considerado... tem uma música do Luiz Gonzaga que fala em ouro branco, né?! Se você pesquisar você vai ver que tem uma música de Luiz Gonzaga que considera o algodão como o ouro branco, num é (VITÓRIO, 2018).

Três elementos culminaram na perspectiva sistematizada de um ideário progressista, o aumento da população, a expansão urbana e o aparecimento de serviços/equipamentos no cotidiano da cidade. O título do INDA foi recebido na cidade, como uma promoção, coroação do progresso, como evidenciado nos relatos dos entrevistados. A cidade e os seus moradores presenciaram a introdução do novo na vida corriqueira. As modificações ensejadas na paisagem significaram para o *Correio do Sertão*, impresso local, a demarcação do progresso na cidade:

O BAIRRO RESIDENCIAL MARCA O PROGRESSO CRESCENTE DO MUNICÍPIO MODÉLO: foi iniciada na semana que passou a construção de novo bairro residencial em nossa cidade. O acontecimento é dos mais auspiciosos para a nossa população, não apenas sob o ponto de vista social mas também sob o ponto de vista urbanístico (CORREIO DO SERTÃO, 17/12/1967).

A estética da cidade, como lembrado por Barros (2018), foi sendo modificada:

A cidade em si, no aspecto urbano, modifica-se com calçamento urbano é... com praças novas modernizando, a extensão da cidade com a criação de novos bairros que existiam, como o Jardim Brasil... é São Francisco... a Vila Maria é... e, Xucurus e Tenório Cavalcante, o lote... bairro Tenório Cavalcante. E foi crescendo de uma maneira que trouxe esse título de Município modelo para Palmeira dos Índios (BARROS, 2018).

As referidas praças eram consideradas cartão postal da cidade. A praça do quadro (atualmente Praça da Independência) e a praça das casuarinas. Esta última é lembrada tanto na fala de Barros como nos relatos de Miranda e Vitório. As “casuarinas” foram cortadas por

causa das “suspeitas de coitos que aconteciam na surdina da noite”. As praças precisaram ser destruídas por causa da modernidade, deveriam possuir um ar de moderno, lembra Barros (2018).

Palmeira dos Índios, por via dos entrevistados, teria serviços que as demais cidades interioranas de Alagoas só vieram a ter anos mais tarde, como expresso pelos entrevistados. O serviço bancário é apontado como tal, segundo Vítório, “era a maior cidade do interior do estado. Era considerada a cidade mais importante porque tinha agências bancárias” (VITÓRIO, 2018).

Os documentos de “expropriação de terreno”, neste período, direcionavam-se para o estabelecimento de serviços e empresas que corroborariam com o desenvolvimento do município. Muitas das construções e modificações contidas em leis e projetos estavam retidos para o centro urbano em expansão. Um ou outro faziam referência aos povoados. A exemplo, o açougue público, no ano de 1965, construído no povoado de Estrêla (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei Nº 621, 06/06/1965).

Um dos novos prédios, no ano de 1965, no centro urbano, fora destinado a uma agência do Banco do Brasil, que deveria ter em sua estrutura “no mínimo (3) três andares, dispôr de área interna para estacionamento de veículos e ser dotados de requisitos da arquitetura moderna” (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei, nº 628, 20/07/1965). No mesmo ano, outro terreno deveria ser expropriado para a construção do prédio do FORUM desta cidade e comarca, o que foi solicitado por parte do prefeito crédito especial para pagamento das devidas indenizações (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 623, 06/06/1965).

O interesse do poder público em construir prédios que proviessem de “linhas modernas e dotado de todos os requisitos de conforto e higiene, localizado próximo ao centro urbano”, pertencente aos domínios do município, para recepção e estadia de autoridades é algo visível a partir dos documentos legislativo (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 629, 20/07/1965).

A paisagem da área citadina estava se transformando com construções e serviços alocados, principalmente na área central. Ao especificar tais serviços, possíveis de encontrar na cidade e que caracterizavam o progresso, Ivan Barros, que fora vereador pela cidade em finais da década de 60, atribui o desenvolver do comércio e de indústrias na área citadina, que faziam de Palmeira dos Índios modelo e progressista. Para o mesmo,

nós tínhamos aqui no comércio... mais de 300 estabelecimentos comerciais. Tínhamos uma fábrica de doce. Tínhamos duas fábricas de sabão, tínhamos

duas indústrias de beneficiar algodão, nós tínhamos uma indústria de aguardente e álcool. Nós tínhamos uma indústria de vinagre, nós tínhamos, além disso, uma grande renda na economia rural, desenvolvendo-se a pecuária bovina, ovina e caprina e na agricultura no plantio de milho, feijão, algodão, mandioca, banana... e na fruticultura caju, pinha... De modo que a cidade de Palmeira do Índios transformou-se em uma cidade modelo e progressista (BARROS, 2018).

São dados que tem por mediação a memória. Uma discriminação, que no mínimo o que pode ser afirmado consiste no entusiasmo por parte de uma economia que estava em fase de desenvolvimento. Uma economia de base agrícola que gradativamente passa para agropecuária. Os dados expostos por Barros vão de encontro o que Vitório indaga em sua fala. Contudo, o sentido é o mesmo, mas existe um desencontro quanto à quantidade, como podemos constatar, em trecho seguinte da fala de Vitorio ao referir o quantitativo de usinas de algodão instaladas na cidade:

Aqui tinha uma agricultura muito forte, aqui produzia muito milho, aqui produzia muito feijão, aqui produzia muito algodão na região toda. E, aqui tinha três usinas de algodão. Que no período de setembro... dezembro até janeiro a cidade ficava branca de tanto algodão que entrava na cidade, os caminhões trazendo algodão pra qui, pra despolar o algodão para transformar o algodão em caroço, transformar em óleo e transformar em pluma. E que era vendida pro sul do país, que era levada pro sul do país. [...] Uma funcionava aqui na praça da sambra, onde vai ser construído esse Fórum, novo, aqui funcionava usina de algodão. Ali, perto do açude funcionava outra usina de algodão, e lá na saída da rua da lagoa se chamava assim, indo pra arapiraca, tinha outra usina de algodão, era três usinas de algodão que davam muito emprego (VITÓRIO, 2018).

Uma economia forte que tinha por norte os povoados, um ponto a ser destacado das falas dos depoentes. Além, do imaginário e expectativas em torno do progresso da cidade. Como é aludido por Barros,

Explorávamos também o sal-gema na... lagoa do canto, perto de canafistula, e muitos palmeirenses tinham a esperança que naquele local da sal-gema tivesse petróleo, mas infelizmente fizeram escavações, a Petrobras veio fazer escavações mas não descobriu, descobriu o teor grande, muito grande da sal-gema. De modo que até os palmeirenses naquela época no carnaval improvisaram uma modinha é... “Mamãe passou sal em mim” numa homenagem a sal-gema. Palmeira dos Índios tinha a industrialização do calcário em Coruripe e lagoa do Caldeirão, Fazenda pedras de Mármore, decorações de mármore, de modo que vendia bem para todo o estado de Alagoas (BARROS, 2018).

Diferente das “gentes bonitas”, outrora dito por Barros, que somente passava pela cidade por causa do trem, como ponto de parada obrigatória na estação, os anos 60

possibilitou a fixação de uma gama populacional maior na localidade, cujo fluxo crescente é lembrado:

Com a cidade movimentando vieram muitas pessoas estudar em Palmeira dos Índios e morar em Palmeira dos Índios. Pessoas de Cacimbinhas, Minador do Negrão, de Estrela de Alagoas, de Igaci, de Belém. Vale acrescentar, que Belém, Igaci, Minador do Negrão, Estrela, Cacimbinhas pertenciam ao município de Palmeira dos Índios, depois é que essas cidades foram criadas e desmembradas do território de Palmeira (BARROS, 2018).

O ensino na cidade passou a ser referência na região, o que para Barros tratou de evidenciar por ter “excelentes grupos escolares”, sendo o Pio XII, o Cristo Redentor, o Sagrada Família e o Colégio Estadual. Quatro instituições de grande porte. As três primeiras instituições destinavam-se ao ensino privado. E o último, a Escola Estadual Humberto Mendes, construído no início da década de 60, era a primeira escola de ensino público instalada por via de convênio com o Estado na cidade, considerado uns dos principais avanços da cidade.

Vitório ao relatar o ensino como símbolo do progresso na cidade, diz que ele natural de Quebrangulo, passou a residir em Palmeira dos Índios por causa do ensino. Estudando na escola Pio XII, discorre:

Aqui tinha um colégio, Pio XII, que só frequentavam, era dos padres, que só frequentavam estudantes masculinos, era só homens... O cristo redentor era só mulheres, e tinha o sagrada família, e tinha o colégio sete de setembro, que era de dona Rosinha Pimentel, e tinha o colégio estadual que foi fundado na década de 60 (VITÓRIO, 2018).

As instituições de ensino, sob o olhar de Barros, tinham sua fundamental importância no quesito que traria a oportunidade de livrar as pessoas pobres da mendicância. Oferecendo-lhe subsídios para atuar no mercado de trabalho. A qualificação provida pela escola, com a leitura e escrita, permitiria a formação de uma mão de obra qualificada.

Em mensagem do prefeito Araújo, datada de 1965, é apontado que as modificações providas até então tinham notoriedade. No entanto, era necessárias mudanças nos “descritivos” de leis da municipalidade que se encontravam de forma obsoleta e não supriam mais a realidade do município em face ao cenário nacional. Partindo de uma lei do ano de 1959, como forma de exemplificação de seu raciocínio, à qual não é descrita, apenas mencionada, é exposto pelo gestor que:

A lei nº 285, de 10 de agosto de 1959, tem profundo alcance social e econômico. Acontece, todavia, que os anos correram e a dita lei, face das

transformações que se operaram de lá pra cá, tornou-se algo obsoleta – exigindo, uma modificação quase completa de seus descritivos, módo e permitir que se criem reais condições para a introdução de novas indústrias no nosso município. Isto pôsto, e considerando que a legislação orgânica dos municípios, assim como as disposições constitucionais vigentes – permitem e a determinam que os poderes públicos municipais criem condições favoráveis ao desenvolvimento industrial e econômico das comunas. [...] Confiando na douda compreensão de Vv. Ex.^a S., assim como na condição de Palmeirenses de cada um dos Srs. espero se já aprovado e convertido em lei o projeto nº 1/66 que tenho a honra de enviar a esta casa, nesta oportunidade, ao apagar das luzes de minha administração (ARAÚJO, 13/01/1966).

O projeto de lei nº 66 enviado à câmara, fora aprovado e sancionado no governo seguinte, de José Duarte Marques, contendo 14 artigos prevendo o interesse do poder público em criar condições para o desenvolvimento que tinha no estabelecimento de novas indústrias uma condição para tal. Ficando estabelecido em dois dos artigos iniciais que:

Art. 1º Fica o autorizado a conceder isenção de impostos municipais, por período de dez (10) anos às indústrias novas, sem similar, que venham a se instalar no território do município, uma vez que atendam as exigências da presente lei.

Parágrafo Único – Considera-se indústria sem similar a que beneficiar, transformar ou fabricar produtos ainda não produzidos no território do município.

Art. 2º – A isenção de que trata o artigo anterior poderá abranger os impostos de indústrias e profissões, licença, predial e transmissão de propriedade de imóvel “Inter-Vivus” (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 632, Março/1966).

O escrito anterior de Araújo, talvez esclareça as medidas tomadas nos anos de 1966 e 1967 em reformular as leis de imposto predial, que tinha por intenção diminuir os valores, realizar abatimento do valor total e aumentar o prazo de pagamento do devido “imposto predial urbano e territorial urbano” (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 696, 02/2/1967). O que ocorre na gestão que sucedeu a administração de Araújo, pelo gestor Marques. Medidas que representaram um desejo de transformar a pequena cidade do interior de Alagoas em uma cidadezinha progressista, com a abertura que daria margem a expansão urbana e o favorecimento do comércio e da indústria na cidade.

Barros sugere ter ocorrido após convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, que teria disponibilizado recursos, convênio ocorrido no governo Marques em 1966, que permitiu solucionar, em finais da década de 60, os problemas de energia e água.

O título de município modelo foi destacado por Barros como uma maneira de agradecer os municípios e injetar recursos. Como cidade modelo Palmeira começou a receber verbas para melhorar o serviço de abastecimento d'água. Barros (2018), explicando que, “verbas foram chegando, que o prefeito foi construindo escolas na zona rural, eletrificado a zona rural porque não havia energia nos povoados... nos povoados, nas vilas. E desse modo, Palmeira dos Índios muito ganhou” (BARROS, 2018).

Não é possível afirmar se as verbas mencionadas eram oriundas do convênio com o INDA ou por conta de outros convênios sob a condição de município modelo em que Palmeira dos Índios fora colocada. Ao questionamos os recursos providos pelo INDA na cidade, Ivan Barros alude que “os órgãos governamentais” auxiliaram em solucionar problemas de estrutura urbana, corroborando na constituição de um modelo de cidade. Ademais,

Naquela época Palmeira dos Índios sofreu muito com a falta d'água e de energia. Nós tínhamos uma empresa de energia particular pertencente aos Motas e ao Garcia, Manoel Garcia. A energia era servida por essa empresa particular e a potência dessa energia dos transmissores de energia de Palmeira dos Índios, era até dez horas, dez horas da noite as luzes se apagavam e Palmeira ficava as escuras. De modo que não tinha condições de trazer no início, dos primórdios dos anos 60, as indústrias que trouxe depois, depois de 60... em 66/ 67 por diante ((BARROS, 2018)).

Com título oriundo do órgão supracitado foi possibilitado a construção de um discurso de desenvolvimento e progresso idealizado/cultivado por uma elite política e econômica, que propagou Palmeira dos Índios como um modelo de município em Alagoas, na segunda metade do século XX. De modo entusiasta é anunciado pelo Correio do Sertão:

Depois de conseguir a cooperação de diversas empresas locais, tais como a PRNESA PALMEIRA, LUCASA, ELICAR JORGE MORAIS, CERÂMICA PALMEIRA e diversas outras, assim como contando com o apoio decidido da Câmara Municipal, o Prefeito movimentou-se com o fotógrafo Antônio Neves para fotografar os diversos aspectos sócio-econômicos e culturais do Município Modelo de Alagoas. MOSTRAREMOS TUDO AQUILO QUE NOS FAZ A CAPITAL DO SERTÃO (CORREIO DO SERTÃO, 03/12/1967).

No entanto, poucas são as alusões das ações diretas do INDA, e da vivência dos sujeitos no campo, de constatação, pelo menos, nos documentos acessados para composição deste trabalho. As fontes consultadas fazem apenas menções sucintas a produtividade advinda dos povoados e o estabelecimento de algumas poucas obras na zona rural, não deixando claro em que medida essa população consumiu e foi beneficiada pela cidade modelo. Cujas, as

finalidades do governo federal por meio da ação em conjunto das instâncias do governo, assim sendo, por convênios entre o governo central, do Estado alagoano e o município, deveriam agir de modo a sanar problemáticas entre o viver urbano e a vivência no campo, para qual a cidade modelo fora instituída.

Em contrapartida, assinalamos que as ações que deveriam manter o homem do campo e, prove-lhes de subsídios para sua permanência não foram convertidas para tal, não significou a melhoria de vida na zona rural, apenas propiciou meios para a promoção econômica e, em decorrência um fluxo migratório.

Barros (2018) citou repartições que visaram o solucionar de subsídios básicos, que faltavam na cidade, como a água e energia, por ele é recordado:

Palmeira dos Índios ganhou uma repartição que fez obra em todo o sertão e agreste de Alagoas, o DNOCS, construindo açudes, cisternas é... oferecendo condições da CASAL se estender, água e ... a CEAL energia para os bairros que estavam sendo criados em Palmeira dos Índios. Esses foram os serviços básicos que a população auferia na cidade e através das empresas, dos órgãos governamentais.

O fragmento memorialístico possibilita cogitar que o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), estabelecido em Palmeira dos Índios nos anos iniciais da década de 60, presente em lei na câmara municipal, não conseguiu de mesma forma criar medidas para o problema da falta de água, para qual foi direcionado.

O que é ressaltado em trecho memorialístico:

Quando eu tinha 12 anos de idade, eu nasci em 1950... Em 1962, então pra ganhar um dinheirinho eu ia lá no cabaré encher os litros de água das mulher lá, com a carrocinha era uma faixa de 30 a 40 litro [...] A gente carregava água eu e meu pai... Nós tinha... era 10 burros de meu pai mais 10do finado vito... entendeu? A gente carregava água no finado Antônio Coelho, na Cafurna. Na serra... Entendeu? Então nessa época não existia água encanada em Palmeira dos Índios de jeito nenhum, então a gente pegava água na fonte... A gente vinha com essa água e quando chegava aqui eu separava duas latas d'água... aliás, era corotas, a gente separava duas corotas d'água (SILVA, 2008).

Vitório (2018), reafirma as dificuldades com a água, sinalizando que não foram problemáticas solucionadas, algo ainda perdurado nos dias atuais, mesmo com as ações e investidas dos órgãos governamentais mantidos no município modelo para o solucionar de tais deficiências. Aludido que, “Palmeira teve uma carência muito grande em função da água... nós tivemos aqui, nós ainda temos problemas de água aqui” (VITÓRIO, 2018).

Como evidenciado anteriormente por Barros (2018), em entrevista, a cidade modelo constituída por um ideário de progresso firmado com o desenvolvimento do comércio e da indústria, na área central, em Palmeira dos Índios, por intermédio da produção agrícola. Porém, ao mesmo tempo, que houve o desencadear econômico, principalmente, decorrentes dos povoados, ocorreu um fluxo migratório da população em sua realidade rural para o centro urbano em expansão.

Uma migração que poderia está relacionada a procura de melhores condições de vida, na cidade que seria um modelo, condicionada pelas transformações na paisagem urbana, aspecto que poderia ter atraído particularmente uma população rural.

Ao sugerir possíveis segmentos que foram mantidos a margem do período progressista do município modelo, ou não se encaixavam na ordem estabelecida, Ivan Barros (2018), alude para dois segmentos da sociedade palmeirense: as meretrizes e os moradores de ruas. As meretrizes circundadas por uma moralidade vigente, calcada sob os códigos católicos. “O local restringido pela sociedade e pela sociedade tradicional, pelos nossos pais, era a rua Pernambuco Novo, onde tinha as boates, os cabarés. [...] Vinha boêmios, políticos de Arapiraca, de outras cidades para os cabarés de Palmeira. Esse era o lugar censurável”.

Não somente as meretrizes, Maria Viviane de Melo Silva (2018) ao estudar os cinemas e a moral cristã na cidade modelo revelou que, assim como as salas cinematográficas, o ambiente escolar era alvo das ações vigilantes e fiscalizadora da igreja católica. E, o segundo segmento, os moradores de ruas, coadunados as práticas de mendicância. De procedência, assim por indício, da zona rural. Sugerido por Barros (2018) ao especificar:

Rua da Mangueira, rua das flores, rua Pedro Barbosa, rua Zé Pinto de Barros, a rua Graciliano Ramos, bairro do Xucurus. Havia muita, muita, muita uma população aglomerada. [...] Eles vinham de fora, geralmente da zona rural. É... pobres, analfabetos, sem lá, sem casa e andavam aos magotes pelas ruas pedindo esmolas. Foi uma prática que desapareceu com o tempo porque foram mudando as gerações, conseguindo emprego, educação, ai isso desapareceu ((BARROS, 2018).

A presença de tais segmentos nas ruas da cidade modelo, na perspectiva de Osimar da Silva Barros (2014), apontaria para uma ordem desequilibrada e excludente. Sobretudo, porque o progresso aludido na cidade modelo não foi pensado para abarcar a todos, e sim, a um grupo privilegiado. Privilégios mencionados por Edmilson Sá (2008) ao expor que os serviços, a exemplo de, “energia elétrica, Tvs, e geladeiras” eram usufruídos por uma escala mínima da população. Assim como muitas outras cidades, era um lugar que deixavam às

margens social inúmeros sujeitos e, por sua vez, sendo excluídos dos benefícios do “desenvolvido” e do “progresso” (BARROS, 2014, p. 173).

Uma das formas de inclusão, mencionadas, no dito progresso da cidade modelo seria a educação. Segundo o escrito *A Educação Secundária Pública em Palmeira dos Índios: Análise de um percurso*, o ensino disponibilizado pela escola Estadual Humberto Mendes, se deu de forma conflitante, em meio a um cenário de disputas políticas que cercavam a implantação do estabelecimento educacional em Palmeira dos Índios, em 1960. Sendo explicitado, por Souza e Ferreira (2012), que o ensino secundarista ofertado no estabelecimento, o que equivaleria ao atual ensino fundamental, se dava por um exame de admissão/teste, um formato de inserção que perdurou até 1971.

Um teste de admissão que tinha por referência um cursinho preparatório ofertado pela professora Ananete, a mesma “mantinha em sua casa um cursinho, para preparar os alunos para o exame de admissão, uma referência procurada por quem podia pagar pelos seus serviços, em vista dos sucessos obtidos por quem ela preparava” (SOUZA; FERREIRA, 2012, p. 04/05).

Nesse sentido,

O Colégio Estadual Humberto Mendes ao ser criado, em 1960, contava apenas com duas turmas do curso Ginásial. Os candidatos a estudantes para ingressarem na escola, nesta época, tinham que fazer o Exame de Admissão, um tipo de minivestibular para todos os que pretendiam avançar para além do Curso Primário. Desta forma, fazia-se uma seleção que neste caso era muito concorrida, pois a maioria dos jovens queria estudar neste colégio e não havia vagas suficientes (SOUZA; FERREIRA, 2012, p. 04/05).

Para além do processo de admissão e as limitações de vagas, os estudantes desprovidos economicamente, precisaram concorrer com os estudantes advindos das escolas privadas. Já que, a escola Estadual configurava-se por ser um dos melhores estabelecimentos de ensino. Então, houve um remanejamento e procura, entre os quais, dos estudantes procedentes do Colégio Pio XII, como suscitado por Barros (2018).

O que, possivelmente, não favoreceu toda a uma população migrada da zona rural do município. Evidenciando, assim, a partir do relato de Barros (2018), do escrito de Souza e Ferreira (2012) tratando-se de um processo limitado e excludente.

Em comentada nota do jornal *Correio do Sertão* (1967), foi disposto:

Temos bons colégios, uma sociedade que louva as causas sãs, um comércio dos mais conceituais de Alagoas, somos enfim, beneficiados por uma série de fatores que aceleram a nossa marcha para o progresso. Indústrias já

planejam os seus projetos de instalação neste município, abrindo desta forma, na entrada do sertão, uma nova era de desenvolvimento (CORREIO DO SERTÃO, 29/10/1967).

A propagação do município como modelo foi tarefa do poder político e econômico local. Mas, que pela ordem do discurso imbuiu a ideia da cidade como portadora de benefícios advindos de um progresso.

Decerto, as transformações na cidade estiveram correlacionadas com o plano nacional e, de certa forma, promulgou um ideário promovido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Os processos urbanos serviram como prerrogativa para a difusão desta cidade modelo, principalmente pelos meios de comunicação impresso – os jornais.

4.1 O município modelo: “um mundo civilizado no sertão” de Alagoas

Há poucos dias, pessoa de Maceió, em visita a Palmeira dos Índios, fazia elogiosas referências ao espírito aberto, educado e receptivo do povo de nossa cidade. As autoridades, as famílias de Palmeira dos Índios saberão receber o estranho com amabilidade, oferecendo sempre solução para as dificuldades que se antepõem às iniciativas que vêm de fora, mas que visam a trazer contribuições a nosso progresso, dizia o visitante (CORREIO DO SERTÃO, 13/10/1968).

Um terreno foi preparado de forma a construir uma *imagem-modelo* de Palmeira dos Índios. Uma imagem notadamente contraposta àquela veiculada nos meios de comunicação em início dos anos 60, antro de violência e selvageria como era reportada nos veículos de comunicação pelo país. Nesta perspectiva, a monografia de Edmilson Sá, *Entre o Efêmero e as Marcas da vida: Um olhar sobre o cotidiano de Palmeira dos Índios anos de 1960*, traz algumas contribuições importantes.

Por premissa, cabe ressaltar que as transformações que proveu de estímulo a cidade de Palmeira dos Índios nos anos 60 tem por notoriedade o peso de um contexto histórico específico, particularmente circuncidado na ideia de progresso e desenvolvimento do que deveria ser uma sociedade moderna e civilizada. Sobretudo, tratou-se de um discurso que

tingiu como estímulo o reordenar de práticas sociais e culturais na cidade que obteve fóruns de modelo no sertão de Alagoas, processo marcante na memória da urbe e de seus moradores.

Modificações na estrutura espacial que conduziram Palmeira dos Índios almejar e construir um “modelo de cidade que deveria ser seguido e centro dirigente da construção cultural de um mundo civilizado no sertão”. Esta última referência, feita pelo professor Clóvis F. Ramaiana Oliveira (2011) foi direcionada a cidade de Feira de Santana, no sertão da Bahia. Contudo, nos cabe sugerir um projeto semelhante cultivado no sertão de Alagoas, expresso por uma imprensa impressa, os jornais do município modelo.

A cidade na segunda metade do século XX, sob a condição de modelo, é retratada nas páginas dos jornais palmeirenses de maneira pacata, honrosa, receptiva e acolhedora. Crimes e rixas não faziam parte dos periódicos da cidade, ou pelo menos, frequentemente estavam ausentes, ficando somente alusões a suas festas e sua importância como uma cidade pacata, (modelo) (SÁ, 2008, p. 18). Um importante ponto a ser balizado em Edmilson de Sá é a “cidade do amor” que era propagada nas vias públicas e nos discursos propagados nos meios de comunicação.

Em pleno contexto de ditadura militar, a cidade era pacata, sem registros jornalísticos de eventuais proporções de criminalidade, um modelo, “apenas alguns reclames editoriais, bem como os interesses políticos municipais, estaduais” (SÁ, 2008, p. 18).

Grande parte das colunas editoriais do *Correio do Sertão*, impresso local, se realizava alusões a uma civilidade, a cultura, aos costumes distintos da cidade modelo. O citado impresso no ano de 1967 deixou exposto que:

UMA CIVILIZAÇÃO QUE SE CRIA NO SERTÃO NORDESTINO: Palmeira dos Índios que é uma civilização que nasce no sertão nordestino, terá oportunidade de brilhar na exposição ao lado de outras comunidades alagoanas e do país. As instituições educacionais, culturais, esportivas, recreativas, etc, etc, serão apresentadas (CORREIO DO SERTÃO, 03/12/1967).

A truculência política não se fazia mais presente na vida pública de Palmeira dos Índios, pelo menos, essa era a imagem refletida nas páginas de jornais palmeirenses. A respeito da truculência política que marcou a história da cidade e foi difundida de forma nacional, Barros retrata:

A cidade era pacata, não havia violência. A violência que houve em Palmeira dos Índios foi na época do governo Muniz Falcão. Quando houve aquele impeachment e morreu, mataram Humberto Mendes e a família Mendes resolveu vinga-se e começou os crimes políticos da época. Mas, só durou

quatro anos essa violência quando mudou de governo veio a intervenção federal aí mudou ((BARROS, 2018).

A cidade mudou. De “antro de selvageria” para um polo de cultura a ser conhecido pelas demais cidades, era um modelo no sertão para o Estado de Alagoas. Tal era a importância de suas festas que frequentemente se faziam referência nos veículos de comunicação (SÁ, 2008, p. 20). Nas palavras de Ivan Barros (2018), era a “capital do sertão” porque “comportava em si uma febre cultural”. A vida palmeirense se resumia, em grande parte, aos seus carnavais, festas nos clubes sociais: Rotary, Aero-club, AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) e Maloca do Índio (SÁ, 2008, p. 20).

Uma cidade modelo que, segundo Ivan Barros, tornou-se referência pelas práticas sociais e culturais, atribuindo por referência:

O carnaval era muito famoso em Palmeira dos Índios e vinha muita gente para o carnaval de Palmeira dos Índios porque tinha a micareta, sete dias antes do carnaval, tinha os quatro dias do carnaval e depois do carnaval o carnaval da ressaca, como era duradouro. Nós tínhamos quatro clubes. Tínhamos o montepio dos artistas, o clube do CSE – APA, o Aero-club e a AABB, onde se dançava o carnaval, a elite, porque o povão ficava na praça da independência até uma hora da manhã (BARROS, 2018).

Nesse sentido, o cinema se fez presente na vida corriqueira da pequena cidade do interior de Alagoas. O cinema é apontado como algo que fazia parte do convívio social, manifestando-se como um dos lugares de lazer com maior fluxo de pessoas das mais diversas camadas sociais que encontravam nele um espaço interessante para ser frequentado (SILVA, 2015. p. 06), como é ponderado por Viviane Melo. Durante a década de 1960, Palmeira dos Índios tinha três cinemas: Cine Palácio, Cine Moderno e São Luiz. O Cine Palácio era um dos melhores cinemas do estado de Alagoas, recorda Vítório, que conclui: “e hoje não tem nenhum” (VITÓRIO, 2018).

Eventos que, segundo Edmilson de Sá, significou o grosso das matérias dos periódicos locais. Alusões a cultura que encontraram respaldo no progresso e desenvolvimento da cidade, como é o caso dos festivais da pinha, do caju e do amendoim. Festivais emanados das memórias dos entrevistados. Ao questionamos o surgimento dos festivais a cena, por via das memórias, dentro de um roteiro que buscou apreender o discurso de modelo na cidade, Barros os caracteriza da seguinte maneira,

Era uma promoção com conotação turística e também era para promover os produtos da terra. O festival da pinha realizado em Canafístula eram um, um espetáculo, porque além de vender pinhas em grande quantidade, havia

também... barracas, bares, músicas e o povo ia, além de comprar pinha, ia se divertir. Houve também o festival do caju no gavião, houve também o festival do amendoim em Coruripe e Lagoa do Caldeirão, houve também a, a feira do Bacurau que era em frente a antiga estação rodoviária que a noite vendia toda as frutas, inclusive rapaduras, porque Palmeira dos Índios tinha muitos engenhos de cana na zona rural e tinha 50 casas de farinha, vê como o município era progressista... na zona rural e na cidade (BARROS, 2018).

Festivais que elevariam Palmeira dos Índios ao patamar de outros municípios de estados vizinhos, e especialmente, de outros mais distantes, que obtiveram em exposições semelhantes o aumento considerável de sua economia. Nas palavras do gestor Marques, tais exposições agropecuárias, nos municípios onde ocorriam “têm sido do maior relevo e da maior importância para suas economias e para a economia das regiões em que se situam” (MARQUES, 22/08/1966).

Em 22 de agosto de 1966, em mensagem a câmara municipal, o prefeito José Duarte Marques encaminha para a apreciação dos vereadores o projeto de lei para instituir exposições agropecuárias anualmente no município. Por ele é destrinchado que,

Vivemos numa região carente de melhorias e de incentivos e, nada que mais incentiva a agropecuária que uma exposição da natureza das citadas, funcionando sob êsse aspecto, através da exposição e venda de máquinas e instrumentos agrícolas modernos, de produtos agrícolas, cuja influência em nossa agricultura deve funcionar de maneira excelente e através, também, da melhoria dos nossos rebanhos, consequência da venda de exemplares de boa categoria, oriundos dos mais diversos pontos do território brasileiro (MARQUES, 22/08/1966).

Nas memórias de Miranda, as exposições ou festivais como é lembrado por ele, serviram como uma projeção da cidade a partir de uma cultura “intensa e incentivada. Ainda hoje essa cultura existe, mesmo com menos incentivo” (MIRANDA, 2018). Em seguida é destacado pelo mesmo:

O governo de Jota Duarte projetou o nome da Palmeira em âmbito nacional, através dos Festivais que promovia: festival da Pinha e do Amendoim. Os carnavais eram do povo. O Festival da Pinha na vila da Canafístula e o Festival do Amendoim no povoado Lagoa do Caldeirão. Muita gente de todo Estado e aberto ao público que nada pagava. A presença de pessoas de outros estados era notada. Eram feitos em finais de semana (MIRANDA, 2018).

Ao nos apropriarmos dos relatos orais fora visto que os depoentes buscaram elucidar os muitos nomes de Palmeira dos Índios, apontados inúmeras vezes em suas falas. A capital do sertão, cidade de quatro portas, princesa do sertão, e município modelo das Alagoas. Cognomes interligados por um ponto em comum: o progresso. Uma cidade em construção,

talvez, um descritivo que melhor se encaixe ao caracterizar os anos 1960 na cidade de Palmeira dos Índios. Construção de um projeto de cidade no sertão alagoano, conduzido por seu governo político, do qual obteve na cultura um espaço de promoção e consumo do dito progresso:

Assim Palmeira dos Índios foi crescendo, aumentando a sua renda financeira, os seus tributos. De modo que coroou tudo quando veio a criação da Diocese de Palmeira dos Índios, um sonho antigo de padre Macedo. Que chegou aqui era uma simples paróquia ligada a Anadia. [...] E hoje é uma diocese que abrange 25 municípios no sertão e agreste de Alagoas. [...] Palmeira dos Índios também partiu para o turismo ecológico. Foi criado o cristo do Goiti e ali serviu de romaria até nas semana santa. As aldeias indígenas, fazenda Canto, a aldeia do Capela, Boa vista, da Cafurna, e a do Boqueirão, passaram a ser visitadas [...]. E, dançando o toré começamos a conhecer mais a história dos índios, costumes, as tradições, que eles vendiam também artesanato. E assim aos poucos, Palmeira dos Índios... Palmeira dos Índios foi se transformando a capital do Sertão. Foi desenvolvendo a cultura (BARROS, 2018).

A presente memória é narrada de forma a transpassar através dos anos, vai além dos anos 60, uma vez que a biblioteca Graciliano Ramos, localizada onde era antiga estação ferroviária, só é implantada anos mais tarde após a desativação da linha férrea na cidade, o que ocorre em meados dos anos 70. É interessante respaldar que as transformações ocorridas na cidade não se limitaram apenas a década de 60, isto ocorreu durante toda a segunda metade do séc. XX.

A presente memória exposta é válida na medida em que existe um resguardo da cidade como um polo cultural e, que segundo o apontamento de Barros, com o que se tem na atualidade, a “ferver cultural”, não foi algo perdido no decorrer do tempo. Mesmo com a precarização e abandono por parte do poder público dos lugares de memória e cultura da cidade.

Outro ponto a ser balizado do referido fragmento memorialístico de Barros (2018) diz respeito aos povos indígenas, quando é dito pelo mesmo que as aldeias “passaram a ser visitadas” o que favoreceu em sua concepção o desenvolvimento da cultura. Fazendo-nos cogitar as relações do dito desenvolvimento e progresso da cidade modelo para com a territorialidade indígena em tal período. Já que, muitas são as menções pela imprensa impressa e pelos relatos orais do desenvolvimento de produtos agrícolas nas serras, nos povoados e nas vilas, nos recantos do núcleo urbano. No entanto, quase nenhuma menção é feita diretamente aos povos indígenas da localidade.

As poucas referências das vivências das comunidades indígenas no momento progressista da cidade modelo de Alagoas podem ser conferida em algumas poucas imagens. Imagens que estão disponíveis em grupos de redes sociais, facebook, provavelmente de arquivos pessoais que em grande maioria não apresentam maiores informações a respeito do contexto em que a foto foi tirada, apenas com menções ao governo de José Duarte Marques e os serviços que a cidade modelo passou a ter em seu governo. A exemplo, das duas fotos apresentadas abaixo.



(Imagens retiradas do grupo, - rede social, facebook-, “Palmeira das Antigas”. Acessado em: 07/02/2019).

A primeira foto (do lado esquerdo) aparenta ser um festejo, com a presença de agentes políticos, militar e possível representante de empresa estatal; a segunda (do lado direito), em uma provável recepção, cuja foto traz apenas a identificação da figura do prefeito, e de forma visível à caracterização de duas prováveis mulheres indígenas na recepção.

A territorialidade que ocupa a cidade de Palmeira dos Índios é tradicionalmente indígena; o jornal *Correio de Maceió* em breve alusão a um documentário sobre o desenvolvimento do Estado de Alagoas que estaria sendo produzido por uma empresa cinematográfica, “Alafilmes”, noticiou:

“ALAFILMES” JÁ INICIOU DOCUMENTÁRIO SOBRE PALMEIRA: [...] O filme apesar de pertencer a linha comercial, focalizará, entre outras atrações folclóricas das “Terras dos Chucurus”, o “Toré” e demais rituais indígenas primitivos da taba que deu origem ao atual nome da cidade. Estabelecendo um paralelo entre os tempos primitivos, onde a povoação era apenas constituída pela tribo, e, reativando o desenvolvimento até chegar aos limites de hoje, da cidade agora conhecida como município Modêlo, os técnicos da “Alafilmes” têm remontado dados e fatos desse desenvolvimento,

incluindo, no roteiro de filmagem, a visita empreendida pelo governador Lamenha Filho ao parque onde está sendo instalada a “Incopel”, próspera indústria de tratamento de couro, e peles, cuja presença já se constitui na própria ascensão do progresso local (CORREIO DE MACEIÓ, 24/08/1969).

A dada notícia distinguiu o retido progresso e desenvolvimento do Município Modelo dos considerados costumes primitivos e folclóricos dos chucurus. Fazendo-nos, em analogia ao relato de Barros (2018) e a posição do jornal da capital – *Correio de Maceió* –, pensar alguns indícios sobre a vivência mantida entre a “ferver cultural” que o progresso trouxe para a cidade modelo e os costumes, tradições e representação das comunidades indígenas de Palmeira dos Índios em dado período.

Um progresso relatado em nota jornalística pelo *Correio do Sertão* que expôs:

Ninguém pode obscurecer, a bem da justiça, o surto de progresso que vem dominando a nossa cidade nestes últimos anos. Os empreendimentos de ordem social, educacional e religiosa, em plena florescência e nosso meio. Apontam-nos um caminho de jus que se descortina aos nossos olhos com uma grandeza. Município Modelo das Alagoas, é esta apenas uma, entre muitas, das prerrogativas que nos unem nesta ânsia de colocar a nossa comunidade na posição a que faz jus (CORREIO DO SERTÃO, 29/10/1967).

Segundo Barros (2018), a cidade “tinha em circulação cerca de 33 jornais”, atualmente apenas um é mantido em circulação, *Tribuna do Sertão*. A versão de Edmilson Sá, a partir da fonte jornalística, nos permite indagar a respeito de um silêncio dado aos acontecimentos que cercavam o governo militar na cidade. O mesmo traz fragmentos jornalísticos cruciais para o entendimento da difusão de um discurso de Palmeira dos Índios como um “modelo” em que se observa a forte presença da igreja católica. E, a propagação do discurso progressista oriundo dos meios de comunicação impresso, os jornais.

Está sob a condição de cidade modelo do estado fora interpretado como uma forma simbólica de promover a municipalidade pelas muitas prerrogativas. Cujo progresso estava presente no espaço substanciado com a expansão urbana, o crescimento populacional e serviços/equipamentos possibilitados pela tecnologia. Essa prerrogativa encontrou espaço em uma espécie de pioneirismo dado aos serviços referidos anteriormente. Nessa perspectiva, ao caracterizar a posição dos jornais Edmilson Sá (2018) expõe,

Ser cidade *Modelo* não era entendido como acaso do destino, mas funcionou como uma necessidade, pois na cidade do amor, dos poetas, atores e grandes escritores (como ainda é lembrada, basta darmos uma olhada em alguns prédios públicos – Veja-se o Aero Clube e Biblioteca Municipal –, nas ações administrativas atuais e anteriores, sempre revivendo seu passado), não

merecessem nada menos que este título de *Modelo* ou *Moderno* (SÁ, 2008, p. 26).

Como suscitado, pelo professor Edmilson Sá (2008), eram frequentes as notas nos jornais palmeirenses com a frase “visite Palmeira dos Índios – Município Modêlo de Alagoas”. É acrescentado pelo mesmo que o status de modelo empregado ao município dava-se pela agricultura, no entanto, a elite palmeirense, jornalistas, colunistas, editores e cronistas persistiram em rotular e perpetuar de: Cidade Modelo (SÁ, 2008, p. 25).

Pelo poder político foi desenhada uma imagem modelo de Palmeira dos Índios no sertão, advindos de um progresso, a mesma difundida nas páginas dos jornais palmeirenses. Principalmente, a face consumista do progresso, o “ferver cultural” que foi lembrada por Barros (2018).



(Imagem retirada do grupo, - rede social, facebook-, “Palmeira das Antigas”. Acessado em 28/04/2018).⁹

No entanto, uma decadência retida neste progresso é referida em mais de uma ocasião, nas falas dos depoentes, porém, ultrapassa os limites que propusermos inicialmente, o que fica margem para outro eventual estudo por indício e perspectiva dos relatos orais. Notável é o

⁹ A imagem, que aparenta ser um recorte de jornal, faz alusão ao governo de José Duarte Marques (“Jota” como o prefeito era conhecido popularmente), as obras urbanas, com o calçamento de ruas. Tem por descrição “como prefeito, Jota colocou calçamentos em numerosas ruas”.

resguardo dos anos 60 como o período progressista da cidade modelo; um resguardo que se faz presente na memória daqueles que vivenciaram e consumiram tal período.

Por findar, existe uma consonância perceptível entre a versão da cidade modelo exposta nas páginas dos jornais palmeirenses e os relatos orais aqui apreendidos. Uma espécie de mentalidade se faz presente em ambas as versões. A que o título de cidade modelo designado pelo INDA foi algo simbólico uma vez que, Palmeira dos Índios estava em uma condição a que se fazia jus, de modelo. Uma posição alcançada, se assim tomamos as nossas fontes, por meio de uma construção do espaço, ou melhor, pela reordenação desse espaço. Os símbolos do progresso permitiram que uma leitura da cidade fosse feita em tal período. Dada a ler pela população de forma visual, pela percepção e associação de um projeto de cidade, em construção, em que os motores eram o desenvolvimento e o progresso.

5 Considerações finais

Intencionamos como pressuposto inicial estudar o que fez de Palmeira dos Índios uma cidade modelo. Como se deu e quais estímulos orientaram a imagem modelo de uma localidade que outrora limitava-se ao pequeno comércio de animais, ao zelo destes em praça pública; de população migrada. Notadamente de vivências contrastadas em que relações de poder e a ausência de políticas públicas ditaram o ritmo e a qualidade de vida de parcelas da população palmeirense.

A mesma cidade que em meados do século XX passa a ser cultivada pelas memórias de seus moradores, estigmatizada e perpetuada pelos meios de comunicação impresso como um modelo. O título que originou o status a cidade, ligado ao setor agrícola, foi defendido e exposto pelos segmentos mencionados, acima, como uma condição que se fazia jus, dado não apenas ao setor econômico, mas também, as transformações, as práticas e costumes.

O contexto de mudanças políticas e socioeconômicas deflagradas em âmbito nacional em meados do século XX, com a industrialização, propiciou novos estímulos, consumo e gestos. Neste caso em específico, precipuamente, no incremento e estrutura urbana.

A cidade modelo do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) previa a estruturação de um município progressista e urbano. As atividades governamentais do INDA foram interrompidas. Mas, não a ideia que o sustentava.

Entre os documentos institucionais, datados da década de 60, encontramos uma série de leis e projetos que estabelecia a renomeação de artérias públicas, outras tantas, visando o desapropriar de terrenos, todos na área central da cidade. Período de abertura de ruas e avenidas planejadas. Prédios, loteamentos e novos bairros surgiram. Mensagens governamentais que estimulava a adoção de materiais de linha industrial para a construção de moradias populares. A promulgação de leis com isenções de taxas destinado a empresas e a novos estabelecimentos comerciais edificaram o que foi tido por progresso e desenvolvimento.

Novos serviços e produtos foram incorporados ao cotidiano. O serviço de telefonia, de televisão, os serviços bancários e estradas de rodagem/asfaltada; o sistema ferroviário,

passaram a compor o tecido urbanístico. Os principais serviços apontados foram: O fornecimento de energia elétrica e de água. Para isso, houve o estabelecimento de empresas como a CEAL e o DNOCS.

Modificações que propiciaram o aumento populacional, a expansão urbana, novos serviços/comércios e indústria na localidade.

Transformações que apareceram em notas jornalísticas como o momento progressista da cidade modelo. Pelos jornais Gazeta de Alagoas, Correio do Sertão e Tribuna do Sertão foram difundidos os atributos que faziam de Palmeira dos Índios um “modelo” no interior de Alagoas.

Um modelo com uma série de deficiências. Com problemas no fornecimento de água e energia elétrica, marcos da expansão urbana. Um progresso que deixou as margens alguns segmentos sociais: as meretrizes e moradores de ruas. As meretrizes condicionadas por uma ordem moralista vigente, o catolicismo, e os moradores de ruas, pobres e analfabetos que, por indícios, seriam oriundos de vilas e povoados da zona rural do município.

Em contrapartida, ao mesmo tempo que se tinha uma população migrada da zona rural era constatado o desenvolvimento econômico advindo dos povoados. Contudo, poucas eram as obras com projetos de leis com obras direcionadas para outras localidades do município, a não ser, a área central. O progresso não foi pensado e vivenciado por todos os moradores da cidade modelo. É importante ressaltar que, os documentos de desapropriações, tem por registro o desapropriar de sujeitos situados no centro urbano, desprovidos economicamente, para o estabelecimento de empresas de linha industrial. Produtos e serviços de ordem limitada e restrita a uma pequena parcela.

No entanto, uma elite política e econômica buscou perpetuar Palmeira dos Índios como um referencial de cidade para o Estado de Alagoas. Por suas festividades em clubes e associações privadas; festivais com o intuito de promover produtos agropecuários modernos. Sobretudo, pela “ferver cultural” comportada na acolhedora e pacata cidade interiorana de Alagoas, como assim foi registrada pelos jornais da Cidade Modelo.

6 Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Estudos avançados – V. 11, 1997.

BARROS, Ivan. **Abrindo a janela do tempo**. Alagoas: Graciliano Ramos, 2006.

_____. **As sementes de padre Macedo**. Palmeira dos Índios, - AL: Ed. Bagaço, 2011.

_____. **Crônicas do meio-dia**. Ed. Bagaço, Recife, 2012.

_____. **Graciliano era assim**. Recife: Sergasa, 2014.

BARROS, Osimar da Silva. **A “CIDADE MODELO”: Reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987)**. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2014.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura, 5, 1995.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização Urbana na Belle Époque Paulista** – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a Saga da Sudene – 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MEDEIROS, Leonilde S. de Medeiros. ARAÚJO, Brás José de. **Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)**. FGV/CPDOC, 2009.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. IN: **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Org. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. Moraes. Caminhos. IN: **“Canções da Cidade Amanhecendo”: Urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920/1960**. Tese de doutorado do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Brasília, 2011.

_____. **Entre Currais e Modelos: Eurico Alves leitor de Feira de Santana, 1940 – 1960**. Légua e Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural, v. 7, nº 5, 2009.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e Imagens em Confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá** – Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias**. Revista Brasileira de História, v. 27, 2007.

_____. **Entre Práticas e Representações: A cidade do possível e a cidade do desejo**. In: Ribeiro, L. C. Q.; Pechman, R. (Org.). Cidade, Povo e Nação. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SÁ, Edmilson Silva de. **Entre o efêmero e as marcas da vida: Um olhar sobre o cotidiano de Palmeira dos Índios anos de 1960**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). UNEAL/Campus III – Palmeira dos Índios, 2008.

SANTOS, Ângela Maria dos. **Graciliano Ramos e o pensamento higienista no final da primeira república**. Anais do Encontro Nacional de História da UFAL, Nº 9, Set/2017.

SILVA, Maria Viviane de Melo. **O Cine Palácio e as recordações advindas: Marcas da memória em Palmeira dos Índios na década de 1960**. Boletim Historiar, n. 10, jul. /ago. 2015.

SILVA, Tarcyelma M. de L. **A trajetória do pistoleiro Zé Crispim e o imaginário sertanejo em Alagoas – anos de 1960**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas – Maceió, 2015.

SOARES, Brunemberg da Silva. José. PEIXOTO, Adelson Lopes. **Tem índio nessa terra? Considerações sobre o silenciamento e a emergência étnica dos Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios**. Anais III Encontro Nacional de História do Sertão (ENHS), - UFAL/Sertão, 2016.

SOUZA, Josefa Adriana C. Ferro de. VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Bases da formação letrada de Palmeira dos Índios: de 1770 a 1993**. Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, ética e responsabilidade social, - V EPEAL, 2010.

SOUZA, Josefa A. C. Ferro de. FERREIRA, Maria Luiza Maciel. **A Educação secundária pública em Palmeira dos Índios/AL: Análise de um percurso**. - VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. - Sergipe, 2012.

SILVA, Maria Viviane de Melo. Participação dos colégios na educação cinematográfica. IN: **No Ecurinho do Cinema, uma luz de moral Cristã em Palmeira dos Índios – AL (1950-1970)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe/UFS – São Cristóvão, 2018.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão** – Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Metamorfoses das oligarquias** – Curitiba: HD Livros, 1997.

VIDAL, Francisco Baqueiro. **Quo Vadis Nordeste? Vicissitudes da Questão Regional no Contexto do Capitalismo Contemporâneo**. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010.

Entrevistas

BARROS, Ivan Bezerra de. [76 anos] [março 2018]. Entrevistadora: Lourença Joyce M. Barbosa. Palmeira dos Índios, AL, 27 de março de 2018.

MIRANDA, Etiene. Entrevista concedida a Lourença Joyce M. Barbosa, 23 de março de 2018.

VITÓRIO, Ricardo. [69 anos]. [abril 2018]. Entrevistadora: Lourença Joyce M. Barbosa. Palmeira dos Índios, AL, 10 de abril de 2018.

ANEXOS

Entrevista Transcrita – Ivan Barros. Palmeira dos Índios, AL, 27 de março de 2018

Entrevistado/ Ivan Barros: Nos anos 60, na década de 60 foi uma década de muito progresso, desenvolvimento social e cultural no Brasil, em Alagoas e especialmente em Palmeira dos Índios, em que pese ter sido o ano em que foi instalada a ditadura militar, que torturou, se viciou, prendeu, segregou, desapareceu e matou centenas de brasileiros, inclusive exilando os políticos para o exterior. Em que pese em esse quadro negro da História do Brasil que atingiu em cheio até Palmeira dos Índios, foi uma década de progresso e desenvolvimento. Palmeira dos Índios adquiriu o título de Município Modelo por uma iniciativa do governo federal em incentivar em vários Estados brasileiros aqueles municípios que apresentavam o índice de Desenvolvimento Humano, o índice de Desenvolvimento social, o índice de desenvolvimento econômico e cultural, Palmeira dos Índios então recebeu essa láurea de município modelo porque era uma época que a cidade e o município cresciam assustadoramente.

Nós tínhamos aqui no comércio mais de 300 estabelecimentos comerciais. Tínhamos uma fábrica de doce. Tínhamos duas fábricas de sabão, tínhamos duas indústrias de beneficiar algodão, nós tínhamos uma indústria de aguardente e álcool nos tínhamos uma indústria de vinagre, nos tínhamos, além de disso, uma grande renda na economia rural. Desenvolvendo-se a pecuária bovina, ovina e caprino e na agricultura, no plantio de milho, feijão, algodão, mandioca, banana... e na fruticultura caju, pinha. De modo que a cidade de Palmeira do Índios transformou-se em uma cidade modelo e progressista.

Explorávamos também o sal-gema na... lagoa do canto, perto de Canafistula e muitos palmeirenses tinham a esperança que naquele local da sal-gema tivesse petróleo mas infelizmente fizeram escavações, a Petróbras veio fazer escavações mas não descobriu, descobriu o teor grande, muito grande da sal-gema. De modo que até os palmeirenses naquela época no carnaval improvisaram uma modinha é... “mamãe passou sal em mim” numa homenagem a sal-gema.

Palmeira dos Índios tinha a industrialização do calcário em Coruripe e lagoa do Caldeirão, Fazendo pedras de mármore, decorações de mármore, de modo que vendia bem para todo o Estado de Alagoas. A cidade em si, no aspecto urbano, modifica-se com

calçamento urbano é... com praças novas modernizados, a extensão da cidade com a criação de novos bairros que existiam, como o Jardim Brasil... é São Francisco... a Vila Maria é... e Xucurus, e Tenório Cavalcante, o lote... bairro Tenório Cavalcante. E foi crescendo de uma maneira que trouxe esse título de município modelo para Palmeira dos Índios. Nós tínhamos quatro colégios que é equivalentes a uma faculdade de Direito. Nós tínhamos o Pio XII, O Cristo Redentor, O sagrada Família e o Colégio Estadual. Nós tínhamos excelentes grupos escolares. Nós tínhamos um Hospital que ainda hoje atende a população não somente a de Palmeira dos Índios mais a todo agreste.

Assim Palmeira dos Índios foi crescendo, aumentando a sua renda financeira, os seus tributos, de modo que coroou tudo quando veio a criação da Diocese de Palmeira dos Índios, um sonho antigo de padre Macedo. Que chegou aqui era uma simples paróquia ligada a Anadia. E o padre macedo catequizando... índios, brancos, turistas... e visitantes que vinham e escolhiam morar em Palmeira dos Índios. De modo que expandiu a diocese, as paróquias e hoje é uma diocese que abrange 25 municípios no sertão e agreste de Alagoas (Batidas na mesa). E, temos a catedral mais alta do Estado de Alagoas, não é a catedral como a de Milão, não é uma catedral moderna como a de Brasília, ou, a do Rio de Janeiro. Mas, é uma catedral muito bonita no seu interior, com esculturas de uma arquiteta de Pão de Açúcar, modernizando. Ela tem o seu esplendor porque lá da distância nós avistamos a matriz imponente de nossa senhora do Amparo, amparando aqueles os que aqui residem.

Palmeira dos Índios também partiu para o turismo ecológico, foi criado o cristo do goití e ali serviu de romaria até na semana santa. As aldeias indígenas, fazenda Canto, a aldeia do Capela, Boa vista, da Cafurna e a do Boqueirão, passaram a ser visitadas... a ser visitadas pelos indígenas, que apresentavam uma dança que até então era só exclusiva dos indígenas, e passaram a dançar o toré. E dançando o toré começamos a conhecer mais a história dos índios, costumes, as tradições, que eles vendiam também artesanato. E assim aos poucos, Palmeira dos Índios... Palmeira dos Índios foi se transformando a capital do sertão, foi desenvolvendo a cultura.

Nós ganhamos várias igrejas em estilo colonial, na zona rural e na cidade. Depois ganhamos o museu Graciliano Ramos e a biblioteca Graciliano Ramos que infelizmente hoje está abandonada. Mas, Palmeira dos Índios tem em si essa ferve cultural. Tanto assim que é a cidade que mais produziu jornais no nordeste brasileiro. Tanto assim que Palmeira dos Índios tem o maior número de escritores do nordeste brasileiro. Nem uma cidade deu tantos

escritores como deu Palmeira dos Índios. Parece que são essas serras verdejantes que circundam a cidade, a beleza natural de Palmeira dos Índios que inspira os nossos escritores a escrever suas obras.

Palmeira dos Índios teve um jornal em 1922, *O Índio*, de fama nacional, que nesse jornal começou a escrever os seus primeiros artigos, o grande escritor Graciliano Ramos, que foi prefeito dessa cidade, e o prefeito que virou Best-Seller pela sua capacidade honesta de aplicar os recursos públicos, e de surgir daquele gabinete da prefeitura um grande escritor quando publicou os seus relatórios. É assim é Palmeira dos Índios. É assim que eu vejo Palmeira dos Índios, que é tão cantada no hino de Luiz Torres “Seja sempre idolatrada a princesa do sertão, tu Palmeira abençoada, mora no meu coração, mesmo longe do teu seio permaneces na lembrança como um bem a maltratar inundando de saudade com desejo de voltar”. Eis aqui em rápidas palavras uma síntese do que eu penso e como aprendi a descrever Palmeira dos Índios que ainda hoje, em que pese certos atrasos econômicos, é, ainda é a capital do sertão, a princesa do sertão.

Entrevistadora/Joyce Menezes: E, outra coisa que gostaria que o senhor falasse um pouquinho, era a respeito dos serviços básicos que estava... já que o senhor falou de um grande progresso, de vários estabelecimentos que a cidade tinha, mas, quais os serviços que a população detinha naquela época?

Entrevistado/ Ivan Barros: Naquela época Palmeira dos Índios sofreu muito com a falta d'água e de energia. Nós tínhamos uma empresa de energia particular pertencente aos Motas e ao Garcia, Manoel Garcia. A energia era servida por essa empresa particular e a potência dessa energia dos transmissores de energia de Palmeira dos Índios, era até dez horas, dez horas da noite as luzes se apagavam e Palmeira ficava as escuras. De modo que não tinha condições de trazer no início, dos primórdios dos anos 60, as indústrias que trouxe depois, depois de 60, de 65/ 66/ 67 por diante.

É... a água, nós, nós tínhamos também dificuldades no abastecimento de água, até que construíram a barragem da carangueja, e de lá, trouxe o potencial enorme de água, mudou-se o sistema de abastecimento da cidade, com novos encanamentos, pela cidade, e pela... nas residências, oferecendo uma água boa e tratada e Palmeira resolveu o problema da água.

Palmeira dos Índios não tinha o sistema telefônico porque só existia o correio e o telégrafo, aquele exemplo antigo de se mandar mensagem telegrama, ou de se falar com outras cidades pelo telégrafo. Luiz Torres conseguiu para Palmeira dos Índios a companhia

telefônica de Palmeira dos Índios. E, foi a primeira cidade do interior de Alagoas que teve telefone na cidade (batidas na mesa).

Palmeira dos Índios ganhou uma repartição que fez obra em todo o sertão e agreste de Alagoas, o DNOCS, construindo açudes, cisternas é... oferecendo condições da CASAL se estender... água e ... a CEAL energia para os bairros que estavam sendo criados em Palmeira dos Índios. Esses foram os serviços básicos que a população auferia na cidade e através das empresas, dos órgãos governamentais.

Entrevistadora/Joyce Menezes: Todos os bairros foram beneficiados com os serviços?

Entrevistado/ Ivan Barros: Primeiro começo pelo centro, pelo centro, depois de concluído o centro da cidade, as obras foram se estendendo para os bairros, os mais populosos, os mais próximos, aí foi calçando as ruas, estendendo o benefício da água, e da luz já existia. Então, foram primeiro... aí depois foram os bairros, foram crescendo muito.

Palmeira hoje tem muitos bairros... novos, o Jardim Brasil foi criado em 1964, O São Francisco foi criado nessa época, o bairro Xucurus não existia, era apenas um açude Xucuru e sítios, a Avenida Vieira de Brito só existia eucaliptos e mangueiras, não tinha aquelas avenidas que nós temos hoje que segue para Arapiraca, eram uns sítios que existiam por ali. A Vila Maria, a Vila Nova... onde temos uma faculdade está asfaltada com uns prédios bonitos, eu até fiquei entusiasmado quando fui lá visitar, fizeram uns prédios novos lá. Era uma fazenda, chamava-se fazenda Maria e pertencia ao fazendeiro João Bezerra da Costa, e Veja só, se transformou num dos melhores bairros de Palmeira dos Índios.

Entrevistadora/Joyce Menezes: O progresso da cidade atraiu muitas pessoas de Fora?

Entrevistado/ Ivan Barros: Sim! Sem dúvida! Com a cidade movimentando vieram muitas pessoas estudar em Palmeira dos Índios e morar em Palmeira dos Índios. Pessoas de Cacimbinhas, Minador do Negrão, de Estrela de Alagoas, de Igaci, de Belém. Vale acrescentar que Belém, Igaci, Minador do Negrão, Estrela, Cacimbinhas pertenciam ao município de Palmeira dos Índios, depois é que essas cidades foram criadas e desmembradas do território de Palmeira.

Entrevistadora/Joyce Menezes: E como funcionava a noite? Existia muita Baderna na cidade, criminalidade?

Entrevistado/ Ivan Barros: Não, não existia! Era dez horas da noite as pessoas tinha que usar aquela Petromac em casa e, é a cidade morria depois daquela hora. O cinema, não tinha o cinema. Nós tínhamos quatro cinemas, era tudo pra chegar antes... a energia. A cidade ficava

as escuras. Eu me lembro que eu gostava, era jovem, gostava de fazer uma boemia. Nós íamos para os bares e tudo. Quando chegava dez horas, ia faltar energia, os bares tinha já geladeira guardando... guardando as bebidas e comidas dentro das geladeiras de... conservadas com gelo. E agente ficava dez, onze horas, e voltava pra casa com um medo danado (risos)... da escuridão! Da gente encontrar algum ladrão, alguma coisa, mas a cidade era pacata, não havia violência. A violência que houve em Palmeira dos Índios foi na época do governo Muniz Falcão. Quando houve aquele impeachment e morreu... mataram Humberto Mendes e a família Mendes resolveu vinga-se e começou os crimes políticos da época. Mas, só durou quatro anos essa violência quando mudou de governo veio a intervenção federal aí mudou...

Entrevistadora/Joyce Menezes: O senhor acha que os festivais promovidos na cidade veio como uma resposta ao histórico marcado pela violência política?

Entrevistado/ Ivan Barros: Era uma promoção com conotação turística e também era para promover os produtos da terra. O festival da pinha realizado em Canafístula eram um, um espetáculo, porque além de vender pinhas em grande quantidade, havia também... barracas, bares, músicas e o povo ia, além de comprar pinha, ia se divertir. Houve também o festival do caju no Gavião, houve também o festival do amendoim em Coruripe e Lagoa do Caldeirão. Houve também a, a feira do Bacurau, que era em frente a antiga estação rodoviária que a noite vendia todas as frutas, inclusive rapaduras, porque Palmeira dos Índios tinha muitos engenhos de, de... cana na zona rural (batidas na mesa) e tinha 50 casas de farinha, vê como o município era progressista... na zona rural e na cidade.

Entrevistadora/Joyce Menezes: Houve muitas mudanças na paisagem urbana da cidade? O que não deveria ter sido modificado?

Entrevistado/ Ivan Barros: Eu sou... dizem que eu sou do passado, que eu sou como retrovisor de carro, eu só vejo o passado, mas, não existe presente e nem futuro sem o passado. Um povo sem passado, é um povo que não tem memória. Eu cultivo a memória de Palmeira dos Índios, tanto nas minhas lembranças, nas minhas manifestações, nos meus discursos, nos meus livros, porque o passado ficou marcado em Palmeira dos Índios.

Nós tínhamos a praça das casuarinas, onde se realiza a festa da primavera, onde a mocidade se encontrava, onde havia campeonatos, era uma atração. O natal na festa da casuarina era primoroso, como era belo as casuarinas e era o cartão postal da cidade! (Se emociona ao falar da praça). As casuarinas foram cortadas por causa das suspeitas de coitos que aconteciam na surdina da noite, depois que a cidade ficava as escuras.

Nós tínhamos também a praça da cathedral, que hoje é a praça Monsenhor Macedo, onde tem um busto de Monsenhor Macedo. Nós tínhamos o carnaval na praça da Independência. A praça da Independência não tinha aquele calçadão, era um quadro, onde se chamava praça do quadro, antigamente. E, o carnaval se realizava no coreto, a orquestra dançando, o povo pulando ali em baixo do coreto e os carros rodeando o comércio, fazendo a maratona, a micareta. O carnaval era muito famoso em Palmeira dos Índios e vinha muita gente para o carnaval de Palmeira dos Índios porque tinha a micareta, sete dias antes do carnaval, tinha os quatro dias do carnaval e depois do carnaval o carnaval da ressaca, como era duradouro.

Nós tínhamos quatro clubes, tínhamos o Montepio dos Artistas, o clube do CSE - APA, o Aero-clube e a AABB, onde se dançava o carnaval, a elite, porque o povão ficava na praça da independência até uma hora da manhã.

Entrevistadora/Joyce Menezes: E em relação ao título de Município Modelo, a cidade recebeu algum investimento a partir desse título?

Entrevistado/ Ivan Barros: Era uma maneira de agradecer os municípios e ejetar recursos. Como cidade modelo Palmeira começou a receber verbas para melhorar o serviço de abastecimento d'água. Palmeira começou a receber uma energia mais potente através da CEAL. Palmeira ganhou a companhia telefônica é... e verbas foram chegando, que o prefeito foi construindo escolas na zona rural, eletrificado a zona rural porque não havia energia nos povoados... nos povoados, nas vilas. E desse modo, Palmeira dos Índios muito ganhou. Inclusive Verbas até para o Museu Graciliano Ramos para a desapropriação do imóvel e tombá-lo no patrimônio histórico.

Entrevistadora/Joyce Menezes: Isso foi no governo Jota Duarte?

Entrevistado/ Ivan Barros: Foi, foi seguido!? De Jota e outros também.

Entrevistadora/Joyce Menezes: E o governo Jota Duarte? O que marcou a passagem desse governo na cidade?

Entrevistado/ Ivan Barros: É que Palmeira dos Índios recebeu a láurea de município modelo e a economia andava bem, embora a política sob o tutelo da ditadura militar. Mas, não influía no progresso econômico e social, e cultural de Palmeira dos Índios.

Entrevistadora/Joyce Menezes: Existiam lugares restritos ou não tão bem-visto na sociedade Palmeirense?

Não! Os bares do centro da cidade, não, pelo contrário, eram muito frequentados. Olhe, Palmeira dos Índios à noite, nas noites de lua cheia, era uma cidade musical. Havia serenatas

nas casuarinas, serenatas nas ruas das flores, serenata na praça da catedral, serenata por todo canto você encontra. Eu mesmo fiz parte dessas serenatas, eu fiz muitas serenatas e a gente se encontrava os seresteiros com os violões, se encontravam todos duas horas na praça da independência. A gente se encontrava todos aí fazia aquela festa e a gente saía.

O local restringido pela sociedade e pela sociedade tradicional, pelos nossos pais, era a rua Pernambuco Novo, onde tinha as boates, os cabarés. E quando terminava, eu mesmo fui muito, fui quase toda a noite, quando terminava a sessão do cinema a gente, se tinha namorada deixava a namorada em casa, aí se reunia com os amigos e íamos para os cabarés da rua Pernambuco Novo. Onde as meretrizes andavam bem-vestidas, bem-vestidas... bem elegantes, era diferente, e havia shows cantando. Jacinto Silva cantou muito lá... lá dentro. É... aquele cantor... aquele cantor brega, Valdir Soreano... aquele “garçom...” que canta aquela música, veio pra cá cantar muitas vezes nas boates, nos cabarés de Palmeira dos Índios, porque era famoso.

Vinha boêmios, políticos de arapiraca, de outras cidades para os cabarés de Palmeira. Esse era o lugar censurável. Meu pai dizia, ficava danado da vida (risos), “cadê Ivan? Ivan tá lá em cima – Eita Ivan danado” –, Ai eu chegava duas, três, quatro hora da manhã com os amigos Welliton Teixeira, Vavá, Mauri, os amigos da época, da minha geração, que não estão mais vivos, infelizmente.

Entrevistadora/Joyce Menezes: Um relato importante. E como a sociedade via essas meretrizes, como se dava essa vivência?

Entrevistado/ Ivan Barros: A cidade não aceitava. Por exemplo, a cidade ... é, tinha o carnaval, no carnaval vinha o bloco, o bloco das madames, óia, esse nome “madame” irritava as, as... as verdadeiras madames da sociedade (risos). E, a frente dela, vinha Maria Topada. Maria topada teve um nome fabuloso aqui. Maria topada defendia (batidas na mesa), os jovens de Palmeira que ia para as boates. E quando a gente estava na mesa bebendo com uma meretriz e, essa meretriz estava doente, com doenças venéreas e tudo, ela chegava e dizia “ei, saia daí, você não pode ficar com meu menino” (batidas e apontamentos). Ficava defendendo a gente e a gente adorava Maria Topada.

E, Maria Topada só fazia isso, não era prostituta, não era nada. Era uma velha que defendia os jovens que iam lá pra boate. E, ela com aquele dinheiro que a gente dava, dez cruzeiros, cinco cruzeiro e tudo, ela formou a filha em São Paulo em medicina. Foi um exemplo Maria Topada. Eu quando fui vereador, quando ela morreu, fui vereador eu queria

botar o nome da... eu botei o nome de Chico Nunes, a rua Pernambuco Novo, que era Pernambuco Novo o nome (batidas a mesa), botei de Chico Nunes em homenagem ao grande poeta repentista Chico Nunes que morava ali e era boêmio, e eu botei Chico Nunes.

Mas, eu queria botar o nome de Maria Topada (apontamentos e gestos com as mãos). Aí, houve um protesto danado de, das damas de Palmeira dos Índios, de gente de Palmeira dos Índios, “Ivan tá doido, quer homenagear Maria Topada”, só uma Juíza a desembargadora Elizabeth do Nascimento ficou ao meu lado, era irmã de Manoel Simplício, um grande empresário da época, ficou ao meu lado defendendo essa homenagem a Maria Topada, pelo exemplo que era ela, não pela vida que ela levou miserável, pobre, pedindo dinheiro no... pelos cabarés para formar a filha em medicina! (da ênfase a falar).

Entrevistadora/Joyce Menezes: Havia outras pessoas iguais a Maria topa... é isso?

Entrevistado/ Ivan Barros: Não, não. Havia as meretrizes, mas sem grande expressão, apenas fazia o sexo por dinheiro.

Entrevistadora/Joyce Menezes: Mas, no caso, no centro da cidade havia muitos moradores de rua?

Entrevistado/ Ivan Barros: Havia!

Entrevistadora/Joyce Menezes: Muitos moradores de ruas?

Entrevistado/ Ivan Barros: Sim, muito, muito. Rua da Mangueira, rua das flores, rua Pedro Barbosa, rua Zé Pinto de Barros, a rua Graciliano Ramos, bairro do Xucurus. Havia muita, muita, muita uma população aglomerada. Nós tínhamos duas feiras, sexta, sábado, quarta... é três feiras, e sexta na São Cristovão – (**Entrevistadora/Joyce Menezes:** que ainda existe na verdade) – que ainda existe!

Entrevistadora/Joyce Menezes: Mas, no caso essas pessoas que viam de fora, não conseguiam trabalho ou não se encaixavam no mercado de trabalho?

Entrevistado/ Ivan Barros: Das Feiras?

Entrevistadora/Joyce Menezes: Não, as pessoas que viviam nas ruas de Palmeira dos Índios. Eles não queriam trabalhar ou p...

Entrevistado/ Ivan Barros: Não, é que, é que... é... Eu tô entendendo, você quer saber sobre os mendigos, sobre essas pes...

Entrevistadora/Joyce Menezes: Isso, esses mendigos não se encaixavam no mercado de trabalho ou por que não existia trabalho?

Entrevistado/ Ivan Barros: Eles vinham de fora, geralmente da zona rural. É... pobres,

analfabetos, sem lá, sem casa e andavam aos magotes pelas ruas pedindo esmolas. Foi uma prática que desapareceu com o tempo porque foram mudando as gerações, conseguindo emprego, educação, aí, isso desapareceu.

Entrevista Transcrita – Ricardo Vítório. Palmeira dos Índios, AL, 10 de abril de 2018.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: O que o senhor poderia nos falar a respeito dos anos 60? Do título de cidade modelo que Palmeira recebeu?

Entrevistado/ Ricardo Vítório: Veja bem, na década de 60, Palmeira tinha agências bancárias e Palmeira dos Índios era a segunda cidade mais importante do Estado de Alagoas, né?! Palmeira dos Índios é... além de cultura, tinha bons colégios. Palmeira dos Índios era a única cidade ligada à capital por asfalto. Palmeira era a única cidade do interior do Estado ligada por asfalto à capital Maceió. Esse asfalto que liga Maceió à Palmeira foi feito na década de 50, 54.. se não me engano, foi inaugurado em 54, pelo então governador Arnon de Mello. E aí, Palmeira cresceu em função disso e cresceu com a chegada do trem, aqui em Palmeira dos Índios, na década de 40... 30/40 quando o trem chegou.

O trem desenvolveu Palmeira, né. O desenvolvimento andava pelos trilhos. E, Palmeira cresceu com a chegada do trem e assim foi sucessivamente. E, depois de Palmeira veio Igaci, depois Arapiraca e as cidades foram crescendo. Mas, na década de 60... até o final da década de 60, até o final de 70, mais ou menos, Palmeira dos Índios era uma cidade grande. Era a maior cidade do interior do Estado. Era considerada a cidade mais importante porque tinham agências bancárias. Na década de 50 e 60 Arapiraca não tinha agências bancárias, já era uma cidade grande mas não tinha a importância que tinha Palmeira. Nem importância política porque Palmeira dos Índios tinha na época tinha 5 deputados estaduais, Palmeira dos Índios tinha vice-governador.

Em 1970 seu Juca Sampaio foi vice-governador, né. Geraldo Sampaio era deputado, em fim, então, Palmeira dos Índios tinha uma influência econômica porque aqui na região se plantava muito algodão. Palmeira tinha três usinas de algodão. A cidade de Palmeira dos Índios, tinha três usinas de algodão. E o algodão, que era considerado... tem uma música do Luiz Gonzaga que fala em ouro branco, né?! Se você pesquisar você vai ver que tem uma música de Luiz Gonzaga que considera o algodão como o ouro branco, num é.

E, Palmeira dos Índios tinha uma agricultura muito forte, na década de 50, 60 e 70. Teve a chegada do trem, depois teve a chegada da estrada asfaltada. Foi a primeira cidade grande a receber asfalto, né. Palmeira dos Índios tinha três cinemas. Três cinemas: Cine Palácio, cine Moderno e São Luiz, entendeu? É, o cine Palácio era um dos melhores cinemas do Estado de Alagoas. E hoje não tem nenhum...

Palmeira dos Índios tinha três usinas de algodão. Palmeira dos Índios era menor em termos de população, mas, Palmeira dos Índios era maior... abrangia não só, na década de 40/50, abrangia Igaci, que pertencia a Palmeira dos Índios, Estrela pertencia a Palmeira dos Índios até recentemente, Minador do Negão e Cacimbinhas.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Por isso que a cidade era conhecida como Princesa do Sertão?

Entrevistado/ Ricardo Vitória: Princesa do Sertão! E, era uma cidade bonita, era pequena, mas era arrumada. Tinha bons colégios, aqui tinha um colégio, Pio XII, que só frequentavam, era dos padres, que só frequentavam estudantes masculinos, era só homens. O Cristo Redentor era só mulheres, e tinha o Sagrada Família e tinha o colégio Sete de Setembro, que era de dona Rosinha Pimentel, e tinha o colégio Estadual que foi fundado na década de 60. Foi inaugurado na época de Major Luiz Cavalcante, de Muniz Falcão. Inauguraram...(Entrevistadora/ Joyce Menezes: Família de Robson Mendes?).

Entrevistado/ Ricardo Vitória: É, era cunhado de Robson Mendes, ele era casado com a irmã de Robson Mendes, o governador do Estado. É, veio pra cá. Humberto Mendes era pai de Robson que era presidente da assembleia que morreu no tiroteio, em 1957 na assembleia, em fim. Então, Palmeira era uma cidade grande. Era uma cidade que produzia muito. Aqui tinha uma agricultura muito forte, aqui produzia muito milho, aqui produzia muito feijão, aqui produzia muito algodão na região toda.

E, aqui tinha três usinas de algodão. Que no período de setembro, dezembro até janeiro a cidade ficava branca de tanto algodão que entrava na cidade, os caminhões trazendo algodão pra qui, pra disporar o algodão para transformar o algodão em caroço, transformar em óleo e transformar em pluma. E que era vendida pro sul do país, que era levada pro sul do país. Então, veio a praga do bicudo e o algodão diminuiu e as usinas fecharam. Fecharam uma depois da outra. Uma funcionava aqui na praça da sambra, onde vai ser construído esse fórum, novo, aqui funcionava usina de algodão. Ali, perto do açude funcionava outra usina de algodão, e lá na saída da rua da lagoa, se chamava assim, indo pra Arapiraca, tinha outra usina de algodão, era três usinas de algodão que davam muito emprego.

A agricultura gera emprego. Aí, Palmeira dos Índios foi mudando a característica dela. De uma cidade agricultura para uma cidade pecuária. E a pecuária desemprega. Você tem mil tarefas de terra, você tem 300 bois, você tem um vaqueiro, no máximo dois para tomar conta

de mil pedaço de terra. Mil tarefa de terra na agricultura tem 200 pessoas trabalhando. Veja a diferença, enquanto tem na agricultura mil tarefa de terra, tem 200 pessoas trabalhando, 100 pessoas trabalhando, na pecuária tem dois trabalhando, três, então, houve uma mudança...

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Mas isso foi durante a década de 60?

Entrevistado/ Ricardo Vitória: 50, 60, 70 foi acontecendo isso gradativamente, isso não acontece num piscar de olhos (estralos com os dedos), isso acontece devagarinho, isso vai acontecendo e vai devagarinho e gradativamente. E, em compensação, Arapiraca começou a crescer. Arapiraca começou a coisa do fumo, Arapiraca, Geraldo Ponciano, Craibras, né?! aquela região ali começou a plantar muito fumo, fumo, fumo e o fumo na época era uma coisa que era moda.

Fumar era moda, né, então, Arapiraca cresceu muito com o fumo na década de 50, 60 e 70 até meados dos anos 80, depois parou, né. Arapiraca exportava muito fumo e isso dava muito emprego porque era na agricultura. O fumo quer queira, quer não, é agrícola. É uma roça. Então, Arapiraca passou a empregar muita gente e começou a crescer e foi engolindo devagarinho Palmeira, enquanto Palmeira ia perdendo espaço por conta da pecuária.

Palmeira teve uma carência muito grande em função da água, nós tivemos aqui, nós ainda temos problemas de água aqui, né. Arapiraca começou a crescer e começou politicamente a se tornar mais importante do que a gente.

Palmeira tinha bancos aqui... banco do Brasil, banco do Povo, Caixa Econômica, então, Arapiraca não tinha nada disso, aí foi depois que chegou. A política não tratou bem Palmeira dos Índios como devia ter tratado na década de 60 e 70, existia aqui grupos rivais, existia aqui muita perseguição política e tal. E, Palmeira dos Índios foi ficando em segundo plano, né. Palmeira se tornou uma terra meia complicada, nessa época, enfim, porque existiam algumas rixas de famílias aqui e aí naturalmente as pessoas começaram a migrar para Arapiraca. E, Arapiraca cresceu e Palmeira perdeu. Palmeira perdeu a agricultura. Palmeira perdeu em serviço. Palmeira perdeu com problema de água.

Entrevista Transcrita – Etiene Miranda. Palmeira dos Índios, AL, 23 de março de 2018

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Seu Etiene, o meu objetivo inicial com a pesquisa é entender o por que Palmeira dos Índios ficou conhecida como "cidade modelo".

Entrevistado/ Etiene Miranda: Pode perguntar.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: O senhor sabe alguma coisa desse título?

Entrevistado/ Etiene Miranda: Olhe, eu morei em Palmeira de 1962 a 1992. Vim para Maceió e aos poucos fui deixando de tomar conhecimento do que acontecia na cidade. Sei que Palmeira dos Índios, nos anos 60, tinha vida noturna que hoje não tem. Naqueles anos, Palmeira chegou a ter cinco representantes na Assembleia Legislativa. Homens. O governo de Jota Duarte projetou o nome da Palmeira em Âmbito Nacional, através dos Festivais que promovia: festival da Pinha e do Amendoim. Os carnavais eram do povo. Realmente neste tempo Palmeira recebeu o título de Município Modelo.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Esses festivais o senhor sabe onde eram realizados? Aberto ao público? Ouvi falar bastante dos carnavais da cidade, mas, não sabia dos festivais.

Entrevistado/ Etiene Miranda: O Festival da Pinha na vila da Canafístula e o Festival do Amendoim no povoado Lagoa do Caldeirão. Muita gente de todo Estado e aberto ao público que nada pagava. A presença de pessoas de outros estados eram notadas. Eram feitos em fins de semana. "Pinha e amendoim". Hoje não existe mais... Certamente. A cultura deles era intensa e incentivada. Ainda hoje essa cultura existe, mesmo com menos incentivo.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Entendi. O senhor acha que naquele período a cidade era realmente um "modelo" de cidade para os seus moradores?

Entrevistado/ Etiene Miranda: Sim, era a cidade modelo... para os seus moradores.. lamentavelmente, houve decadência na Palmeira. Sua Rival, Arapiraca, neste mesmo período cresceu mais de 200 por cento. Em 1962, um grupo de médicos, agropecuaristas e comerciantes, criaram o Movimento Renovador que visava fazer a maioria na Câmara Municipal, visando o bem estar da população.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Mas, "modelo" em quê? O que tinha na cidade para assim ser conhecida?

Entrevistado/ Etiene Miranda: Escolas, Saúde, Saneamento, Limpeza pública, etc. Fizeram o nome de Município modelo. Além da projeção do nome lá fora. Vou me ausentar, vou lhe

indicar duas pessoas que podem lhe ajudar.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Está bem. No caso, estava passando por modificações? Provavelmente, devia ter muita oferta de trabalho?

Entrevistado/ Etiene Miranda: Tinha sim oferta de trabalho. O Comércio era tipo polo. Municípios vizinhos movimentavam-no. Armazéns de estivas eram o forte no comércio, além das lojas e butiques. Hoje não existem mais esses armazéns.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Entendo. Como o senhor vai precisar se ausentar, eu agradeço a disponibilidade. O senhor poderia me responder uma última pergunta antes de se ausentar?

Entrevistado/ Etiene Miranda Sim.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Essas melhorias em saúde, limpeza e entre outras, aconteceram na cidade toda?

Entrevistado/ Etiene Miranda: Certo. Foram construídos centros comunitários que trouxeram muitos benefícios à população. Veja só, ausento-me agora mais amanhã voltarei. Dois nomes que você pode ter muita informação sobre Palmeira: Rui Fernandes e Maria Aparecida Torres. Ambos palmeirenses que moram aqui em Maceió.

Entrevistadora/ Joyce Menezes: Está bem. Então, em outro momento continuaremos a conversa sobre a cidade, se possível. E, Tentarei entrar em contato com eles. Muito obrigada!

Entrevistado/ Etiene Miranda: Ela é filha de um dos líderes do Movimento Renovador. Ele sabe muito da parte cultural e religiosa da Cidade. Até outro momento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS SERTÃO/DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE HISTÓRIA

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, Wagner Bezerra de Sousa, declaro, ceder para fins acadêmicos, a entrevista gravada e manuscrita, cedida em 29/03/2018 a Lourença Joyce Menezes Barbosa, estudante do curso de História – Campus Sertão/Delmiro Gouveia, para composição de pesquisa realizada pela mesma.

Cedo sem restrições, de som e imagem, o depoimento oral prestado para fins acadêmicos, podendo ser usado integralmente ou em partes, sem limites de prazos ou citação. A pesquisadora fica autorizada a transcrever, publicar e divulgar, para fins de estudo e pesquisa, o referido depoimento, bem como permitir a terceiros o seu uso sob o critério de fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Calunga dos Índios, 5 de NOV. de 2018

Wagner Bezerra

Assinatura do depoente

Lourença Joyce Menezes Barbosa

Assinatura da pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS SERTÃO/DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE HISTÓRIA

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, RICARDO BEZERRA VITÓRIO, declaro, ceder para fins acadêmicos, a entrevista gravada e manuscrita, cedida em 29/03/2018 a Lourença Joyce Menezes Barbosa, estudante do curso de História – Campus Sertão/Delmiro Gouveia, para composição de pesquisa realizada pela mesma.

Cedo sem restrições, de som e imagem, o depoimento oral prestado para fins acadêmicos, podendo ser usado integralmente ou em partes, sem limites de prazos ou citação. A pesquisadora fica autorizada a transcrever, publicar e divulgar, para fins de estudo e pesquisa, o referido depoimento, bem como permitir a terceiros o seu uso sob o critério de fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

R. dos Santos - 05 de 11 de 2018

[Assinatura]
Assinatura do depoente

Lourença Joyce Menezes Barbosa
Assinatura da pesquisadora